

## Custo dos juros sobre a dívida pública brasileira bate novo recorde e se aproxima de R\$ 1 trilhão. E vai continuar aumentando...

- No acumulado em doze meses até novembro de 2024, o pagamento de juros nominais alcançou R\$ 918,16 bilhões (7,85% do PIB);
- O déficit nominal das contas públicas brasileiras somou R\$1.111,03 bilhões - (9,50% do PIB) no acumulado do mesmo período. As despesas com juros foram responsáveis por 83% do total do déficit nominal registrado;
- A dívida bruta geral do governo atingiu R\$ 9.085,73 bilhões, correspondente a 77,7% do PIB em novembro de 2024;
- As despesas no pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada brasileira consomem mais de 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional;

Pág 32

### CSN X USIMINAS: UMA DECISÃO QUE NÃO CONHECE PRECEDENTE

Decisão do STJ compreende  
ruptura do sistema e traz  
insegurança jurídica

Pág 42

### AS 10 IDEIAS DE NEGÓCIOS MAIS PROCURADAS

EM 2024

Pág 16



# ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL  
DE ECONOMIA, FINANÇAS  
E NEGÓCIOS FEITA  
EM MINAS GERAIS

# 35,2 MILHÕES

de visualizações durante  
o ano de 2024 - de  
acordo com o Google  
Analytics Search.

Com 32 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das mídias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa  
para quem decide  
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- **MC** promove, há 29 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso - Minas Gerais
- **MC** realiza, há 28 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu em 2024 o 26º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar - CEP 30.330-040 - Belo Horizonte - MG

Site: [www.mercadocomum.com](http://www.mercadocomum.com) - E-mail: [revistamc@uol.com.br](mailto:revistamc@uol.com.br) - Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM®

HÁ 32 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

## EXPEDIENTE

**BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**  
**JANEIRO DE 2025**  
**32 ANOS - EDIÇÃO 340**

**Publicação Nacional de**  
**Economia, Finanças e Negócios**

**Presidente/Editor Geral**  
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

**Diretora de Desenvolvimento**  
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

**Projeto gráfico/diagramação**  
Fio do Bigode Comunicação

**Publicidade e Área Comercial**  
MinasPart Desenvolvimento Ltda.  
Aline Cendon/Carlos Alberto  
(31) 3281-6474  
cato@mercadocomum.com  
revistamc@uol.com.br

MercadoComum\* é uma publicação  
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.  
CNPJ 70.954.383/0001-12  
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079  
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:  
817452753 de 02.08.1993

Endereço:  
Rua Padre Odorico, 128 - 10º andar  
Bairro São Pedro - 30.330-040  
Belo Horizonte - MG - Brasil  
Telefone: 55-31-3281-6474  
E-Mail: revistamc@uol.com.br  
www.mercadocomum.com

*\*Os artigos assinados podem não refletir,  
necessariamente, a opinião dos editores.  
Proibida a reprodução parcial ou total sem  
autorização prévia por escrito da direção desta  
publicação. MercadoComum é uma publicação  
independente, não associada a qualquer grupo  
empresarial e não possui filiais/sucursais ou  
representantes no país e no exterior*

## SUMÁRIO

**4**

*A Economia com Todas  
as Letras e Números*



**15**

*Mundo  
Empresarial*



**31**

*Debate  
Econômico*

**49**

*Destaques*

**42**

*Especial*

**64**

*Opinião*

*Confira o ponto  
de vista de grandes  
nomes do cenário  
nacional, sobre  
vários assuntos.*

**61**

*Turismo*

# Os 10 melhores países para se viver bem gastando menos em 2025

*Relatório do International Living divulgado pela Forbes Brasil destaca destinos para viver como expatriado ou se aposentar em 2025*



A ideia de morar em outros países pode ser recorrente. Nos Estados Unidos, ela ganhou destaque especial após a recente eleição, que gerou uma onda de frustração entre os americanos, evidenciada por picos nas buscas no Google, como “como deixar os EUA”, “melhores países para americanos se mudarem” e “para onde se mudar no exterior”. Até celebridades, como America Ferrera, Sharon Stone e Cher, chamaram atenção com seus planos de começar uma nova vida em outra nação.

Os brasileiros não são tão diferentes. Um levantamento da RealTime Big Data mostrou que 67% das pessoas entre 16 e 35 anos sairiam do país caso pudessem, e o número cidadãos

do Brasil no exterior simplesmente cresceu 47% na última década, de acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores.

Mas para o cidadão médio, a questão não é apenas sair do país, mas encontrar o lugar certo para viver uma vida acessível e satisfatória no exterior. É nesse contexto que o Global Retirement Index do International Living se torna relevante: o ranking identifica os países que oferecem a melhor combinação de acessibilidade, qualidade de vida e comunidades acolhedoras para se aposentar ao redor do mundo. O relatório, tradicionalmente divulgado em janeiro, foi antecipado devido à alta demanda este ano.

“Historicamente, há um aumento notável no interesse por oportunidades de vida no exterior após eleições – independentemente de quem vença”, explicou Jennifer Stevens, editora-executiva do International Living.

Embora o termo “aposentadoria” esteja no nome do relatório, ele não se limita a esse público. “Uma mudança significativa que notamos é o crescente interesse entre pessoas de 35 a 45 anos por opções de vida no exterior”, disse Stevens. “Por anos, nosso público principal era formado por aposentados, que tinham flexibilidade e economias para se mudar. Mas agora, com o aumento do trabalho remoto e horários flexíveis, esse público mais jovem está explorando a

vida internacional enquanto mantém suas carreiras.”

O relatório leva em conta essas novas demografias. “Muitos de nossos correspondentes são profissionais em meio de carreira e têm famílias jovens, então avaliam os destinos de forma mais ampla”, afirmou Stevens. “Embora possam não estar totalmente aposentados, buscam as mesmas qualidades que os aposentados valorizam – como acessibilidade, segurança, infraestrutura e comunidades vibrantes de expatriados.”

### MELHORES PAÍSES PARA SE VIVER AO APOSENTAR: A METODOLOGIA

Como o International Living determina os melhores destinos para expatriados anualmente? O índice avalia os países em sete categorias principais: habitação, vistos e benefícios, custo de vida, saúde, desenvolvimento e governança, clima e uma classificação de afinidade, que reflete a facilidade de integração à comunidade local.

O processo começa com correspondentes locais – expatriados que fornecem dados reais e insights. A acessibilidade da habitação, por exemplo, é medida pelo custo de aluguel ou compra em áreas onde os expatriados geralmente vivem, com foco em conforto e valor. De forma semelhante, a saúde é avaliada tanto em qualidade quanto em acessibilidade. O custo de vida é analisado por meio de questionários detalhados que consideram despesas diárias, como alimentação e utilidades, garantindo um panorama claro de acessibilidade.

Vistos e benefícios também são fatores cruciais. Alguns países oferecem opções de residência simplificadas, como o programa de visto Pensionado do Panamá.

Talvez a característica mais singular do índice seja a classificação



de afinidade, que considera o lado humano da realocação. Quão fácil é fazer amizades, aprender o idioma ou encontrar um filme em inglês? A comunidade expatriada é acolhedora? Esses fatores – combinados com dados sobre infraestrutura, governança e clima – criam uma visão abrangente do apelo de cada país.

### OS RESULTADOS DA PESQUISA PARA 2025:

- 01 - *Panamá*
- 02 - *Portugal*
- 03 - *Costa Rica*
- 04 - *México*
- 05 - *França*
- 06 - *Espanha*
- 07 - *Malásia*
- 08 - *Grécia*
- 09 - *Itália*
- 10 - *Tailândia*

### POR QUE PANAMÁ ESTÁ NO TOPO?

No relatório anterior, o Panamá ocupava o quarto lugar. Neste ano, é o líder do ranking. “A ascensão do Panamá reflete uma combinação de fatores, incluindo o aumento do custo de vida e a disponibilidade de moradias em outros destinos populares, como Costa Rica, Portugal e Espanha”, afirmou Stevens.

O grande atrativo do país é o Visto Pensionado, um dos programas de

residência mais generosos do mundo. Aposentados que comprovem uma pensão vitalícia de pelo menos US\$ 1 mil por mês têm direito à residência permanente e acesso a benefícios significativos. “O programa se destaca com benefícios excepcionais, como descontos em serviços médicos, utilidades, transporte e entretenimento”, explica a editora. “Esses benefícios reduzem significativamente os custos de vida dos aposentados enquanto melhoram sua qualidade de vida.”

O Panamá, porém, não é apenas para aposentados. O país também oferece o visto Friendly Nations, uma opção flexível para expatriados mais jovens e famílias que buscam um novo começo, com residência através de investimentos ou oportunidades de negócios.

A maioria dos casais pode viver confortavelmente com US\$ 2,5 mil a US\$ 3 mil por mês, permitindo uma melhoria de estilo de vida. Além de acessível, o Panamá tem um sistema de saúde excelente, especialmente na Cidade do Panamá, onde os hospitais contam com tecnologia moderna. O país também possui infraestrutura confiável, incluindo internet rápida e transporte público eficiente. Há ainda diversas opções de estilo de vida, desde a área urbana da Cidade do Panamá até praias em Coronado e as montanhas de Boquete.

## OS ATRATIVOS DO TOP 10

### PORTUGAL

Na segunda posição, Portugal continua a se destacar como o país europeu de melhor desempenho no índice, tendo ocupado o primeiro lugar em 2023. Com um clima ameno durante todo o ano, paisagens costeiras deslumbrantes e rica cultura, Portugal atrai tanto aposentados quanto expatriados. “O visto D7 facilita o processo de residência”, afirma um dos colaboradores no relatório. “E o custo de vida aqui permanece competitivo, mesmo em áreas populares como o Algarve.”

O país oferece um excelente sistema público de saúde, e o seguro privado também é acessível.

### COSTA RICA

A Costa Rica, vencedora de 2024, ocupa a terceira posição. O país atrai expatriados com suas paisagens impressionantes, climas diversos e o acolhedor estilo de vida “Pura Vida”. Seja nas praias, montanhas ou uma combinação de ambos, a Costa Rica oferece uma qualidade de vida incrível. “Há uma calorosidade nas pessoas daqui, e a beleza natural é incomparável”, comentou Bekah Bottone, correspondente da International Living para a Costa Rica.

O país também é um refúgio para quem busca um estilo de vida sustentável e comunitário. Do turismo ecológico a mercados orgânicos, valoriza tanto a conservação ambiental quanto o estilo de vida tranquilo.

### MÉXICO

O México, em quarto lugar, possui uma comunidade de expatriados bem estabelecida. “O país oferece uma pitada de aventura com o conforto da familiaridade”, disse Bel Woodhouse, correspondente da International Living, no relatório.

A acessibilidade para quem ganha em dólar é um grande atrativo. Um apartamento de um quarto próximo ao litoral em Cozumel custa cerca de US\$ 500 por mês, enquanto uma opção maior, com dois quartos, perto da praia, começa em US\$ 1 mil. No interior, esses valores são ainda mais baixos. O custo de vida no México também é reduzido em relação a despesas diárias, como produtos frescos, refeições e viagens. “Tudo é mais acessível, então é possível sair para comer e viajar com mais frequência”, destacou Woodhouse.

A proximidade com os Estados Unidos é outra grande vantagem. O inglês é amplamente falado em polos populares de expatriados como San Miguel de Allende e Oaxaca, e produtos e referências culturais familiares estão facilmente disponíveis.

### FRANÇA

A França, na quinta posição este ano, é um dos países europeus mais atraentes para expatriados. Seja pela gastronomia, cultura ou pela combinação de montanhas, interior e praias, oferece um equilíbrio entre qualidade de vida e acessibilidade. O sistema de saúde do país é de classe global, estando entre os melhores do mundo. De acordo com a International Living, o sudoeste da França está se destacando como um local ideal para aposentadoria: cidades como Oloron-Sainte-Marie e Pau, nos Pireneus Atlânticos, oferecem habitação acessível e beleza natural.

Completando os 10 primeiros países da lista da International Living estão Espanha, Malásia, Grécia, Itália e Tailândia, cada um com benefícios únicos para expatriados.

A Espanha combina o estilo de vida mediterrâneo com excelente sistema de saúde, custo de vida acessível e riquezas culturais. A Malásia, o país asiático mais bem classificado, destaca-se pela acessibilidade, sociedade

multicultural acolhedora e infraestrutura moderna, sendo uma excelente opção tanto para aposentados quanto para nômades digitais. A Grécia oferece paisagens impressionantes, um ritmo de vida tranquilo e custo de vida baixo, com ilhas como Corfu proporcionando refúgios serenos.

A Itália atrai pela valorização de um estilo de vida desacelerado, onde a boa comida e companhia são essenciais no dia a dia, além de iniciativas locais que incentivam estrangeiros a se estabelecerem. Por fim, a Tailândia atrai expatriados pelo custo de vida extremamente baixo, sistema de saúde de qualidade e variedade entre cidades e praias.

## O IMPACTO DOS EXPATRIADOS

Embora a ideia de mudar para o exterior possa ser atraente, nem sempre é bem recebida pelos locais. Em algumas áreas, há preocupações sobre gentrificação e seus impactos no mercado imobiliário e nas comunidades.

Alguns países já começaram a abordar as consequências não intencionais de políticas focadas em expatriados. O programa Golden Visa de Portugal, por exemplo, permitia que estrangeiros obtivessem residência de longo prazo comprando imóveis a partir de US\$ 250 mil (R\$ 1,4 milhão), precisando passar apenas duas semanas por ano no país. “Muitas pessoas aproveitaram esse programa”, explicou Stevens. “Elas alugam suas casas como locações de curto prazo — ou simplesmente as deixam vazias — o que, naturalmente, aumentou o custo da habitação para os locais. Agora, Portugal ajustou suas políticas para acabar com isso.”

Stevens destacou que ser um expatriado respeitoso e responsável é fundamental para criar boas relações. Aprender o idioma local é essencial. Embora não seja necessário ser 100% fluente, falar pelo menos o básico facilita a integração na comunidade.”

# Nos Estados Unidos, otimismo de CFOs aumenta após as eleições, mas há preocupações com tarifas, política e inflação

O otimismo dos CFOs em relação à economia aumentou neste trimestre, após as recentes eleições presidenciais nos Estados Unidos. No entanto, os diretores financeiros expressaram preocupações pós-eleições sobre a política monetária, inflação, o clima político e as tarifas.

Esses resultados são da The CFO Survey, uma colaboração entre a Fuqua School of Business da Duke University e os Bancos do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de Richmond e Atlanta. Neste trimestre, cerca da metade dos 515 respondentes participaram de uma pesquisa pré-eleição que foi encerrada em 4 de novembro. A outra metade respondeu a uma pesquisa pós-eleição realizada entre 6 e 19 de novembro.

A cada trimestre, os CFOs avaliam seu otimismo sobre as perspectivas financeiras de suas próprias empresas em uma escala de 0 a 100. Averiguando todas as 515 respostas, o otimismo em relação à própria empresa aumentou cerca de dois pontos neste trimestre, para 71,2. Notavelmente, grande parte do aumento no otimismo ocorreu após a divulgação dos resultados das eleições. Antes do pleito, os CFOs relataram um indicador de otimismo de 70,1. Após as eleições, esse número aumentou para 72,4. O índice de otimismo das grandes empresas em relação à sua própria situação subiu para 76 após as eleições.

“Esse salto no otimismo reflete a resolução da incerteza sobre a eleição presidencial, combinado com a percepção de que as políticas fiscais e regulatórias da nova administração beneficiarão amplamente o setor corporativo”, disse John Graham, pro-



fessor de finanças da Fuqua School of Business da Duke University, nos Estados Unidos, e diretor acadêmico da pesquisa. “Um aumento semelhante no otimismo empresarial ocorreu na primeira eleição do presidente Donald Trump, em 2016.”

“Apesar desse aumento no otimismo, os executivos financeiros também expressaram preocupações crescentes sobre vários temas”, acrescentou Graham.

Na pesquisa realizada antes da eleição, a principal preocupação dos CFOs era a contratação e retenção de colaboradores. Após o ciclo eleitoral, a política monetária se tornou a principal preocupação, seguida por questões como disponibilidade de mão-de-obra, inflação, clima político e tarifas. Antes do pleito, as tarifas nunca haviam aparecido na lista das 10 principais preocupações.

A pesquisa também criou o Índice de Importância de Políticas Públicas para os CFOs, que é escalonado de modo que o tema mais importante para as empresas tenha o valor de 100. Após a eleição, a política regulatória liderou o Índice de Importância com o valor de 100, seguida por impostos corporativos (86), política mo-

netária (83), gastos fiscais (65), impostos individuais (50) e saúde (43).

A pesquisa com os CFOs é conduzida pela Fuqua School of Business da Universidade Duke e pelos Bancos do Federal Reserve (FED) de Richmond e Atlanta. A pesquisa mais recente, uma análise detalhada do impacto da eleição na perspectiva corporativa, além de dados históricos, pode ser encontrada em [www.cfosurvey.org](http://www.cfosurvey.org). Inscreva-se para receber notificações por e-mail quando novos resultados forem publicados.

A Duke Fuqua School of Business é uma instituição privada localizada em Durham, Carolina do Norte, considerada pela Bloomberg como uma das principais escolas de negócios do mundo. Conquistou grande relevância ao trazer lives e pesquisas sobre temas que antecipam questões da economia mundial, de negócios, das finanças, do marketing, dentre outras temáticas.

Com grande renome internacional, tem proporcionado a seus egressos a oportunidade de aperfeiçoamento de suas competências, agregando técnicas e metodologias inovadoras a seus currículos e ampliando sua visão sobre as vantagens competitivas e a carreira no mundo dos negócios.

# "Economia arrombada": o impacto do rombo fiscal nas contas públicas brasileiras



"Com um rombo desses, estão quase que literalmente arrombando a economia brasileira". A declaração contundente é de André Charone, professor universitário e mestre em negócios internacionais, que utilizou o termo "economia arrombada" para descrever o estado crítico das contas públicas do Brasil em 2024. O déficit primário acumulado de R\$ 105,2 bilhões, aliado à dívida bruta de 78,6% do PIB, reflete um cenário de descontrole fiscal que, segundo Charone, coloca o país em uma rota insustentável.

Charone explica como o aumento das despesas obrigatórias, combinado com a falta de reformas estruturais, está corroendo a capacidade do governo de investir em áreas essenciais e comprometendo o futuro econômico do Brasil.

"Esse rombo fiscal não é apenas uma questão de números; ele impacta diretamente o bolso da população e a confiança no país. Estamos diante de uma situação onde a economia está sendo arrombada pelas portas do descuido e da falta de planejamento", disse Charone.

## CENÁRIO FISCAL PREOCUPANTE

Segundo André, o principal vilão dessa situação é o descontrole das despesas obrigatórias, que consomem a maior parte do orçamento público. "O Brasil gasta demais em previdência,

folha de pagamento e juros da dívida. Com isso, o pouco que sobra para investimentos é insuficiente para impulsionar o crescimento econômico de forma sustentável", explicou o tributarista.

Ele também destacou a crescente dívida pública como um reflexo direto desse desequilíbrio. "Com a dívida em 78,6% do PIB, estamos nos aproximando de um ponto crítico, onde fica mais caro e mais difícil financiar o governo. Isso é o equivalente a viver no cheque especial com juros exorbitantes", analisou.

## A ILUSÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Embora o PIB brasileiro tenha crescido 3,3% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2024, Charone alerta que o crescimento atual é insustentável. "Estamos vivendo de fatores pontuais, como o agronegócio e o consumo das famílias, mas sem investimentos de longo prazo e reformas estruturais, esse crescimento é passageiro. É o famoso voo de galinha", afirmou.

## JUROS ALTOS E IMPACTO NO CRÉDITO

Outro fator preocupante é a alta da taxa Selic, atualmente em 11,25%, com previsão de subir ainda mais em 2025. Charone destacou como isso afeta não apenas o orçamento do governo, mas também o setor produtivo.

"Juros altos são um mal necessário para controlar a inflação, mas eles tornam o crédito mais caro, afastam investimentos produtivos e aumentam o custo da dívida pública. É um ciclo que só agrava o cenário fiscal", explicou.

## MEDIDAS TOMADAS E OS DESAFIOS PELA FRENTE

Charone reconhece que o governo tem tentado conter o rombo fiscal com medidas como o pacote de contenção de gastos de R\$ 71,9 bilhões, mas apontou que essas ações são insuficientes. "Essas medidas são como remendos. Precisamos de reformas profundas, como a administrativa e a tributária, para atacar o problema na raiz", disse ele.

## FECHANDO AS PORTAS DO DESCUIDO FISCAL

Para André Charone, o termo "economia arrombada" não é apenas uma metáfora, mas uma descrição precisa da gravidade da situação. "Estamos diante de uma economia que sofre com as portas arrombadas do descuido fiscal. Sem reformas estruturais e responsabilidade na gestão, o rombo vai continuar crescendo e quem paga a conta é a população", concluiu.

Charone alerta que o Brasil precisa agir rápido para evitar que o cenário se agrave ainda mais. Até lá, o país segue lutando para conter os danos de uma economia que sente, cada vez mais, o impacto das escolhas equivocadas em suas contas públicas.

\*Contador, professor universitário, Mestre em Negócios Internacionais pela Must University (Flórida-EUA), possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV (São Paulo – Brasil) e certificação internacional pela Universidade de Harvard (Massachusetts-EUA) e Disney Institute (Flórida-EUA). É sócio do escritório Belconta – Belém Contabilidade e do Portal Neo Ensino, autor de livros e dezenas de artigos na área contábil, empresarial e educacional.

# Lei do Contrato de Seguro é publicada

*Nova legislação visa a amenizar assimetrias, gerar confiança nas contratações, aumentar a demanda por seguro e fazer crescer o mercado*



Foi publicada no dia 10 de dezembro, no Diário Oficial da União, a Lei nº 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguro, também conhecida como o Marco Legal dos Seguros. O projeto, aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi sancionado pelo Presidente da República em 09 de dezembro de 2024.

Em relação ao processo de construção do projeto, o Superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Alessandro Octaviani, ressaltou a importância do diálogo com diversos atores da economia, inclusive com diversas entidades representativas do setor, entre as quais Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor); Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS), Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Tivemos um diálogo amplo com muitos setores. As intensas discussões pelas quais o Projeto passou, durante o pro-

cesso legislativo, revelam um projeto com maturidade prática, acadêmica e legislativa”.

Com a nova Lei, o Brasil passará a adotar um modelo dual, com uma Lei de Contrato de Seguro somada à atuação da autoridade reguladora, colocando o país no mesmo sentido das muito recentes reformas de países como a Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Reino Unido e Japão, que promulgaram ou reformaram suas leis específicas para o contrato de seguro, experimentando crescimento econômico do setor.

Adicionalmente, a nova legislação visa a amenizar assimetrias, gerar confiança nas contratações, aumentar a demanda por seguro e fazer crescer o mercado, incorporando em diversos dispositivos princípios de eticidade contratual e de concretização da Ordem Econômica Constitucional, do que podem ser exemplos, entre outros, as disciplinas jurídicas da regulação de sinistro e do agravamento do risco.

Para Alessandro Octaviani, o texto traz uma série de medidas de estímulo ao setor de seguros, aumentando a transparência e a proteção dos consumidores. Além disso, Octaviani destaca que a Lei é uma mudança institucional vinculada, mais amplamente, a uma Política Nacional de Acesso ao Seguro. “O Brasil tem um enorme mercado potencial de seguro, raramente comparável a qualquer outro mercado do mundo. Somos uma das dez maiores economias do mundo, mas o mercado de seguros é apenas em torno do 20º. A Lei é um dos tantos diplomas normativos que se insere nesse objetivo maior que é proporcionar o acesso e o consumo de seguro no nosso país”, afirmou.

## **AS PRINCIPAIS REGRAS TRATADAS NO NOVO DIPLOMA LEGAL SÃO:**

*Somente podem pactuar contratos de seguro entidades que se encontrem devidamente autorizadas na forma da lei.*

*Para evitar insegurança jurídica nos contratos, os riscos e os interesses excluídos da cobertura devem ser descritos de forma clara e de forma que não deixe dúvidas.*

*Se houver divergência entre a garantia delimitada no contrato e a prevista no modelo de contrato ou nas notas técnicas e atuariais apresentados ao órgão fiscalizador competente, prevalecerá o texto mais favorável ao segurado.*

*O contrato não poderá conter cláusula que permita sua extinção unilateral pela seguradora ou que, por qualquer modo, subtraia sua eficácia além das situações previstas em lei.*

*Caso haja redução relevante do risco, o valor do prêmio será reduzido proporcionalmente, descontadas, na mesma proporção, as despesas realizadas com a contratação.*

*Sob pena de perder a garantia, o segurado não deve agravar intencionalmente e de forma relevante o risco objeto do contrato de seguro, devendo o segurado comunicar à seguradora em caso de relevante agravamento do risco tão logo dele tome conhecimento. Ciente do agravamento, a seguradora poderá, no prazo de 20 (vinte) dias, cobrar a diferença de prêmio ou, se não for tecnicamente possível garantir o novo risco, resolver o contrato, hipótese em que este perderá efeito em 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação de resolução.*

*Nos seguros sobre a vida e a integridade física, mesmo em caso de relevante agravamento do risco, a seguradora somente poderá cobrar a diferença de prêmio.*

*Recebida a proposta, a seguradora terá o prazo máximo de*

*25 (vinte e cinco) dias para cientificar sua recusa ao proponente, ao final do qual será considerada aceita. Além disso, considera-se igualmente aceita a proposta pela prática de atos inequívocos, tais como o recebimento total ou parcial do prêmio ou sua cobrança pela seguradora.*

*A seguradora poderá solicitar esclarecimentos ou produção de exames periciais, e o prazo para a recusa terá novo início, a partir do atendimento da solicitação ou da conclusão do exame pericial.*

*Para a validade da recusa, em qualquer hipótese, a seguradora deverá comunicar sua justificativa ao proponente.*

*Via de regra, o contrato presume-se celebrado para vigorar pelo prazo de 1 (um) ano, salvo quando outro prazo decorrer de sua natureza, do interesse, do risco ou da vontade das partes.*

*A seguradora é obrigada a entregar ao contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da aceitação, documento probatório do contrato.*

*O contrato de seguro deve ser interpretado e executado segundo a boa-fé. Se da interpretação de quaisquer documentos elaborados pela seguradora, tais como peças publicitárias, impressos, instrumentos contratuais ou pré-contratuais, resultarem dúvidas, contradições, obscuridades ou equívocidades, elas serão resolvidas no sentido mais favorável ao segurado, ao beneficiário ou ao terceiro prejudicado.*

*É válido o pagamento feito diretamente pela resseguradora ao segurado, quando a seguradora se encontrar insolvente.*

*Ao tomar ciência do sinistro*

*ou da iminência de seu acontecimento, com o objetivo de evitar prejuízos à seguradora, o segurado (ou o beneficiário, no que couber) é obrigado a: I – tomar as providências necessárias e úteis para evitar ou minorar seus efeitos; II – avisar prontamente a seguradora, por qualquer meio idôneo, e seguir suas instruções para a contenção ou o salvamento; III – prestar todas as informações de que disponha sobre o sinistro, suas causas e consequências, sempre que questionado a respeito pela seguradora.*

*Em caso de sinistro, a seguradora terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para manifestar-se sobre a cobertura, sob pena de decair do direito de recusá-la, contado da data de apresentação da reclamação ou do aviso de sinistro pelo interessado, acompanhados de todos os elementos necessários à decisão a respeito da existência de cobertura.*

*A seguradora ou o regulador do sinistro poderão solicitar documentos complementares, de forma justificada, ao interessado, desde que lhe seja possível produzi-los. Solicitados documentos complementares dentro do prazo estabelecido, o prazo para a manifestação sobre a cobertura suspende-se por no máximo 2 (duas) vezes, recomeçando a correr no primeiro dia útil subsequente àquele em que for atendida a solicitação.*

*O prazo somente pode ser suspenso 1 (uma) vez nos sinistros relacionados a seguros de veículos automotores e em todos os demais seguros em que a importância segurada não exceda o correspondente a 500 (quinhentas) vezes o salário mínimo vigente.*

*A autoridade fiscalizadora poderá fixar prazo superior a 30*



*(trinta) dias para tipos de seguro em que a verificação da existência de cobertura implique maior complexidade na apuração, respeitado o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias.*

*Nos casos de seguros sobre a vida e a integridade física, se a seguradora, ciente do sinistro, não identificar beneficiário ou dependente do segurado para subsistência no prazo prescricional da respectiva pretensão, o capital segurado será tido por abandonado e será aportado no Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).*

*O beneficiário não terá direito ao recebimento do capital segurado quando o suicídio voluntário do segurado ocorrer antes de completados 2 (dois) anos de vigência do seguro de vida.*

**Com relação à prescrição, prescrevem:**

*I – em 1 (um) ano, contado da ciência do respectivo fato gerador:*

- a) a pretensão da seguradora para a cobrança do prêmio ou qualquer outra pretensão contra o segurado e o estipulante do seguro;*
- b) a pretensão dos intervenientes corretores de seguro, agentes ou representantes de seguro e estipulantes para a cobrança de suas remunerações;*
- c) as pretensões das cosseguradoras entre si;*
- d) as pretensões entre seguradoras, resseguradoras e retrocessionárias;*

*II – em 1 (um) ano, contado da ciência da recepção da recusa expressa e motivada da segurado-*

*ra, a pretensão do segurado para exigir indenização, capital, reserva matemática, prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias e restituição de prêmio em seu favor;*

*III – em 3 (três) anos, contados da ciência do respectivo fato gerador, a pretensão dos beneficiários ou terceiros prejudicados para exigir da seguradora indenização, capital, reserva matemática e prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.*

*O foro competente para as ações de seguro é o do domicílio do segurado ou do beneficiário, salvo se eles ajuizarem a ação optando por qualquer domicílio da seguradora ou de agente dela.*

*A Lei entrará em vigor 1 ano após sua publicação.*

# Brasileiros podem investir em ativos em dólar para neutralizarem os efeitos da variação cambial

*Segundo a pesquisa, o percentual sugerido de aplicação em dólar é de, no mínimo, 16% do portfólio de ativos do investidor internacionalizado*



Um levantamento recente, conduzido por especialistas em economia e finanças do FGVcef (Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas), revelou que os brasileiros, de todas as faixas de renda, estão expostos aos impactos das variações cambiais no seu padrão de consumo, o que torna essencial a diversificação internacional de investimentos para preservar o poder de compra.

Segundo a pesquisa "Impacto Cambial no Consumo dos Brasileiros e a Necessidade de Diversificação Internacional", o impacto do câmbio sobre a cesta de consumo dos brasileiros varia de 16% a 18% a depender da faixa de renda. Entre as razões o fato de que as importações brasileiras representam 10% do PIB do país, e esses 10%

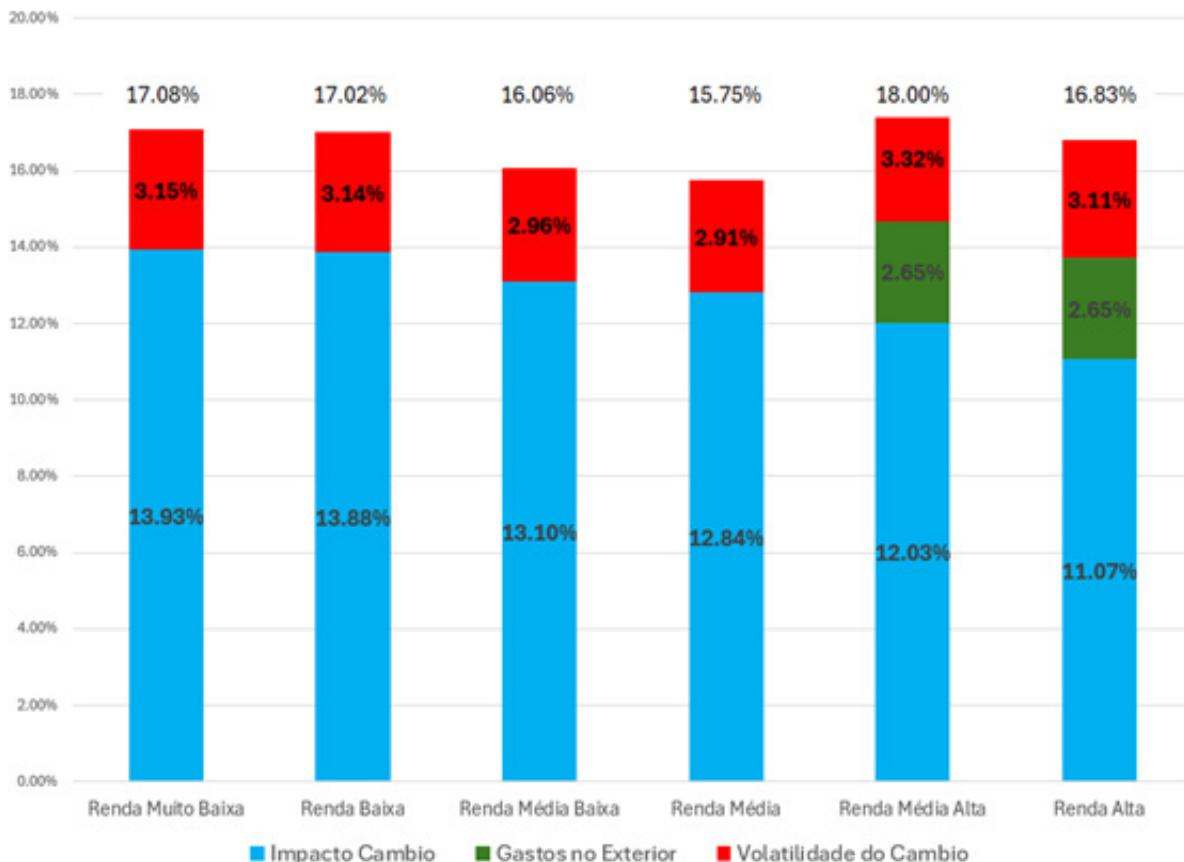
dependem integralmente do câmbio.

O estudo revela ainda o impacto no IPCA, que a depender da faixa de renda vai de 11% (faixa de renda mais elevada) a 14% (faixa de renda mais baixa). Há também gastos no exterior que afetam as faixas mais elevadas de renda, com um impacto da ordem de 2.65% do seu consumo. Por fim, temos a volatilidade do câmbio, que tem que ser neutralizada, impactando todas as faixas de renda em um valor próximo de 3%.

De acordo com o material, as taxas de inflação impactam o consumo em diferentes segmentos. No setor de alimentos e bebidas, por exemplo, as famílias de baixa renda são afetadas em 37%, enquanto as de média e alta

renda sofrem com índices de 20,9% e 13,1%, respectivamente. Já no ramo da habitação, o impacto é de 21,9% para baixa renda, 16,2% para média e 9% para alta. Os dados contrariam a perspectiva de que apenas indivíduos ricos ficam expostos à variação cambial e evidenciam que, inclusive, muitas vezes são as classes D e E que sofrem mais com essa instabilidade.

Claudia Emiko Yoshinaga, Francisco Henrique Figueiredo, Ricardo Ratner Rochman e William Eid Junior, autores do estudo, defendem que uma diversificação internacional adequada é crucial para mitigar esses riscos e proteger o poder de compra dos brasileiros. Eles recomendam que, para neutralizar os efeitos das variações cambiais, os brasileiros devem ter, no mínimo, 16% de



seus portfólios aplicados em ativos no exterior. Para famílias de maior renda, o percentual sugerido é de 18%. Isso apenas para proteger o consumo. Mas há mais vantagens na diversificação internacional, que elevam o percentual que as famílias devem ter em investimentos no exterior:

“A volatilidade cambial tem efeito direto sobre o preço de muitos bens de consumo essenciais no Brasil. Quando o real se desvaloriza, o custo desses produtos, que muitas vezes são importados ou contêm componentes importados, aumenta significativamente”, explicam os autores do estudo. “Isso reflete em uma inflação elevada para o consumidor, principalmente para as famílias de baixa e média renda, que são as mais impactadas pela alta nos preços de bens básicos”, comenta o professor William Eid Junior da FGV.

Além disso, o levantamento garan-

te que a diversificação internacional não apenas protege contra a volatilidade cambial, mas oferece aos investidores brasileiros a oportunidade de acessar mercados e setores não disponíveis na bolsa de valores local. Por exemplo, tecnologia e biotecnologia, que têm apresentado crescimento significativo em bolsas internacionais, são mal representados no Brasil, o que limita as opções de ativos de alto retorno disponíveis aos investidores locais.

“Investir no exterior permite que o investidor brasileiro tenha acesso a novas oportunidades e setores em crescimento, além de proteger seu portfólio das oscilações da moeda local”, afirmam os autores. “Essa é uma estratégia fundamental para manter o poder de compra e garantir a estabilidade do portfólio em tempos de incerteza econômica.”

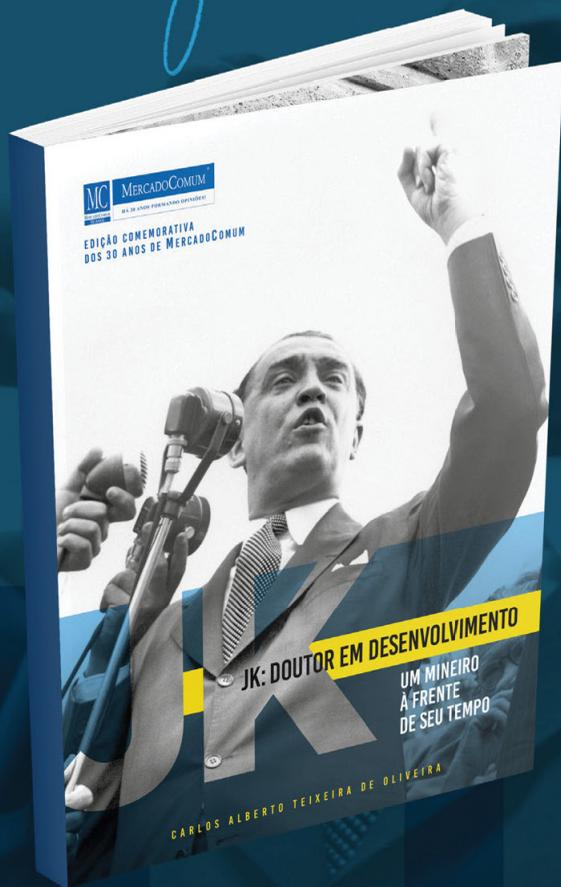
O material completo está disponível para consulta, oferecendo uma

análise detalhada da correlação entre as variações cambiais, a inflação por faixa de renda e a importância de uma estratégia de investimento mais diversificada e internacionalizada.

Com 70 anos de história, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV EAESP, trabalha para contribuir para o desenvolvimento do país. São 25 Centros de Estudos em diversas áreas do conhecimento que elaboram centenas de pesquisas e artigos anualmente, com temas relevantes voltados para as organizações e para a sociedade brasileira. Toda essa expertise transformou a EAESP em uma escola de negócios global, que há duas décadas figura entre as melhores instituições do mundo pelas três mais importantes acreditadoras internacionais (AACSB, EQUIS e AMBA). Atualmente, são 130 parcerias internacionais em 38 países.

# JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro “JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo”.

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. “Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira”. Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. “Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. “Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada “JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

**O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.**

Tel: 31 3281-6474 - [revistamc@uol.com.br](mailto:revistamc@uol.com.br)  
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040  
BELO HORIZONTE - MG - [www.mercadocomum.com](http://www.mercadocomum.com)

#### VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00  
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

#### PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12  
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.  
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

# IBEF-Minas Gerais premia “O Equilibrista” - Executivo de Finanças do Ano

Em uma noite de celebração, o Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais (IBEF-Minas Gerais) premiou os maiores destaques do mercado financeiro mineiro em 2024. A cerimônia, realizada no dia 5 de dezembro no Minas II, em Belo Horizonte – MG - marcou a 39ª edição do Prêmio O Equilibrista. Marcam presença associados da entidade, lideranças do mercado financeiro, empresários, autoridades e imprensa.

## EXECUTIVO DO ANO

Guilherme Carrara, CFO e Diretor Financeiro da AeC, foi eleito o Executivo de Finanças do ano. Com uma trajetória de sucesso marcada pela ética e pela entrega de resultados, Carrara agradeceu a homenagem e destacou a importância de transformar desafios em oportunidades.

## EMPRESA DESTAQUE ESG

A BH Airport foi reconhecida como a empresa Destaque ESG do ano, pelo seu projeto inovador de energia limpa para aeronaves. A iniciativa, que reduz significativamente as emissões de carbono, ruído e gera economia para as companhias aéreas, demonstra o compromisso da empresa com a sustentabilidade. Daniel Miranda, CEO da BHAirport, destacou o compromisso da concessionária com a sustentabilidade sem perder o foco nos resultados. “É importante quebrar paradigmas e demonstrar que podemos conciliar, investimentos em sustentabilidade com geração de resultados e desenvolvimento dos negócios”.

## PERSONALIDADE ESG 2024

Por merecimento e em reconhecimento pelas iniciativas e os investimentos em ESG em Minas Gerais, a homenageada como a Executiva de Destaque, a “Personalidade ESG 2024” -foi diretora jurídica, relações internacionais e sustentabilidade da ArcelorMittal Brasil, Marina Guimarães Soares, que recebeu a homenagem das mãos do Conselheiro de empresas e professor da Fundação Dom Cabral (FDC), Carlos Braga



Guilherme Carrara, CFO da AeC Centro de Contatos é o Executivo de Finanças de Minas Gerais do Ano

## MENÇÃO HONROSA

Durante o evento, Alexandre Barcelos, vice-presidente Corporativo de Finanças e TI da ArcelorMittal e vice-presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Finanças de Minas Gerais (IBEF-MG), homenageou com “menção honrosa” o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Fernando Passalio. Segundo Barcelos, Passalio foi homenageado por sua forte atuação à frente da secretaria na captação de investimentos para Minas Gerais. “É um trabalho muito importante que está sendo realizado que interfere positivamente na economia e nas finanças do Estado e nas finanças das empresas”, finalizou.

A noite ainda revelou surpresas para seis profissionais que foram homenageados por suas atuações decisivas nas tomadas de decisões nas áreas financeira e de negócios em suas respectivas empresas. Foram elas, a Angela Alves Vasconcelos - vice-presidente de Finanças e administração da Equinox Gold Corp. - Eduardo Ezequiel dos Santos, CFO e diretor financeiro da Clamper - Elson Rocha Justino - diretor superintendente do Sicoob Credimininas - Kelly Maria Teixeira,

CEO da DVG Industrial - Maiara Vieira, a coordenadora do tributário da Fundação Renova e Sebastião Luís da Silva, diretor comercial do banco Inter.

## RECONHECIMENTO E IMPACTO

O presidente do IBEF-MG, Júlio Damião, ressaltou a importância do prêmio em reconhecer profissionais e empresas que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. “O evento, que contou com a presença significativa de executivos de finanças do PIB mineiro, reforça a relevância do setor financeiro para o estado”.

## PARCERIAS E FUTURO

O sucesso do evento foi possível graças ao apoio de diversas empresas e instituições. A 39ª Edição do Prêmio O Equilibrista, teve o patrocínio Ouro das empresas: Arcelor Mittal, PwC, Exclusive Seguros. Prata da Global 30 e Bronze, as empresas Azevedo Sette Advogados, AeC, AVB, Banco Inter, Mapfre Investimentos e Mouta Tavares Advogados. Apoio Institucional, Diário do Comércio, Mater Dei Nova Lima, MercadoComum e Solutions Gestão de Seguros.

# As 10 ideias de negócios mais procuradas em 2024

*Segundo levantamento de pesquisas realizadas no portal do Sebrae, a tendência são atividades que exigem investimento de baixo custo e com alta rentabilidade*



Corretor de imóveis, designer gráfico, distribuidora de bebidas e escritório de consultoria foram alguns dos modelos de negócio mais requisitados em 2024. É o que mostra um levantamento feito pelo Sebrae de acordo com as atividades mais procuradas no portal da instituição. Os dados apontam para uma tendência de profissionais liberais, com investimentos de baixo custo, mas com possibilidade de alta rentabilidade, além da disponibilidade de trabalhar em horários diversos e em ambientes remotos. Em paralelo, ainda há espaço para negócios tradicionais de comercialização de produtos que tem vendas "garantidas", como é o caso das distribuidoras de bebidas.

Somando à lista dos dez modelos de negócios, mais de 146 mil pesquisas foram contabilizadas até outubro deste ano. Em primeiro, está a atividade de corretor de imóveis (40 mil acessos), com mais do que o dobro do que o segundo lugar, que ficou com designer gráfico (18 mil). As distribuidoras de bebidas ficaram em terceiro (16 mil).

## AS 10 IDEIAS DE NEGÓCIOS MAIS PROCURADAS (ENTRE JANEIRO E OUTUBRO DE 2024):

- 1. Corretor de imóveis**  
(40 mil acessos)
- 2. Designer gráfico**  
(18 mil)
- 3. Distribuidora de bebidas**  
(16 mil)
- 4. Escritório de consultoria**  
(15 mil)
- 5. Fábrica de produtos de chocolate**  
(12 mil)
- 6. Loja de cosméticos e perfumaria**  
(11 mil)
- 7. Papelaria**  
(10 mil)
- 8. Imobiliária**  
(10 mil)
- 9. Pet shop**  
(7 mil)
- 10. Agência de viagens**  
(7 mil)

O gerente de Gestão de Soluções do Sebrae, Eduardo Curado, comenta que o sucesso dos negócios procura-

dos ou já abertos neste ano dependem fundamentalmente de um bom planejamento. "Para o desenvolvimento de um plano de negócio adequado à realidade de cada futuro empreendedor ou mesmo de quem quer melhorar seu negócio, temos o PNBOX, nossa ferramenta de Plano de Negócios", indica. "E para o constante aprendizado, indicamos nossos cursos on-line, que são gratuitos e abarcam diversos temas de gestão. É importante que o empreendedor se mantenha atualizado sobre as tendências de negócios", complementa Eduardo Curado.

De acordo com a gestora nacional da plataforma Ideias de Negócio, Luciana Macedo, uma das ferramentas que mais pode apoiar os empreendedores no início de suas empresas é o Empretec [<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empretec>], iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aplicada no Brasil pelo Sebrae, que trabalha o desenvolvimento das habilidades empreendedoras de sucesso. "Competências como calcular riscos, persistência e estabelecer metas estão entre as características comportamentais desejáveis no empreendedor para que ele tenha sucesso em seu negócio", explica.

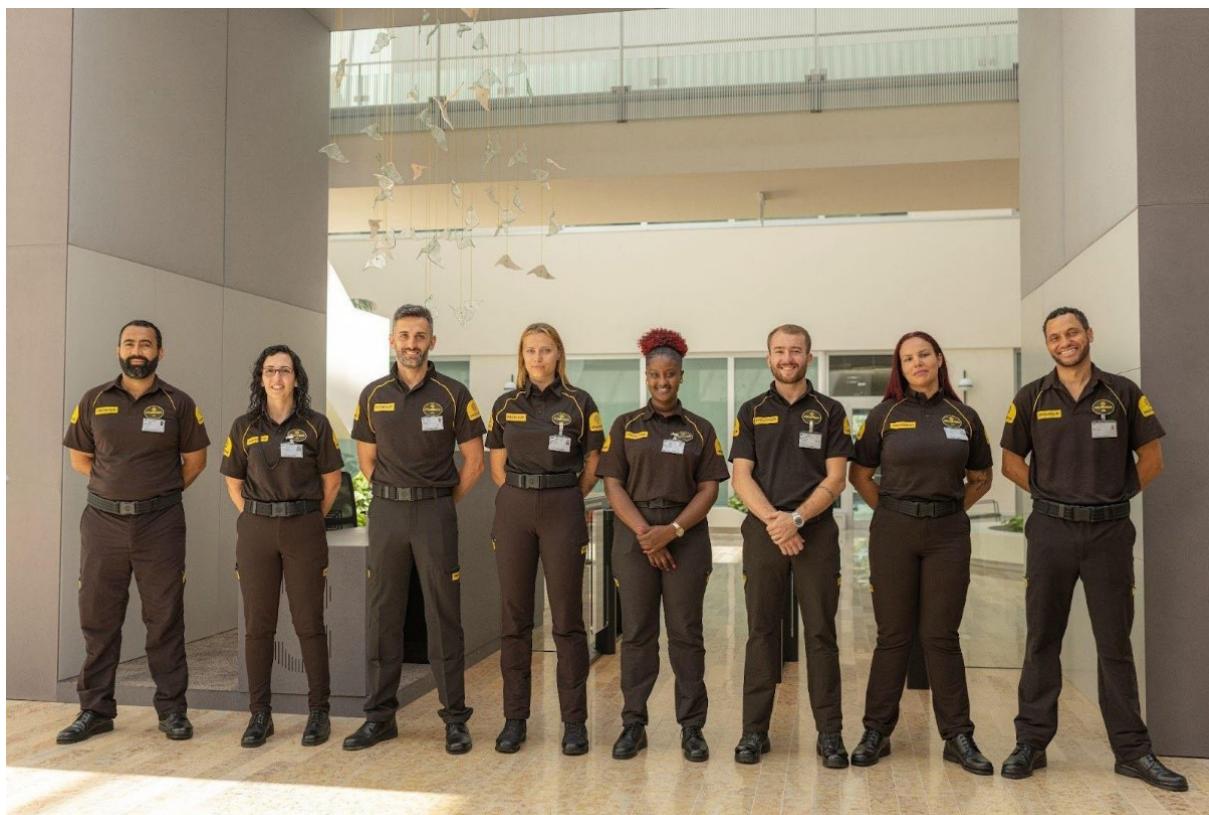
## IDEIAS DE NEGÓCIO

Mais de 400 ideias de negócios estão disponíveis no portal do Sebrae [[www.sebrae.com.br/ideiasdenegocios](http://www.sebrae.com.br/ideiasdenegocios)], com informações completas e indicações sobre a melhor localização recomendada, equipe para cada tipo de negócio, equipamentos, legislação, entre outras.

# Prosegur é reconhecido pelo Financial Times como a empresa mais “inclusiva e equitativa” do setor de segurança privada do mundo

*O grupo alcançou o sétimo lugar na categoria “Business Services and Supplies”, tornando-se a melhor empresa do setor de segurança privada e subindo do nono lugar no ano passado*

*Esse reconhecimento destaca o compromisso e a liderança do Grupo Prosegur em diversidade e inclusão, um aspecto fundamental na gestão de sua força de trabalho de mais de 175.000 funcionários*



O Grupo Prosegur, líder no setor de segurança privada, foi incluído pelo segundo ano consecutivo no ranking “Diversity Leaders”, elaborado pelo Financial Times em colaboração com a Statista. Nessa ocasião, a empresa espanhola alcançou a sétima

posição na categoria 'Business Services and Supplies', subindo da nona posição obtida no ano anterior.

Esse reconhecimento reafirma o compromisso da empresa com a inclusão e a igualdade, valores que a empresa

continua a fortalecer em sua estratégia global por meio de políticas corporativas e programas de diversidade.

A metodologia para a seleção das empresas líderes em diversidade consistiu em uma avaliação abrangente



de mais de 100 mil funcionários de uma série de empresas europeias, que avaliaram as políticas e práticas de diversidade e inclusão de seus empregadores. Essas entrevistas foram responsáveis por 70% da pontuação final, complementada por três indicadores objetivos: a porcentagem de mulheres em cargos de gerência, iniciativas pró-diversidade e a pontuação de diversidade calculada pelo Denominador da empresa. A lista final inclui as 850 empresas mais bem avaliadas, colocando o Grupo Prosegur na 155ª posição, o que representa um avanço representativo em relação à 283ª posição alcançada no ano anterior.

“Subir posições nesse ranking reforça o compromisso da empresa com a diversidade e a inclusão, que são parte fundamental de nossa cultura corporativa. Uma força de trabalho diversificada não apenas enriquece a empresa, mas também gera um impacto positivo na sociedade. Continuaremos promovendo esses valores fundamentais para construir um ambiente de trabalho ainda mais inclusivo e igualitário para todos”, destacou Juan Luis Martín, Diretor Global de Recursos Humanos do Grupo Prosegur.

Com uma força de trabalho de mais de 175 mil funcionários, o Grupo Prosegur integrou a diversidade como um valor essencial em sua gestão de mão de obra. Atualmente, 21% da força de trabalho da empresa é representada por mulheres, superando assim a média do setor. O Comitê Técnico Consultivo da BME Exchange reconheceu em 2024 o compromisso da empresa com a igualdade, incorporando a Prosegur ao índice “Ibex Gender Equality”, o primeiro índice espanhol de igualdade de gênero que inclui valores cotados na bolsa de valores que têm uma porcentagem de mulheres em sua força de trabalho entre 25-75%, no caso do conselho de administração, e entre 15-85% para a alta administração.

Durante 2024, a empresa participou de iniciativas significativas, como Empowered Women, Tecnnovation Girls e Target Gender Equality, com o objetivo de fortalecer a participação e o desenvolvimento de talentos femininos. Além disso, o compromisso da Prosegur com a diversidade e a inclusão se reflete em ações tangíveis, como o Centro Especial de Emprego Aprocor-Prosegur, que desde 2007 oferece oportunidades reais de traba-

lho a pessoas com deficiência.

O Grupo Prosegur é referência mundial no setor de segurança privada. Através de suas linhas de negócios, Prosegur Security (Segur-Pro-BR), Prosegur Cash, Prosegur Alarms, Prosegur AVOS e Cipher, oferece às empresas e às residências uma segurança confiável baseada nas soluções mais avançadas do mercado. Com presença global, o Grupo Prosegur teve um faturamento de 4.310 milhões de euros em 2023 e está listada nas bolsas de valores espanholas sob o indicador PSG. Atualmente, a companhia conta com uma equipe de cerca de 150 mil funcionários.

A companhia atua de acordo com as melhores práticas ambientais, sociais e de boa governança, configurou a sustentabilidade como um pilar estratégico em todas as suas ações, com o objetivo de ser a referência do setor. Além disso, canaliza sua ação solidária através da Fundação Prosegur, que atua em quatro áreas de ação: educação, inclusão trabalhista de pessoas com deficiência intelectual, voluntariado empresarial e promoção da cultura.

# Drogaria Araujo inaugura segunda unidade em Itabirito-MG e fecha o ano com 23 novas lojas

*Com início da operação, 30 novos empregos serão gerados*

A Drogaria Araujo inaugurou no dia 13 de dezembro a sua segunda loja em Itabirito. Localizada na Rua João Pinheiro, número 8, no bairro Santa Efigênia, a nova unidade ocupa um ponto estratégico: uma esquina de grande visibilidade, com acessibilidade facilitada e amplo estacionamento, no principal eixo de conexão Centro-Bairro.

A escolha do local reflete a forte demanda por uma unidade na região em expansão, abrangendo bairros como Santa Efigênia, Novo Itabirito e São José. A primeira loja da rede, situada no centro da cidade, tornou-se um case de sucesso, mas estudos indicaram que 40% do município ainda clamava pela presença da Araujo em outras áreas.

Com 400 metros quadrados de área total, a loja oferece estacionamento com 17 vagas e gerou 30 empregos diretos para a comunidade local.

Itabirito, reconhecida entre as 40 cidades mais ricas de Minas Gerais devido ao impacto econômico da mineração, ocupa uma posição estratégica no plano de expansão da Drogaria Araujo. Essa inauguração reafirma a importância do município como polo de crescimento e consolida a presença da rede na região.

## QUALIDADE

A nova loja da Drogaria Araujo em Itabirito oferece um mix variado com mais de 22 mil itens, incluindo medicamentos, dermocosméticos e



produtos para higiene, bem-estar e conveniência. O Espaço Mais Saúde se destaca pela vasta seleção de medicamentos, incluindo opções especiais como hormônios, além de produtos essenciais para o cuidado pessoal.

Outros setores, como Mamã e Bebê, Mais Beleza e Casa & Pet, oferecem produtos voltados às diferentes necessidades dos clientes, desde artigos para gestantes até produtos para animais de estimação. A loja também conta com o Espaço Saúde em Dia, clínica farmacêutica que disponibiliza serviços como aferição de pressão arterial, testes rápidos e programas para gestão de peso, promovendo bem-estar e praticidade para a comunidade.

## CRESCIMENTO

No último dia 27 de novembro de 2024, a Drogaria Araujo alcançou a marca histórica de R\$ 4 bilhões em

faturamento, número que reflete o incansável compromisso em cuidar, encantar e fidelizar os clientes em mais de 60 cidades mineiras ao longo de seus 118 anos de história.

O marco posiciona a Araujo entre as 30 maiores varejistas do Brasil e é resultado da dedicação de uma equipe de mais de 12 mil pessoas, a Liga A.

Com mais de 118 anos de história, a Drogaria Araujo é a maior rede de drogarias de Minas Gerais, com mais de 340 lojas espalhadas pelo estado. A rede é conhecida por seu pioneirismo e inovação, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços farmacêuticos de alta qualidade. Pioneira em diversos serviços, como o primeiro atendimento 24 horas em farmácias de Belo Horizonte e o primeiro telemarketing farmacêutico do Brasil, a Araujo segue sendo referência em saúde, conveniência e atendimento de excelência.

# JBS ganha prêmio 'Empresa Exportadora do Ano', pela Apex

*Joesley Batista, acionista da J&F e integrante do Conselho de Administração da JBS, destaca que o Brasil segue sendo o foco de investimentos da Companhia*

A JBS foi reconhecida como a 'Empresa Exportadora do Ano', na categoria 'Desenvolvimento Sustentável' do Prêmio Melhores Negócios Internacionais 2024, durante cerimônia realizada na última segunda-feira (9) no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo. A premiação, promovida pela ApexBrasil e pela revista Exame, reconhece as empresas brasileiras que mais se destacaram no mercado global entre janeiro de 2023 e junho de 2024.

Ao receber o prêmio, Joesley Batista, acionista da J&F e integrante do Conselho de Administração da JBS, destacou que a empresa é a que possui maior presença no exterior, mas reforça que o Brasil segue sendo o foco de investimentos da companhia. O executivo ainda destaca a importância da premiação para a Companhia e para o país. "Precisamos nos orgulhar da qualidade dos produtos que o Brasil exporta para o mundo. Isso se deve ao enorme salto de qualidade e produtividade que a agropecuária do país deu nas últimas décadas, graças ao trabalho de pesquisa científica e ao esforço dos nossos produtores rurais."

Para Joesley, o Brasil é, atualmente, um dos poucos lugares no mundo que têm a capacidade de ampliar a produção para acompanhar uma demanda global crescente por alimentos. Considerando que a população deverá atingir aproximadamente 10 bilhões de pessoas até 2050, o executivo reforça que é preciso produzir mais com menos, preservando os recursos naturais.

"A JBS hoje tem uma plataforma global. Com o nosso time, a nossa constante inovação e o foco na excelência operacional, estamos conseguindo agregar valor aos produtos do campo brasileiro ao mesmo tempo em que atendemos às necessidades dos nossos clientes e con-



sumidores, nos mercados mais exigentes do mundo."

Além da excelência na qualidade dos produtos, a JBS é reconhecida também pelo seu compromisso com a sustentabilidade. Joesley Batista relembrou o trabalho pioneiro da companhia no monitoramento de seus fornecedores e na implementação de práticas sustentáveis, como o programa "Escritórios Verdes", que já beneficiou mais de 14 mil produtores, oferecendo apoio para a regularização ambiental e assistência técnica para produzir de maneira mais eficiente.

O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, ressaltou no discurso de abertura o momento que o Brasil vive hoje no comércio exterior. "Nos próximos dois anos, poderemos alcançar US\$ 1 trilhão de fluxo de comércio exterior. Isso significa mais emprego, melhor remuneração para quem trabalha e maior presença do Brasil no mundo. Uma empresa que exporta precisa estar mais qualificada porque disputa o mercado mundial e tem que ter conceito nos produtos. E o Brasil hoje está pronto para todo e qualquer desafio internacional", disse Viana.

A JBS é uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Com uma plataforma diversificada por tipos de produtos (aves, suínos, bovinos e ovinos, além de plant-based), a Companhia conta com mais de 270 mil colaboradores, em unidades de produção e escritórios em países como Brasil, EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, China, entre outros. No Brasil, a JBS é uma das maiores empregadoras do país, com 158 mil colaboradores. No mundo todo, a JBS oferece um amplo portfólio de marcas reconhecidas pela excelência e inovação: Friboi, Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo, Just Bare, entre muitas outras, que chegam todos os dias às mesas de consumidores em 190 países. A empresa investe em negócios correlacionados, como couros, biodiesel, colágeno, higiene pessoal e limpeza, envoltórios naturais, soluções em gestão de resíduos sólidos, reciclagem e transportes, com foco na economia circular. A JBS conduz suas operações priorizando a alta qualidade e a segurança dos alimentos e adota as melhores práticas de sustentabilidade e bem-estar animal em toda sua cadeia de valor, com o propósito de alimentar pessoas ao redor do mundo de maneira cada vez mais sustentável.

# Gerdau inicia a produção de vergalhão em rolo em Minas Gerais

*O vergalhão CA-50 em rolo produzido na unidade mineira reforça a posição da Gerdau como referência no mercado de aços longos*

A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, inicia a produção do vergalhão CA-50 em rolo em Minas Gerais. Já produzido em outras unidades da Gerdau no Brasil, o vergalhão em rolo traz ganhos em produtividade para os clientes da construção civil, além de reduzir as perdas no processo de Corte e Dobra.

O produto, certificado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), atende aos mais rigorosos padrões de qualidade, assegurando confiabilidade e segurança nas mais diversas aplicações.

Para o diretor industrial da Usina de Ouro Branco, Marcelo Teixeira, a introdução do vergalhão CA-50 em rolo na linha de produção da unidade é um investimento estratégico em tecnologia e qualidade. “Alinhado aos mais rigorosos padrões técnicos, o material proporciona eficiência nos processos construtivos, contribuindo para um futuro mais sustentável”.

Disponível nas bitolas de 6,3mm a 20mm e fornecido em rolos de 2 toneladas, o vergalhão CA-50 combina maleabilidade e soldabilidade, características essenciais para otimizar processos industriais que demandam corte e dobra. Seu uso abrange uma ampla gama de aplicações para os mercados de construção civil, industrial e de infraestrutura, além de soluções pré-moldadas como postes e outras estruturas.

Para o diretor comercial da Gerdau, Carlos Eduardo Vieira da Silva, com esse novo produto, a Gerdau



demonstra mais uma vez sua capacidade de oferecer soluções que agregam valor aos projetos dos clientes. “A versatilidade e a qualidade do vergalhão CA-50 em rolo o posicionam como referência no mercado, abrindo novas possibilidades para clientes da construção civil”, justifica Vieira.

Com 123 anos de história, a Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Além disso, possui uma divisão de novos negócios, a Gerdau Next, com o objetivo de empreender em segmentos adjacentes ao aço. Com o propósito de empoderar pessoas que constroem o futuro, a companhia está presente em vários países e conta com mais de 30 mil colaboradores em todas as

suas operações. Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: mais de 70% do aço que produz é feito a partir desse material. Todo ano, 11 milhões de toneladas de sucata são transformadas em diversos produtos de aço. A companhia também é a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 250 mil hectares de base florestal no estado de Minas Gerais. Como resultado de sua matriz produtiva sustentável, a Gerdau possui, atualmente, uma das menores médias de emissão de gases de efeito estufa (CO<sub>2</sub>e), de 0,91 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço, o que representa aproximadamente a metade da média global do setor, de 1,91 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço (worldsteel). Para 2031, a meta da Gerdau é diminuir as emissões de carbono para 0,82 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço. As ações da Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3) e Nova Iorque (NYSE).

## Créditos do BNDES para exportações de bens e serviços não podem ser colocados em risco



A CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou, no dia 09 de dezembro, a seguinte nota pública: - “Foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3 de 2023, que confere ao Congresso poder de veto ao crédito internacional para exportações de bens e serviços de empresas brasileiras, concedido por instituições financeiras controladas pela União, em especial o BNDES.

Nessas operações, os recursos, em reais, são destinados diretamente ao exportador brasileiro. Não há remessa de dinheiro ao exterior. Ademais, tais créditos não concorrem com financiamentos de projetos de infraestrutura ou de qualquer outro tipo. Cabe mencionar, ainda, que a

inadimplência do BNDES é baixíssima: em 2023 era de 0,01%, contra 3% do sistema financeiro brasileiro como um todo.

É importante considerar que a produção de bens e a elaboração de um projeto de engenharia, infraestrutura ou industrial para exportação são relevantes geradoras de emprego e renda no Brasil. O BNDES já financiou a construção do aeroporto de Miami/EUA, além de diversos empreendimentos na Argentina, México, Angola e Moçambique, dentre outros países. Tudo isso contribui para o superávit da balança comercial.

Os financiamentos do BNDES são importantíssimos para as exportações das indústrias brasileiras, como Embraer e WEG, e de serviços de en-

genharia, que concorrem com empresas de todo o mundo, as quais contam com farto financiamento de exportações por bancos públicos dos seus países, como Alemanha, China, Coreia do Sul, EUA e Japão. Em 2022, somente 0,2% das exportações brasileiras tiveram financiamento por bancos públicos, ante a média de 8,1% das demais nações.

Se for aprovada, a PEC reduzirá a nossa competitividade no mercado externo, pois aumentará a burocracia e a incerteza nos processos de financiamento, impactando também os prazos das operações, agravando o já elevado “Custo Brasil”. Por isso, que prevaleça o bom senso na sequência da tramitação da PEC, que ainda passará pelo crivo de uma Comissão Especial da Câmara, antes de ser levada ao plenário.”

# Custos elevados e incertezas jurídicas marcam o ano de 2024 do transporte de cargas em Minas Gerais

*Setcemg reforçará ações, em 2025, para maior mobilização e fortalecimento do setor, como abertura de delegacias regionais e ampliação de eventos*



O setor de transporte de cargas no Brasil enfrentou um ano desafiador em 2024, marcado por aumentos significativos de custos operacionais, dificuldades regulatórias e incertezas jurídicas. Em meio a esse cenário, Minas Gerais foi um dos estados impactados pela alta nos custos com equipamentos, manutenção e insumos, estimada entre 14% e 15%, de acordo com o presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Antonio Luis da Silva Junior:

“Isso pressionou as margens das empresas. A maioria das transportadoras não conseguiu repassar esses aumentos para os preços dos fretes, o que acentua a defasagem tarifária”, ressalta.

Diante disso, o dirigente espera em 2025 com mais mobilização por parte do setor. “Para o próximo ano, precisamos de mais união entre os transportadores, pois é por meio dessa força coletiva que podemos alcançar o fortalecimento necessário para superar as adversidades e garantir melhores condições para todos”, afirma.

Para atingir os objetivos, o Setcemg

vai intensificar ações, como ampliação de cursos de capacitação e eventos técnicos, como o ‘Café com Palestra’, que será itinerante, além da presença mais ostensiva de representantes da entidade em fóruns e discussões estratégicas que envolvam o setor. Também criará delegacias regionais, com objetivo de oferecer os serviços da entidade a diferentes regiões do estado. Neste ano houve a inauguração de uma delegacia regional em Patos de Minas, no Alto Paranaíba.

O dirigente reforça que um dos pontos críticos apontados pelo setor é a insegurança jurídica causada por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente as com efeitos retroativos, como a Lei do Motorista. Em julgamento, o órgão declarou inconstitucionais diversos pontos da lei, afetando diretamente questões como o tempo de espera, o fracionamento das 11 horas (interjornada), o acúmulo do descanso semanal e o descanso de motoristas em dupla dentro do veículo em movimento.

“Um motorista pode passar até 10 horas esperando para carregar, e quando finalmente consegue, sua jornada já se encerrou, obrigando-o a

cumprir 11 horas de descanso antes de seguir viagem. Isso atrasa o transporte e gera prejuízos consideráveis para o setor, tanto em tempo quanto em custo operacional”, afirma Junior. Ele acrescenta que muitas empresas não se prepararam para lidar com esses passivos, o que poderá gerar custos significativos nos próximos anos.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

A proposta de regulamentação da reforma tributária apresentada pelo governo, por meio do PLP 68/2024, tem gerado também apreensão no setor. De acordo com o presidente do Setcemg, a principal preocupação é o aumento da carga tributária para o segmento, que poderá passar a pagar mais impostos do que a média atual. A proposta prevê a eliminação de deduções que, atualmente, ajudam a mitigar os encargos, o que pode elevar a carga tributária de 22% para até 25%.

## RODOVIAS

Outro desafio para o setor é a precariedade das rodovias brasileiras. Segundo a Pesquisa CNT de Rodovias 2024, cerca de 67,5% das vias apresentavam condições regulares, ruins ou péssimas, o que eleva os custos operacionais em até 32,7% na média nacional e em 37,2% em Minas Gerais. “Além do impacto nos custos, com maior consumo de combustível, atraso nas entregas, e degradação do meio ambiente, essas condições refletem na produtividade, na segurança das operações e, principalmente, para os motoristas”, ressalta o dirigente, que sugere o aumento dos investimentos em manutenção e melhoria da malha rodoviária.

## Stellantis e CATL anunciam investimento de até €4,1 bilhões em joint venture para fábrica de baterias LFP de grande escala na Espanha



A Stellantis e a CATL anunciaram no dia 10 de dezembro um acordo para investir até €4,1 bilhões na criação de uma joint venture voltada à construção de uma planta de baterias de lítio-ferro-fosfato (LFP) em grande escala na Europa, localizada em Zaragoza, na Espanha. Projetada para alcançar neutralidade total em carbono, a fábrica será desenvolvida em várias etapas, seguindo diferentes planos de investimento.

Com previsão de início de produção até o final de 2026, na unidade

da Stellantis em Zaragoza, Espanha, a fábrica poderá atingir até 50 GWh, dependendo da evolução do mercado de energia elétrica na Europa e do apoio contínuo das autoridades espanholas e da União Europeia. A joint venture 50-50 entre a CATL e a Stellantis fortalecerá a posição de destaque da Stellantis no mercado europeu de baterias LFP, permitindo à montadora oferecer veículos elétricos mais acessíveis, duráveis e de alta qualidade. Entre os modelos previstos estão carros de passeio, crossovers e SUVs dos segmentos B e

C, com autonomia intermediária.

Em novembro de 2023, a Stellantis e a CATL firmaram um Memorando de Entendimento (MOU) não vinculativo para viabilizar o fornecimento local de células e módulos de baterias LFP para a produção de veículos elétricos na Europa. Além disso, as empresas estabeleceram uma colaboração de longo prazo com foco em dois pilares estratégicos: desenvolver um ambicioso plano tecnológico para impulsionar os veículos elétricos a bateria (BEVs) avançados da Stellan-

tis e identificar novas oportunidades para otimizar a cadeia de valor das baterias, fortalecendo sua eficiência e sustentabilidade.

“A Stellantis está comprometida com a construção de um futuro descarbonizado, adotando todas as tecnologias avançadas de baterias disponíveis para oferecer veículos elétricos competitivos aos nossos clientes”, declarou John Elkann, Chairman da Stellantis. “Essa parceria estratégica com nosso parceiro CATL trará uma produção de baterias inovadora para uma fábrica que já é referência em energia limpa e renovável, fortalecendo nossa abordagem sustentável e integrada. Agradeço a todos os envolvidos por tornarem possível este importante anúncio, especialmente às autoridades espanholas pelo apoio contínuo.”

“A joint venture levou nossa parceria com a Stellantis a um novo patamar, e estou confiante de que a nossa tecnologia de baterias avançada, juntamente com nosso amplo conhecimento operacional e a experiência de décadas da Stellantis na gestão de negócios em Zaragoza, resultarão em uma grande história de sucesso para a indústria”, disse Robin Zeng, Chairman and CEO da CATL. “O objetivo da CATL é tornar a tecnologia de zero carbono acessível em todo o mundo, e estamos ansiosos para continuar nossa colaboração com parceiros globais por meio de modelos inovadores de cooperação.”

A CATL está trazendo para a Europa tecnologia de ponta na fabricação de baterias através de suas duas fábricas na Alemanha e na Hungria, que já estão em operação. A nova unidade na Espanha ampliará ainda mais suas capacidades, ajudando a atender às metas climáticas de seus clientes e reforçando o compromisso da empresa com o avanço da mobilidade elétrica e da transição energética, na Europa e em mercados globais.



A Stellantis adota uma estratégia de dupla química – níquel- manganês-cobalto (NMC) e lítio-ferro-fosfato (LFP) – para atender a todos os perfis de clientes, além de explorar tecnologias inovadoras para células e pacotes de baterias. A empresa está comprometida em se tornar zero carbono até 2038, com a compensação das emissões restantes abaixo de dois dígitos percentuais.

A transação deverá ser concluída ao longo de 2025, sujeita às condições regulatórias habituais.

Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis do mundo com o objetivo de fornecer liberdade de mobilidade limpa, segura e acessível a todos. É reconhecida por seu portfólio único de marcas icônicas e inovadoras, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, FIAT, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. A Stellantis está executando o Dare Forward 2030, um plano estratégico ousado que abre caminho para alcançar a ambiciosa

meta de se tornar uma empresa de tecnologia de mobilidade carbono Net Zero até 2038, com compensação de até um dígito percentual das emissões restantes, ao mesmo tempo em que cria valor agregado para todas as partes interessadas. Para obter mais informações, visite [www.stellantis.com](http://www.stellantis.com).

A Contemporary Amperex Technology Co., Limited (CATL) é uma referência global em inovação tecnológica no setor de novas energias, dedicada a oferecer soluções e serviços de alta qualidade para aplicações em energia sustentável ao redor do mundo.

Desde junho de 2018, quando abriu capital na Bolsa de Shenzhen sob o código 300750, a CATL alcançou marcos impressionantes. Em 2023, liderou o consumo mundial de baterias para veículos elétricos (EV) pelo sétimo ano consecutivo e foi líder de mercado em envios globais de baterias para armazenamento de energia por três anos seguidos. A CATL também é amplamente reconhecida por seus parceiros globais no setor de veículos elétricos e energia renovável.

# Nova diretoria do Sinduscon-MG é empossada em solenidade na Arena MRV

*Durante o evento, a Sengel Construções recebeu a Medalha Paulo Simão e foi anunciada parceria do Sindicato com o Sesi/Senai e o STIC-BH Marreta, para capacitação de trabalhadores da Construção Civil*

Mais de 600 convidados, incluindo autoridades, empresários e associados, participaram ontem (4 de dezembro) da solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) para o triênio 2024/2027. Realizada na Arena MRV, em Belo Horizonte (MG), a cerimônia também foi marcada pela entrega da “Medalha Paulo Simão” à Sengel Construções e pelo anúncio de uma parceria do Sindicato com o Sesi/Senai, por meio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), e com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de BH (STIC-BH Marreta), para capacitação de trabalhadores da Construção Civil.

Em seu discurso, após a assinatura do termo de posse, o presidente do Sinduscon-MG, Raphael Lafetá, destacou a escolha do local do evento por ser a grande obra de engenharia dos últimos tempos na capital mineira. “Essa é uma homenagem a todos os construtores de BH, independentemente de serem atleticanos ou cruzeirenses.” Ele também falou sobre a honra em assumir uma entidade que tem quase 90 anos de atuação e ressaltou a importância da Construção Civil, que emprega mais de 360 mil profissionais com carteira assinada em Minas Gerais. “Nossa meta é atuar cada vez mais perto dos associados e das entidades parceiras”, comentou.

## DESAFIOS E NOVA PARCERIA

Raphael Lafetá também citou os desafios enfrentados pelo setor, principalmente ligados à escassez de mão de obra. Nesse sentido, o vice-presidente de Relações Trabalhistas do Sinduscon-MG, Felipe Boaventura, anunciou um convênio firmado com o Sistema Fiemg,



Sebastião Jacinto Jr.

Sesi/Senai e STIC-BH Marreta. Serão oferecidas 8 mil vagas de capacitação e cerca de 300 vagas para formação básica de filhos de trabalhadores da Construção Civil nas escolas do Sesi em Belo Horizonte, entre outros benefícios.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, além de destacar a Arena MRV como uma obra emblemática, enfatizou a missão do setor da Construção Civil em oferecer moradia e infraestrutura para a população. “Entre 2025 e 2029, nosso setor será responsável por cerca de R\$ 1,3 trilhão em investimentos e atualmente lutamos para manter a neutralidade tributária no país, além de solucionar problemas relacionados à taxa de juros e ao impacto do saque-aniversário no FGTS”, afirmou.

Também fizeram discursos na solenidade o presidente da Câmara Municipal de BH, Gabriel Azevedo, o secretário municipal de Política Urbana, André Reis, representando o prefeito Fuad Noman, e o secretário de Infraestrutura do Governo de Minas, Pedro Bruno de Souza.

A cerimônia de posse foi o primeiro evento da Diretoria 2024/2027 que teve todas as emissões de carbono neutralizadas, com apoio da Clam, empresa que há quase 30 anos se destaca no mercado de consultoria e sustentabilidade.

## MEDALHA PAULO SIMÃO

Os diretores da Sengel Construções, José Soares Diniz Neto e Gustavo Diniz, subiram ao palco para receber a comenda, criada para homenagear a empresa que se destaca em suas atividades na Construção Civil, pela sua capacidade empreendedora e que tenha prestado relevantes serviços ao setor e à sociedade.

A Sengel foi eleita em votação realizada pelas associadas do Sinduscon-MG. “Estamos muito honrados por receber a medalha que leva o nome de Paulo Simão, uma pessoa inspiradora com quem convivemos no Sinduscon-MG, no Seconci-MG e na CBIC”, comentou José Soares. Ele também homenageou o colaborador Paulo Roberto, presente no evento e que trabalha na Sengel há 40 anos.

# Melhora de serviços públicos e ambiente de negócios dinâmico: entidades lançam agenda para Reforma Administrativa em Brasília

*FecomercioSP e instituições do setor produtivo apresentaram propostas para reduzir a burocracia, atrair investimentos e promover mais justiça social*



Um conjunto de entidades dos setores produtivos, da sociedade civil organizada, além de empresas de todos os nichos e portes, e especialistas de diferentes áreas lançaram, nesta quinta-feira (28), em Brasília, uma Carta Aberta por uma Reforma Administrativa do Estado brasileiro. O documento foi apresentado durante um dos painéis da Conferência Nacional de Liberdade Econômica, organizada pelo Instituto de Livre Mercado (ILM) e pela Frente Parlamentar do Livre Mercado (FPLM), na Câmara dos De-

putados, diante de parlamentares, secretários estaduais e municipais, e autoridades do Executivo federal. Foi a primeira reunião sobre liberdade econômica organizada na Câmara.

Agora, a Carta fará parte de toda a mobilização que essas entidades — entre elas a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) — farão, tanto na capital federal, em projetos de lei em tramitação ou em propostas já em fase de elaboração

para discussão pública, quanto em outras instâncias de governo pelo País afora.

“Essa reforma deveria ter sido feita antes da Tributária”, afirmou Gisela Lucas, vice-presidente da FecomercioSP, durante a mesa Reformando o Brasil: a Reforma Administrativa como Caminho para a Prosperidade, dividida com Hélio Beltrão, presidente do Instituto Mises Brasil, Erivelton Mastellarro, diretor da Federação e que encabeça o Sindicato de Bijute-

rias do Estado de São Paulo (Sindijoias), Walter Shindi, vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, além de parlamentares como Domingos Sávio (PL-MG) e Adriana Ventura (Novo-SP).

“Era preciso reestruturar o Estado antes de discutir as formas de financiá-lo. Não é à toa que o governo está sendo pressionado para controlar seus gastos. A conta não está fechando”, continuou Gisela, que também preside o Conselho de Comércio Varejista (CCV) da FecomercioSP.

Vale lembrar que o evento aconteceu horas depois do anúncio de um pacote de corte de gastos que o governo federal prometia há meses — e que, de bate e pronto, gerou tensão negativa nos mercados, com o câmbio chegando à máxima histórica, cerca de R\$ 6, no mesmo dia. A medida também atravessa a Reforma.

“O problema é que, desde a Constituição de 1988, os governos só foram criando mais despesas obrigatórias”, afirmou o deputado Luiz Philippe de Orleães e Bragança (PL-SP), que lidera a FPLM e encabeçou o evento, reagindo ao anúncio feito horas antes. “E para quê? Para financiar um Estado que não para de crescer; que não deixa a nossa economia dinamizar-se, produzir riqueza, fazer o País se desenvolver e ela mesma financiar essa máquina. O Brasil está perdendo uma oportunidade”, completou.

### MELHORA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

O economista Antonio Lanzana, que preside o Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política (CSESP) da FecomercioSP, mostrou como o Brasil reduziu seu ritmo de crescimento dos anos 1980 para cá — 2,1% de alta média do PIB — em relação ao restante do mundo — 3,5% do PIB. Se o País tivesse acompanhado esse passo, teria uma produção bruta 77% superior à atual. “Sabem por que



isso aconteceu? Porque a carga tributária, que era de cerca de 25% do PIB, agora é de 34%, e isso sem que o investimento subisse da mesma forma”, afirmou, indicando como esse fenômeno aumentou o tamanho do Estado.

“O problema é que esse crescimento da participação de um setor ineficiente na economia, o público, em detrimento de um mais eficiente, o privado, limita a nossa produtividade. E qualquer país que quer se desenvolver tem de aumentar sua produtividade”, destacou o economista, indicando que a média da produção por hora trabalhada cresceu apenas 0,6% ao ano, em média, de 1980 para cá — nos últimos dez anos, essa taxa foi de 0,3%. “É muito baixo!”, enfatizou.

Na avaliação de Lanzana, não se trata só de elevar a eficiência da iniciativa privada, mas, antes de tudo, de melhorar a qualidade do gasto público com a sua própria máquina. “Isso teria vários efeitos, como mais justiça social — já que há distinções muito grandes entre os salários de servidores, por exemplo, enquanto serviços públicos permanecem muito ruins, sobretudo para as classes mais baixas”, detalhou. Mais do que isso, ele reforçou que a proposta da FecomercioSP não envolve retirada

de recursos públicos de setores fundamentais, mas justamente trata de mudar essa lógica. “É trocar os gastos correntes do governo por investimentos públicos”, explicou.

Na visão do deputado Domingos Sávio (PL-MG), também presente na Conferência, maior eficiência nos gastos públicos não significará prejudicar os servidores, mas justamente premiar os melhores, sem perder essa meta de vista. “Quando você paga melhor o bom funcionário, quando você oferece um jeito de subir na carreira, isso também é um jeito eficiente de usar o dinheiro”, argumentou.

A parlamentar Adriana Ventura (Novo-SP) fez um chamado para que esse debate não envolva apenas entidades, mas, sobretudo, os cidadãos “pagadores de impostos”. “São eles os mais afetados pela situação atual e, da mesma forma, os que seriam mais beneficiados por uma reforma dessa ordem”, pontuou.

A expectativa é de que, em 2025, a Câmara dos Deputados inaugure um Grupo de Trabalho (GT) para discutir os próximos passos desse pleito, reunindo os planos apresentados e aqueles já em curso, como o Projeto de Lei Complementar (PLP) 51/2019, de Orleães e Bragança, por exemplo,

que propõe mudanças no modelo de avaliação do desempenho de servidores públicos do País.

## SERVIÇOS PÚBLICOS E BUROCRACIA

A Carta Aberta lançada na Conferência aponta para dois objetivos fundamentais: promover justiça social e diminuir a burocracia.

No primeiro caso, o diagnóstico é que, como as classes mais baixas são as que mais dependem de serviços públicos, elas enfrentam obstáculos sociais mais graves, já que essas estruturas são obsoletas, lentas e de má qualidade. Isso fica ainda pior ao se considerar que são essas pessoas que pagam o grosso dos impostos que sustentam o País. É por isso que, no limite, o Estado é, hoje, o grande alimentador da desigualdade.

“Quem pode pagar por serviços privados leva uma vida muito melhor”, apontou. “Quem não pode ficar à mercê dessa rede estatal que é muito ruim, especialmente na saúde, na educação e nos transportes. O Estado deveria enfrentar essa situação, não favorecê-la”, prosseguiu.

Lanzana, do CESP, também reforçou esse diagnóstico, lembrando do caso da Coreia do Sul. “É um exemplo de país que aumentou seus investimentos em educação pública e teve efeitos muito positivos no longo prazo. No Brasil, os serviços são tão ruins que quem mais depende deles está muito atrás, como a gente vê nos nossos indicadores do Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes], por exemplo”, assegurou.

Já no segundo caso, a burocracia excessiva limita a experiência, tanto de cidadãos, que precisam do Estado para uma série de exigências coletivas, quanto de empresas, que dependem desses serviços para inovar, criar empregos, investir e ampliar seus negócios. Hoje, observou Mas-

tellaro, empreendedores têm dificuldades para conseguir documentos básicos, como alvarás de funcionamento ou licenciamentos — no caso ambiental, a média chega a quase dois anos —, enquanto agonizam frente a custos altos para abrir novas vagas ou estender os negócios para outros ramos. “Com menos burocracia, um funcionalismo otimizado e gastos racionalizado

A estrutura da administração estatal não só é burocrática, como também ineficiente — e isso acontece, para as entidades mobilizadas na Carta Aberta, justamente porque ela não funciona com base em um modelo meritocrático, de valorização do rendimento dos servidores. É por isso que um dos pressupostos das sugestões apresentadas é a implementação de modelos de mensuração e de critérios de desempenho dos funcionários públicos, o que faria não apenas com que os serviços fossem dinamizados como diminuiria os gastos com eles.

## PROPOSTAS PARA REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO

*Avanços na regulamentação do estágio probatório, com definição clara de uma avaliação criteriosa e pré-definida.*

*Garantia de estabilidade apenas em carreiras públicas efetivamente ameaçadas de perseguição política.*

*Definição de mudanças nas regras das carreiras públicas apenas para novos entrantes.*

*Readaptação dos planos de carreiras públicas, com redução dos salários iniciais e programas mais lentos de progressão.*

*Introdução de sistemas de avaliação, com indicadores pré-definidos, públicos e diagonais às instâncias de governo.*

*Unificação de critérios de carreiras em padrões comuns a todas as instâncias.*

*Mudança na regra de aumento de salários do presidente e dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para torná-la independente das remunerações de cargos de confiança ao redor deles.*

*Permissão de reduções temporárias de salários em situações extremas, como epidemias ou fortes restrições fiscais.*

*Em consonância com o PL 2.721/2021, proibição de supersalários, estimando o teto das remunerações a partir do quanto ganha o presidente da República.*

*Definição de ações para avançar em reformas administrativas estaduais e municipais, sem intervenção do governo federal.*

*Proibição de privilégios remuneratórios e benefícios excedentes em cargos públicos.*

*Modernização dos concursos públicos, conforme já foi sancionado pelo Executivo em setembro de 2024 (Lei 2.258/2024) [PROPOSTA ATENDIDA]*

*Definição de promoções para novos entrantes ao limite de 5% do total de pessoas em cada carreira a cada ciclo de avaliação.*

*Revisão de cargos públicos obsoletos, pendente de estudo e, posteriormente, de eliminação de carreiras desnecessárias às demandas atuais.*

*Regulamentação de demissão por baixo desempenho.*

# Levamos **cuidado** para todas as pessoas, por meio de produtos de **saúde,** **beleza e bem-estar.**

Para quem se permite, o cuidado é um presente.

Para nós, um direito de todos.

Nós somos o cuidado que faz bem.

*farmax*

SUNLESS

**Negra  
Rosa**

🌐 sanavita.

# Pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada brasileira bate novo recorde e se aproxima de R\$ 1 trilhão. E vai continuar aumentando...

*No acumulado em doze meses até novembro de 2024, o pagamento de juros nominais alcançou R\$ 918,16 bilhões (7,85% do PIB);*

*O déficit nominal das contas públicas brasileiras somou R\$1.111,03 bilhões - (9,50% do PIB) no acumulado do mesmo período. As despesas com juros foram responsáveis por 83% do total do déficit nominal registrado nesse período;*

*A dívida bruta geral do governo (DBGG – resultado consolidado da União, Estados e Municípios) atingiu R\$ 9.085, 73 bilhões, correspondente a 77,7% do PIB em novembro de 2024;*

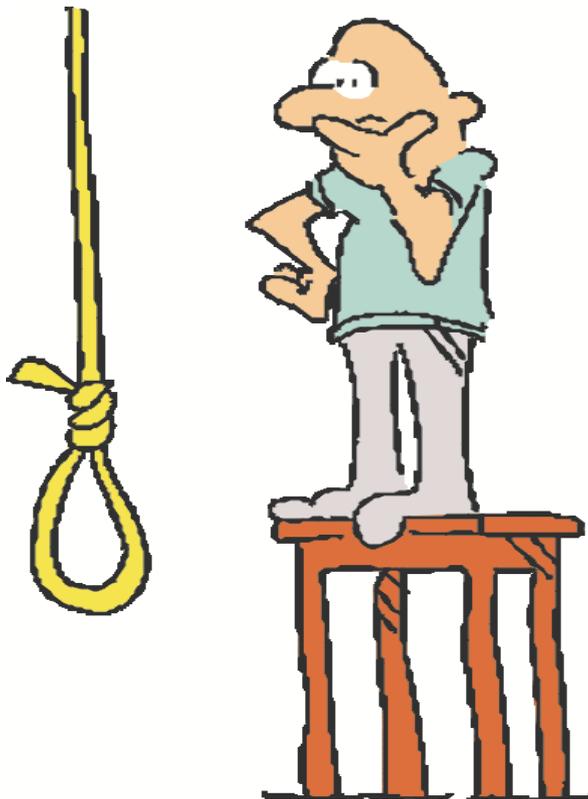
*As despesas no pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada brasileira consomem mais de 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional;*

**Carlos Alberto Teixeira de Oliveira**

Esses dados constam do relatório “Estatísticas Fiscais” divulgado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2024 e considerava o PIB brasileiro em R\$ 11.693,35 bilhões.

A forma convencional de analisar a dívida bruta é em comparação com o PIB-Produto Interno Bruto. Em novembro de 2024, o estoque atingiu R\$ 9,086 trilhões - 77,7% do PIB-Produto Interno Bruto, o que corresponde a um dos maiores patamares desde outubro de 2021, quando foi de 79,1%.

A persistência da taxa básica, a Selic, em nível elevado encarece o financiamento da dívida expande o seu estoque. Os principais fatores responsáveis pelo aumento da dívida bruta



foram os juros nominais incorridos no período.

## 1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$6,6 bilhões em novembro, ante déficit de R\$37,3 bilhões no mesmo mês de 2023. No Governo Central e nas empresas estatais houve déficits, na ordem, de R\$5,7 bilhões e R\$1,3 bilhão, e nos governos regionais, superávit de R\$405 milhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$192,9 bilhões, equivalente a 1,65% do PIB e 0,28 p.p. inferior ao déficit acumulado nos doze meses até outubro.

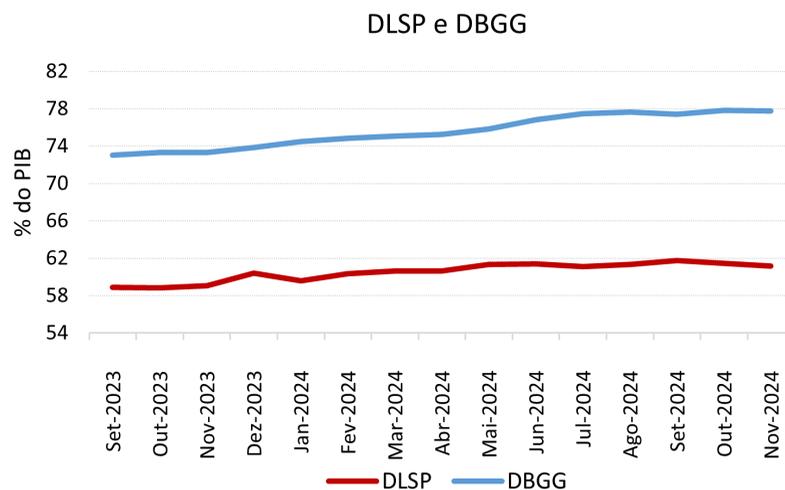
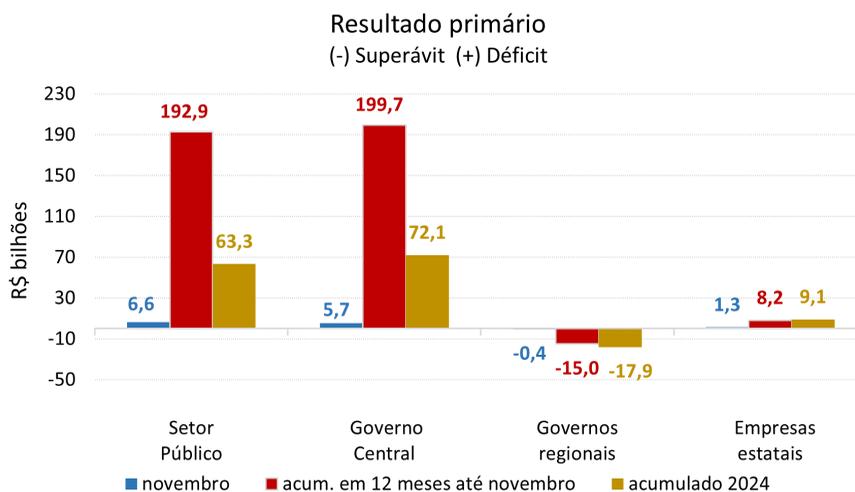
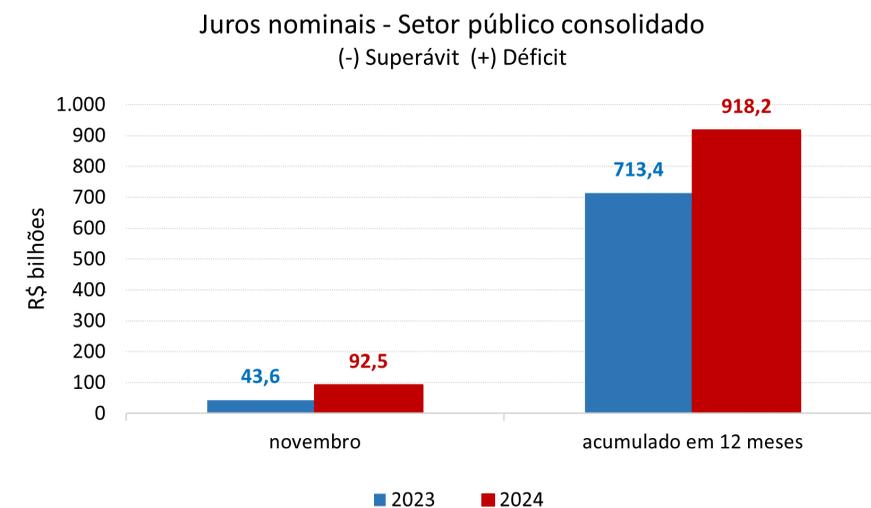
Os juros nominais do setor público não financeiro consolidado, apropriados

por competência, somaram R\$92,5 bilhões em novembro de 2024, comparativamente a R\$43,6 bilhões em novembro de 2023. Esse aumento foi influenciado pelo resultado das operações de swap cambial (perda de R\$20,3 bilhões em novembro de 2024 e ganho de R\$18,3 bilhões em novembro de 2023). No acumulado em doze meses até novembro de 2024, os juros nominais alcançaram R\$918,2 bilhões (7,85% do PIB), comparativamente a R\$713,4 bilhões (6,56% do PIB) nos doze meses até novembro de 2023.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$99,1 bilhões em novembro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.111,0 bilhões (9,50% do PIB), ante déficit nominal de R\$1.092,8 bilhões (9,42% do PIB) acumulado até outubro de 2024.

## 2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

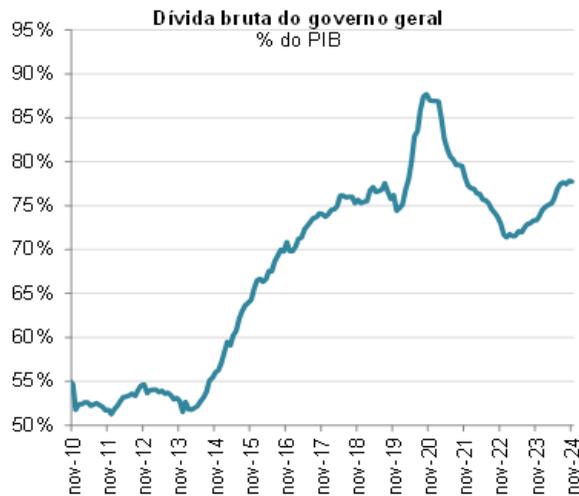
A DLSP atingiu 61,2% do PIB (R\$7,2 trilhões) em novembro, reduzindo-se 0,3 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu em especial os impactos da desvalorização cambial de 4,8% no mês (-0,6 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), e do déficit primário (+0,1 p.p.). No ano, a DLSP elevou-se 0,8 p.p. do PIB, em função, sobretudo, dos impactos dos juros nomi-



nais (+7,3 p.p.), do déficit primário (+0,5 p.p.), do reconhecimento de dívi-

das (+0,2 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 25,0% acumulada no

ano (-2,7 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-3,9 p.p.), dos demais



ajustes da dívida externa líquida (-0,4 p.p.), e do ajuste de privatizações (-0,3 p.p.).

A DBGG – que abrange Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 77,7% do PIB (R\$9,1 trilhões) em novembro de 2024, redução de 0,1 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Essa redução decorreu principalmente da variação do PIB nominal (-0,6 p.p.), do resgate líquido de dívida (-0,3 p.p.), da evolução dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.) e do efeito da desvalorização cambial (+0,2 p.p.). No ano, o aumento de 3,9 p.p. do PIB resulta sobretudo da incorporação de juros nominais (+6,9 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,7 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada (+0,9 p.p.), do reconhecimento de dívida (+0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-4,7 p.p.).

Após esse resultado, a projeção do mercado para o resultado primário do setor público consolidado em 2024 é de déficit de R\$ 45 bilhões (-0,4% do PIB). No



último mês do ano, a dívida bruta do governo geral deve ter recuado 0,7 p.p. em relação a novembro, devido a menores emissões líquidas de títulos e a operações de intervenções do Banco Central no mercado cambial.

Assim, a DBGG deve terminar o ano em 77,0% do PIB (+3,2 p.p. em relação a 2023). A elevação em relação a 2023 será causada, fundamentalmente, pelo déficit primário e pelos juros nominais. Para a dívida líquida do setor público,

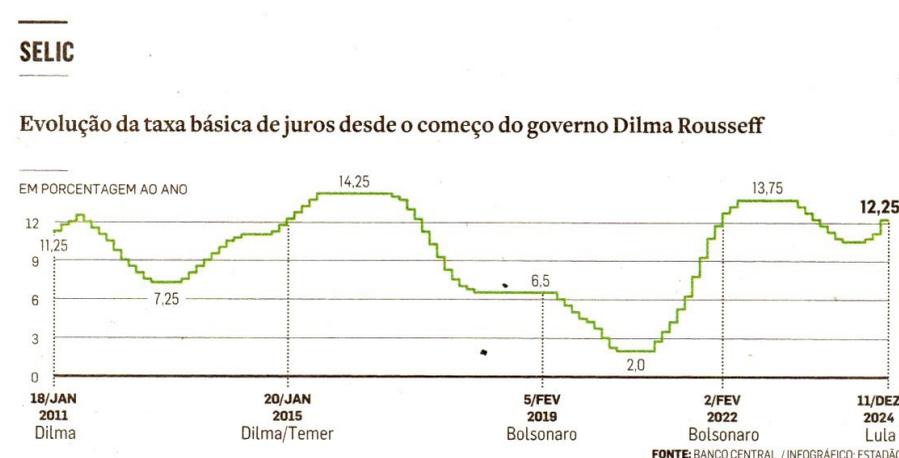
espera-se que termine o ano em 61,3% do PIB (+0,8 p.p. em relação a 2023). A elevação causada pelo déficit nominal será em grande parte compensada pela forte desvalorização cambial, resultando em incremento modesto do indicador.

# Aumento de 1% na taxa Selic elevou em mais de R\$ 90 bilhões as despesas no pagamento de juros nominais da dívida pública consolidada brasileira – montante muito superior aos R\$ 70 bilhões de cortes de despesas previstos no Pacote Fiscal anunciado recentemente pelo governo

*COPOM indica que promoverá ao menos mais dois novos aumentos da mesma magnitude em 2025, o que levaria a Selic a 14,25% ao ano até março*

Em sua última reunião do ano do Comitê de Política Monetária-COPOM realizada dia 11 de dezembro, o Banco Central decidiu elevar a taxa básica Selic em 100 pontos-base, para 12,25% ao ano. A decisão foi unânime - e veio em linha com a expectativa que passou a preponderar nos mercados depois que a frustração com o anúncio do pacote fiscal provocou expressivo repique do câmbio e das expectativas de inflação.

O comunicado de política monetária sofreu alterações para indicar que o Banco Central passou a enxergar um "cenário mais adverso para a convergência da inflação", em contexto de "materialização de riscos". De acordo com o Copom, essa materialização de riscos tornou o cenário "menos incerto", porém "mais adverso". O COPOM entende que "o recente anúncio fiscal afetou, de forma relevante, os preços de ativos e as expectativas dos agentes, especialmente o prêmio de risco, as expec-



tativas de inflação e a taxa de câmbio" - avaliando que "tais impactos contribuem para uma dinâmica inflacionária mais adversa".

Cabe lembrar que a dívida bruta consolidada brasileira – União, Estados e Municípios – alcançou 78,6% do PIB-Produto Interno Bruto do país em outubro último – totalizando R\$ 9.008,3 bilhões, de acordo com o Banco Central do Brasil, conforme estudo detalhado apresentado a seguir. Portanto, a elevação de 1 ponto percentual na taxa Selic sig-

nificará uma expansão de despesas no pagamento de juros da ordem de R\$ 90 bilhões/ano – muito superior aos R\$ 70 bilhões que o governo pretende economizar com o Pacote Fiscal anunciado recentemente e ainda sujeito a aprovação pelo Congresso Nacional.

Merece destaque que no acumulado de 12 meses até outubro, o setor público consolidado gastou R\$ 869,3 bilhões com juros da dívida – ou 7,57% do PIB – Produto Interno Bruto e que déficit fiscal nominal das contas pú-

blicas brasileiras consolidadas nos doze últimos meses até outubro, foi de R\$ 1,093 trilhão, o que representa 9,52% do PIB;

A justificativa do COPOM é que seus integrantes passaram a enxergar um cenário "marcado por desencorajamento adicional das expectativas de inflação, elevação das projeções de inflação, dinamismo acima do esperado na atividade [econômica] e maior abertura do hiato do produto [que se encontra em terreno positivo]". Isso, somado à elevação da projeção oficial de

inflação para 4% no horizonte relevante para a política monetária (2º trimestre de 2026), levou o Banco Central a indicar que o cenário "exige uma política monetária ainda mais contracionista".

Nessas circunstâncias, o COPOM "decidiu realizar um ajuste de maior magnitude", elevando a Selic em 100 pontos-base e indicando que "diante de um cenário mais adverso para a convergência da inflação, antevê (...) ajustes da mesma magnitude nas próximas duas reuniões". Ou seja, o Banco Central já "encomendou" ao menos mais dois aumentos de 100 pontos-base, o que levaria a Selic a 14,25% ao ano até março - nível superior à projeção que o mercado vinha mantendo em um cenário base, ainda que com viés de alta, de que a Selic chegaria a 13% no final do ciclo de aperto monetário em curso.

Ademais, é preciso notar que o Banco Central reafirmou que a "magnitude total do ciclo de aperto monetário será ditada pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta e dependerá da evolução da dinâmica da inflação, em especial dos componentes mais sensíveis à atividade econômica e à política monetária, das projeções de inflação, das expectativas de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos". Ou seja, indicou que a Selic poderá ser elevada para além dos dois ajustes adicionais de 100 pontos-base sinalizados no comunicado.

De acordo com a LCA Consultores Econômicos, "nossa curva projetada para

### RANKING DE PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS REAIS

01	Turquia	13,33%
02	Brasil	9,48%
03	Rússia	8,29%
04	Colômbia	6,46%
05	México	5,75%
06	África do Sul	4,48%
07	Indonésia	4,19%
08	Filipinas	2,92%
09	Índia	2,43%
10	Hong Kong	2,13%
11	Reino Unido	2,09%
12	Hungria	1,87%
13	Estados Unidos	1,65%
14	Tailândia	1,43%
15	Cingapura	1,33%
16	Chile	1,30%
17	Malásia	1,19%
18	Austrália	1,18%
19	Israel	1,17%
20	Coreia do Sul	0,75%
21	República Checa	0,58%
22	França	0,47%
23	Itália	0,41%
24	Nova Zelândia	0,39%
25	Áustria	0,30%
26	Alemanha	0,29%
27	Polônia	0,15%
28	Argentina	0,07%
29	China	-0,03%
30	Grécia	-0,06%
31	Espanha	-0,22%
32	Suíça	-0,22%
33	Portugal	-0,23%
34	Taiwan	-0,57%
35	Suécia	-0,59%
36	Canadá	-0,77%
37	Bélgica	-1,14%
38	Japão	-1,45%
39	Dinamarca	-2,10%
40	Holanda	-3,92%

Fonte: MoneYou

a Selic está sendo novamente revisada. A princípio, incorporaremos apenas os dois aumentos adicionais de 100 pontos-base cada sinalizados pelo comunicado do COPOM, elevando a Selic para 14,25% até março. Mas será preciso avaliar com cuidado as implicações dessa alteração para a evolução as demais variáveis do cená-

### RANKING DE PAÍSES COM AS MAIORES TAXAS DE JUROS NOMINAIS

01	Turquia	50,00%
02	Argentina	32,00%
03	Rússia	21,00%
04	Brasil	12,25%
05	México	10,25%
06	Colômbia	9,75%
07	África do Sul	7,75%
08	Hungria	6,50%
09	Índia	6,50%
10	Filipinas	6,00%
11	Indonésia	6,00%
12	Polônia	5,75%
13	Chile	5,25%
14	Hong Kong	5,00%
15	Reino Unido	4,75%
16	Estados Unidos	4,50%
17	Israel	4,50%
18	Austrália	4,35%
19	Nova Zelândia	4,25%
20	República Checa	4,00%
21	Canadá	3,75%
22	Alemanha	3,40%
23	Áustria	3,40%
24	Espanha	3,40%
25	Grécia	3,40%
26	Holanda	3,40%
27	Portugal	3,40%
28	Bélgica	3,40%
29	França	3,40%
30	Itália	3,40%
31	Cingapura	3,19%
32	China	3,10%
33	Coreia do Sul	3,00%
34	Malásia	3,00%
35	Dinamarca	2,85%
36	Suécia	2,75%
37	Tailândia	2,25%
38	Taiwan	2,00%
39	Suíça	1,00%
40	Japão	0,25%

Fonte: MoneYou

rio macroeconômico - bem como dos desenvolvimentos nas conjunturas externa e doméstica ao longo dos próximos meses -, para ajustarmos a curva projetada para a Selic para 2025 e 2026".

Com nova alta da Selic, Brasil sobe para a 2º posição no ranking de maiores juros reais do mundo.

O país ocupava a terceira posição em novembro, conforme levantamento do MoneYou. O topo segue com a Turquia, enquanto a Rússia vem em terceiro lugar. A Argentina saltou da última para a 28ª colocação, em meio a cortes de juros e queda na inflação.

O Brasil passou, a partir do dia 11 de dezembro, a ter o segundo maior juro real do mundo após o Comitê de Política Monetária - COPOM elevar, mais uma vez, a taxa básica de juros. O Banco Central (BC) decidiu aumentar a Selic em 1 ponto percentual (p.p.), para 12,25% ao ano.

O juro real é formado, entre outros pontos, pela taxa de juros nominal do país subtraída a inflação prevista para os próximos 12 meses.

Assim, segundo levantamento compilado pelo MoneYou, os juros reais do país ficaram em 9,48%. O líder do ranking é a Turquia, com taxa real de 13,33%.

Na última divulgação, em novembro, o Brasil ocupava a terceira posição da lista. Fatores como o risco fiscal, o câmbio, a inflação e os receios em relação ao pacote de corte de gastos do governo pressionaram o fechamento da taxa real de juros, informou o MoneYou.

Nesta edição do ranking, destaque também para a Argentina, que saltou da última para a 28ª colocação e retornou aos juros reais positivos após "muitos anos". O movimento é resultado das quedas na taxa de juros e na inflação do país. Agora, a lanterna do ranking ficou com a Holanda.

# Boletim Focus do Bacen: no último relatório de 2024, IPCA e câmbio têm mais uma revisão altista para 2025

**Focus** | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

27 de dezembro de 2024

	2024				2025				2026		2027	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
<b>IPCA (%)</b>	4,71	4,91	<b>4,90</b>	▼ (1)	4,40	4,84	<b>4,96</b>	▲ (11)	4,01	▲ (1)	3,83	▲ (4)
<b>PIB (var. %)</b>	3,22	3,49	<b>3,49</b>	= (1)	1,95	2,02	<b>2,01</b>	▼ (1)	1,80	▼ (2)	2,00	= (75)
<b>CÂMBIO (R\$/US\$)</b>	5,70	6,00	<b>6,05</b>	▲ (4)	5,60	5,90	<b>5,96</b>	▲ (9)	5,90	▲ (7)	5,80	= (1)
<b>SELIC (% a.a.)</b>	11,75				12,63	14,75	<b>14,75</b>	= (1)	12,00	▲ (5)	10,00	= (3)

\* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade  
em relação ao Focus anterior

## BRASIL - TAXA BÁSICA DE JUROS REAL - % AO ANO\* (Média Anual)

Ano	Taxa	Ano	Taxa
2000	10,82	2013	2,39
2001	9,24	2014	4,34
2002	6,18	2015	2,63
2003	12,61	2016	7,41
2004	8,21	2017	6,77
2005	12,73	2018	2,72
2006	11,60	2019	1,58
2007	7,20	2020	-1,63
2008	6,27	2021	-4,77
2009	5,37	2022	6,47
2010	3,86	2023	8,25
2011	4,97	2024*	5,63
2012	2,48		

\*Projeção. SELIC média anual deflacionada pelo IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo Médio anual. Fonte: LCA Consultores Econômicos. Elaboração: MercadoComum - Há 32 Anos Formando Opiniões

## QUANTO O BRASIL PAGOU DE JUROS NOMINAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA- PERÍODO DE 1995 A 2024 - VALORES CORRENTES (Média Anual)

Governo	US\$ bilhões total	Média Anual
Fernando Henrique Cardoso 1995/2002	377,41	47,18
Luis Inácio Lula da Silva 2003/2010	599,80	74,98
Dilma Rousseff 2011/2016	773,81	128,97
Michel Temer 2017/2018	229,38	114,69
Jair Bolsonaro 2019/2022	350,57	87,64
Luis Inácio Lula da Silva 2023/2024*	296,76	148,92
<b>Total</b>		<b>2.627,73</b>

\*Estimativa para 2024  
Fonte: Banco Central do Brasil/LCA Consultores - Elaboração: MercadoComum - Há 31 Anos Formando Opiniões

O último Boletim Focus do Banco Central do ano de 2024, divulgado no dia 27 de dezembro, teve como seus principais destaques as revisões altistas para o IPCA e câmbio fim de período para 2025.

As expectativas de IPCA ao fim deste ano recuaram

ligeiramente de 4,91% para 4,90%, enquanto registraram mais uma elevação expressiva para ano que vem, saindo de 4,84% da última semana para 4,96%.

Já as projeções de taxa de câmbio (reais em dólar) foram aumentadas para o fim de 2024, passando de

6,00 para 6,05 (e terminou em R\$ 6,18). Para 2025 o ajuste altista foi de 5,90 para 5,96, enquanto em 2026 o ajuste foi de 5,84 para 5,90.

As expectativas de crescimento do PIB-Produto Interno Bruto também permaneceram inalteradas em

3,49% para 2024 e tiveram pequeno recuo de 2,02% para 2,01% em 2025.

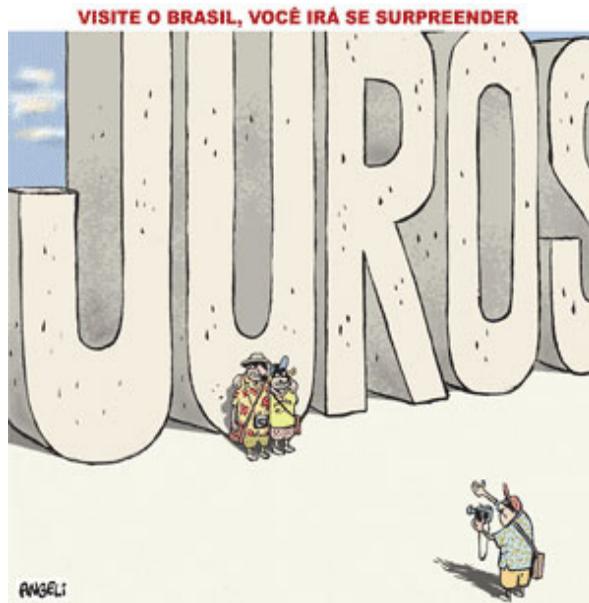
Por fim, a mediana das expectativas para a taxa básica de juros ao fim de 2025 permaneceu inalterada em 14,75%. Já para 2026, a mediana passou de 11,75% para 12,00%.

# Aumento da Selic preocupa pequenos negócios

*Sebrae acompanha atentamente o movimento do mercado e pede apoio para o crescimento do empreendedorismo no país*

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentou a taxa básica de juros (Selic) de 11,25% para 12,25% ao ano. A decisão, confirmada no dia 11 de dezembro, vai na contramão de outros indicadores positivos da economia brasileira, como a alta na geração de empregos no Brasil, o aumento da expectativa do Produto Interno Bruto (PIB) nacional para este ano e o mais recente resultado do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que recuou para 0,83% na primeira prévia de dezembro, após alta de 0,99% no mês de novembro.

Esse já é o terceiro aumento consecutivo da Selic. A taxa retornou ao nível de dezembro do ano passado, quando estava em 12,25% ao ano. As alterações na taxa básica de juros impactam diretamente os custos



de empréstimos e financiamentos. “Isso influencia as decisões de consumo da população, além de impactar os investimentos das empresas, principalmente dos pequenos negócios”, argumenta o presidente do Sebrae, Décio Lima.

“Uma economia não é feita só de números, mas de comportamento. É preciso prestar muita atenção aos sinais do mercado, no aquecimento das vendas e na queda do preço de produtos e serviços para fazer uma decisão justa para a

população brasileira”, avaliou o dirigente.

## PESO NO BOLSO

De acordo com levantamento do Sebrae, com base em dados do Banco Central, a taxa de juros em empréstimo para um microempreendedor individual (MEI) fica, na média nacional, mais que quatro vezes maior que a Selic. No caso dos MEI da região Nordeste, esse valor chega até 51% ao ano.

O Sebrae tem atuado junto ao governo federal, no Programa Acredita, para ampliar o acesso das micro e pequenas empresas a crédito. Por meio do Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa (Fampe), cerca de 30 instituições bancárias estão aptas a ofertar os recursos. Nos próximos três anos, estão previstas o aval de R\$ 30 bilhões em operações de crédito.

# Pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada consome mais de 1/4 de toda a arrecadação tributária nacional

De acordo com matéria divulgada pela CNN, o Impostômetro, painel icônico da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), alcançou a marca inédita de R\$ 3,6 trilhões à 1h55 do último do-

mingo do ano de 2024 - dia de dezembro. O montante reflete a soma de impostos, taxas e contribuições pagos pelos brasileiros desde o início do ano, abrangendo as esferas federal, estadual

e municipal, além de multas e correções monetárias. Considerando-se que o pagamento de despesas de juros nominais sobre a dívida pública brasileira consolidada em 2024 até novembro

totalizou R\$ 918,2 bilhões, pode-se concluir que mais de 25% de toda a arrecadação tributária do país destina-se exclusivamente no pagamento de despesas de juros sobre a sua dívida.

# “Des-Carga” tributária no Brasil atingiu 32,44% do PIB em 2023

*Os governos sequestraram cerca de 1/3 de tudo que se produziu na economia brasileira*

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou, no dia 27 de março de 2024, a estimativa da carga tributária bruta do Brasil para 2023, elaborada para atendimento à solicitação da CGU para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

De acordo com a STN, “em 2023, a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) foi de 32,44% do PIB, o que representa uma diminuição de 0,64 pontos percentuais do PIB em relação a 2022. Na decomposição por esfera de governo, a CTB do governo central teve diminuição de 0,41 p.p. do PIB, a dos governos estaduais teve uma redução de 0,36 p.p. do PIB, enquanto os governos municipais apresentaram um aumento de 0,14 p.p. do PIB.

Este é o resultado da estimativa da carga tributária bruta do governo



geral para 2023 elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>1</sup>, que segue o padrão do Manual

de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI<sup>2</sup>. Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do

Brasil (RFB)<sup>3</sup> é a área responsável pela publicação do dado oficial da carga tributária no Brasil.

**Tabela 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2022 e 2023**

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB

Fonte: STN

Esfera de governo	R\$ Milhões		% PIB		Variação		
	2022	2023	2022	2023	R\$ Milhões	% Nominal	p.p. PIB
Governo Central	2.258.551	2.387.790	22,41%	21,99%	129.239	5,7%	-0,41
Governos Estaduais	855.057	881.380	8,48%	8,12%	26.323	3,1%	-0,36
Governos Municipais	219.925	252.147	2,18%	2,32%	32.222	14,7%	0,14
<b>Governo Geral</b>	<b>3.333.534</b>	<b>3.521.318</b>	<b>33,07%</b>	<b>32,44%</b>	<b>187.784</b>	<b>5,6%</b>	<b>-0,64</b>

# Lula contestou durante o ano de 2024 foco exagerado no superávit primário e conceito errôneo de gasto público

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem, há muito, criticando a visão de que as despesas com educação, saúde e programas sociais são consideradas “gastos”. Ainda, de acordo com as suas declarações, “tudo no Brasil é gasto” e “a única coisa que parece investimento é o superávit primário”, em referência ao esforço para equilibrar as contas públicas - quando pouca relevância e rara discussão ainda são dadas à gravíssima política monetária adotada pelo país, por algumas décadas, que usa o regime de metas como único mecanismo capaz de controlar e segurar para baixo a inflação através do estabelecimento de juros reais absurdamente elevados, o que não é verdadeiro.

O presidente Lula também criticou o mercado financeiro e o nível praticado para a Selic - a taxa básica de juros do País, declarando que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, precisava saber que quem “perde dinheiro” com o juro alto é o “povo brasileiro”. “Com todo respeito ao mercado, eu quero mais bem ao Brasil que ao mercado”, declarou o presidente em uma de suas entrevistas sobre o assunto acrescentando, ainda, que “eu não sou movido a mercado, sou movido a soluções para o povo brasileiro”, criticou.

As declarações de Lula sobre o superávit primário ocorreram quando se verificava um grande debate entre economistas - principalmente entre os monetaristas e adeptos dos juros estratosféricos sobre o de-



sequilíbrio das contas públicas e seus efeitos junto à economia. Antes, o governo havia alterado as metas fiscais para os anos seguintes, prevendo superávit primário apenas em 2026.

As críticas que têm sido feitas ao governo são de que o ajuste fiscal foca fundamentalmente a expansão das receitas, sem um esforço sustentado no corte de gastos. Afirma Lula: “o problema é que aqui no Brasil tudo é tratado como se fosse gasto. Dinheiro para pobre é gasto, investimento em saúde é gasto, investimento em educação é gasto”.

Já tivemos aqui, antes, a oportunidade, juntamente com vários outros colegas economistas, de ressaltar a necessidade de compreendermos a importância da retomada do crescimento econômico de forma forte, consistente, contínua, sustentável e que o desenvolvimento precisa ser considerado a meta número um do País.

Entendo que alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se

persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento. Não basta apenas crescer. É necessário que o crescimento da nossa economia supere a média mundial e possa se compatibilizar com o nível de expansão das economias dos países emergentes. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade.

Um desses equívocos diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequena-se a política econômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém,

em sua consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas - como a previdenciária - também devem ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar - concomitantemente - a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores podem ser considerados altos - o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorre nos anos mais recentes - a produção nacional não cresce - os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas tributárias.

# Remédios para a estabilidade

Destaco, a seguir, mais algumas frases do ex-presidente Juscelino Kubitschek que extraio da coletânea de 3 volumes – 2.336 páginas, intitulada “JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”, de minha autoria.

“Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.

Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época – como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram à nossa realidade – como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos.”

“Impõe-se, portanto, a conclusão de que, num país



como o nosso, não somente as peculiaridades geográficas e humanas, mas também os dados acerca da evolução econômica indicam o desenvolvimento acelerado como o único caminho de salvação. Nenhuma política será legítima, se não objetivar, com caráter prioritário, o desenvolvimento. É esta uma diretriz que já nenhum governo poderá abandonar no Brasil.

Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontanea-

mente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida.

Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento. Cumpre, aliás, assinalar que o esforço de investimento da economia brasileira nos últimos anos não pode ser considerado anormalmente grande, pois que se situa num nível entre treze e dezesseis por cento do produto bruto.

Em vários países, de estrutura similar à do Brasil, essa taxa tem-se elevado a dezoito e, mesmo, vinte por cento. Digase, mais, que a participação do setor público no conjunto da nossa economia não é desmesurada, sendo raro que atinja os vinte e cinco por cento considerados normais até em países onde o processo de formação de capital depende muito menos da ação pública.

No que toca à despesa orçamentária federal, a participação no produto bruto declinou para 11,7 por cento em 1958, depois de haver alcançado 12,1 em 1956. Nessas condições, não estamos exigindo da nossa economia um esforço superior ao que sua estrutura é capaz de suportar: não há sobreinvestimento, nem volume exagerado de inversões públicas. Se quiséssemos proceder a uma redução brusca dos investimentos ou dos gastos públicos, teríamos uma diminuição da atividade econômica e correríamos o grave risco de pagar em desemprego o que ganhássemos em moderação inflacionária. O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza político-social”.

\*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

**Entendemos que cada cliente é único**

Gestão de patrimônio significa total personalização, transparência e confiança aos nossos clientes.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós. Acreditamos no seu potencial. E você, acredita?

**Não administramos fortunas,  
administramos futuros.**



São Paulo - Brasil  
Santa Catarina - Brasil  
Lisboa - Portugal

[contato@portogalloinvestimentos.com.br](mailto:contato@portogalloinvestimentos.com.br)

(11) 3078-6830  
[www.portogallofamilyoffice.com.br](http://www.portogallofamilyoffice.com.br)





## CSN x Usiminas: uma decisão que não conhece precedente

**José Anchieta da Silva**

*Advogado. Doutor em Direito e Especialista em História do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da UFMG). Presidente da ACMinas-Associação Comercial e Empresarial - entidade que ingressou como Amicus Curiae em ação no STF sobre a Lei das S.A.*

*Decisão do STJ compreende ruptura do sistema e traz insegurança jurídica*



Deu nos jornais: após decisão da CVM, decretando a ausência de vícios em operação de venda e compra de ações do capital social da Usiminas (porque não correspondia mesmo a alienação de controle), o STJ, em grau de recurso, em sede de embargos de declaração, deu uma guinada no seu próprio entendimento, criando obrigação de indenizar, sem, todavia, obrigar o acionista a ser indenizado, sequer a obrigação de entregar as ações que, em tese, pretendia vender

em Oferta Pública de Ações (esta era a causa de pedir).

A decisão, que não conhece precedente, cassa decisões anteriores havidas no âmbito do TJSP, em primeira e em segunda instâncias, se antagoniza com a decisão definitiva imposta pela CVM, que já havia decidido o caso. Este é o ponto a ser abordado.

A decisão do STJ desafiará, ainda, certamente, recurso para o STF porque

contraria disposições expressas da Constituição da República e da Lei das S. A.; desacredita a lei da CVM (autoridade pública, única competente para regular, fiscalizar e julgar os atos-fatos do mercado de ações); desconhece a Lei de Liberdade Econômica; expõe a harmonia dos poderes (há invasão de competência); provoca fuga de capitais e de investimentos; conspira contra a livre concorrência.

Sua inconstitucionalidade é retum-

bante. Restam vulnerados os artigos 2º, 60, 170, 172, 174, da Carta Política, em orações combinadas. É decisão que provoca ruptura no sistema, traz, em si, lesão irreversível e afronta princípios fundantes da ordem constitucional vigente.

No caso, é falso o teorema em torno da compreensão da obrigação ou não de a companhia aberta, listada em Bolsa (a B3), promover a Oferta Pública de Ações quando da cessão e transferência de seu controle acionário. O fato há de ser esse: transferência de controle acionário. Para se transferir controle, o proponente há de ser aquele que o detenha.

Com efeito, não compreendendo a venda, controle acionário de companhia, controle não se transfere à simples razão lógica: não se transfere aquilo que se não tem. Corretos, portanto, os entendimentos do TJSP e da CVM. Equivocado está o STJ.

Em matéria de Direito privado, em operações onerosas, a interpretação da lei há de se dar de modo restritiva (nos limites do negócio realizado). Cabida não tem interpretação ampliada, fora do sistema. Processo judicial não pode ser fonte de imprevisibilidade, de novidade obrigacional imprevista em lei. O contrato de venda e compra tem por elementos únicos: res, pretium et consensus. Ao se afastar dessa lógica a decisão do STJ abriga uma aberratio iuris.

O caso necessita ser analisado do ponto de vista da confrontação dos dois julgamentos: o da CVM (Poder Executivo) e o do STJ (Judiciário). Não se trata de negar alçada do Judiciário fundada no princípio da inafastabilidade da jurisdição, cláusula pétreia.

A questão de fundo é outra: a de reconhecimento da autoridade única da CVM em matéria técnica, que age por delegação expressa, finalística, do sistema de leis (portanto, sua alçada e sua jurisdição). É dizer, a autoridade



de dos magistrados togados, que não se pretende conspurcada, não compreende autorização para, simplesmente, abandonar decisão advinda de autoridade específica, técnica, de domínio específico.

O entendimento que por aqui se sustenta encontra ressonância na doutrina nacional e estrangeira, e em precedentes judiciais, inclusive do STF quando do julgamento da ADI 4.874, decidindo a ministra Rosa Weber que não cabe ao poder judiciário, no exercício do controle jurisdicional, simplesmente substituir a interpretação de uma agência reguladora pela sua própria interpretação da lei.

Entendimento idêntico se tem, em decisão da presidência do TJMG (Aspre 4.375/2024, chamando a texto lição de Richard Posner: as cortes judiciais estão [ficam] impedidas de adotar fundamentos diversos daqueles que o Poder Executivo abraçaria, notadamente nas questões técnicas e complexas em que os tribunais não têm expertise para concluir se os critérios adotados pela Administração são [os] corretos.

Vem a calhar orientadora lição de Adrian Vermeule, reconhecendo que o judiciário não é autoridade mais apta para decidir questões policêmicas de efeitos acentuadamente

complexos (Juding under uncertainty. Institutional Theory of Legal Interpretation, Cambridge: Harvard University Press p. 248-251).

Assim, na confrontação das duas decisões, a da CVM, autoridade única que o sistema brasileiro criou para conhecer e decidir casos do tipo, está com a razão. Falece autoridade aos juízes togados para, simplesmente, não reconhecerem os fundamentos técnicos daquela decisão já existente (um caso julgado). A decisão do STJ, contra a da CVM, compreende ruptura do sistema, traz insegurança jurídica de modo hiperbólico porque impõe lesão irreversível a jurisdicionado; que é tudo que o ordenamento jurídico repudia.

Propõe-se retomar a compreensão filosófica da figura do Estado, entidade superior; agente pacificador, que só existe em face de silenciosa convenção social, mediante a qual, renuncia, cada cidadão, a expressiva parcela de sua liberdade. Essa renúncia há de ser uma renúncia libertadora porque o jurisdicionado acredita que o Estado julgador fará sempre o melhor; que agirá de acordo com as normas e com os princípios adotados. É nessa conformação social que está a solução porque, na sua ausência, caberia a cada um, sozinho, agir por si, cada qual munido, de tacape ou de bodoque. Seria a anarquia, a desordem, o caos.

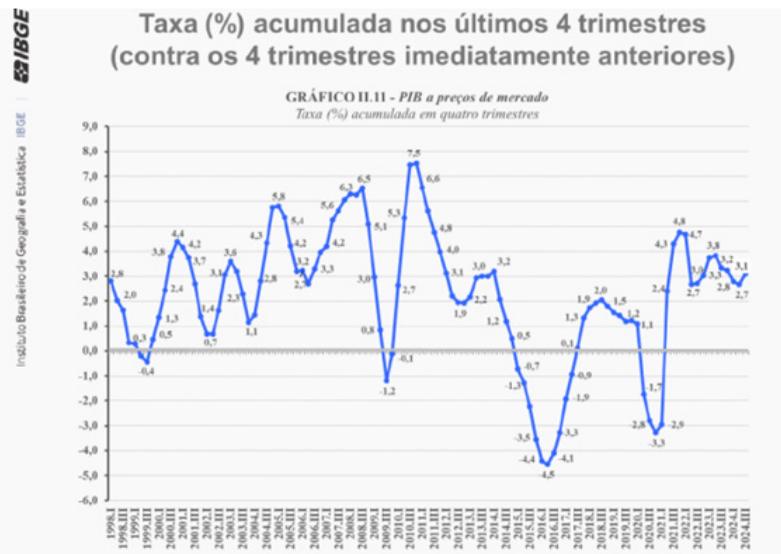
# PIB brasileiro teve expansão expressiva no 3º trimestre de 2024

No 3º trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu 4,0% em relação ao mesmo período de 2023, marcando o 15º resultado positivo consecutivo nessa base de comparação, de acordo com o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em termos dessazonalizados, a alta foi de 0,9% na margem, alinhada às expectativas do mercado. Revisões metodológicas e dados atualizados revisaram e elevaram o crescimento de 2023 de 2,9% para 3,2%, com destaque para o avanço da Agropecuária e Serviços.

Sob a ótica da oferta, os Serviços foram o principal motor do crescimento, impulsionados por setores como Informação e Intermediação Financeira. A Indústria também contribuiu positivamente, especialmente com a Transformação, apesar de quedas pontuais na Extrativa e Construção Civil. Em contrapartida, a Agropecuária recuou, devido à queda na produtividade de safras importantes como milho e cana.

Pela ótica da demanda, o consumo interno liderou, com o Consumo das Famílias beneficiado por estímulos fiscais, aumento da renda e crédito robusto. A Formação Bruta de Capital Fixo foi destaque, puxada por investimentos em bens de capital e softwares. O Consumo do Governo também cresceu, impulsionado por maiores gastos públicos em ano eleitoral. O setor externo, contudo, teve contribuição negativa, com forte alta nas importações.

Assim, o PIB brasileiro alcançou nível recorde, 11,2% acima do pré-pandemia. Contudo, o crescimento acima do potencial estimado e o desemprego em baixa aumentam as pressões inflacionárias e os desafios para a política monetária em um cenário de exuberante recuperação econômica. Este superaquecimento reforça as expectativas de aceleração no ritmo de alta da taxa Selic.



Variação %	3ºT 2024	
	YoY	QoQ
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>4,0</b>	<b>0,9</b>
Impostos líquidos sobre produtos	6,4	-
Valor adicionado a preços básicos	3,7	0,8
<b>Agropecuária - total</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,9</b>
<b>Indústria - total</b>	<b>3,6</b>	<b>0,6</b>
Extrativa mineral	-1,0	-0,3
Transformação	4,2	1,3
Construção civil	5,7	-1,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3,7	-1,4
<b>Serviços - total</b>	<b>4,1</b>	<b>0,9</b>
Comércio	3,9	0,8
Transporte, armazenagem e correio	2,5	0,6
Serviços de informação	7,8	2,1
Inter. financeira, seguros, prev. complementar e serv. relativos	5,1	1,5
Outros serviços	6,4	1,7
Atividades imobiliárias e aluguel	3,1	1,0
Administração, saúde e educação públicas	1,7	0,5
<b>Consumo das famílias</b>	<b>5,5</b>	<b>1,5</b>
<b>Consumo da administração pública</b>	<b>1,3</b>	<b>0,8</b>
<b>Formação bruta de capital fixo</b>	<b>10,8</b>	<b>2,1</b>
<b>Exportação de bens e serviços</b>	<b>2,1</b>	<b>-0,6</b>
<b>Importação de bens e serviços</b>	<b>17,7</b>	<b>1,0</b>

Fonte: IBGE.

O PIB brasileiro totalizou R\$ 3,0 trilhões no terceiro trimestre de 2024, sendo R\$ 2,6 trilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 414,0 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. No mesmo período,

do, a taxa de investimento foi de 17,6% do PIB, acima dos 16,4% registrados no terceiro trimestre de 2023. Já a taxa de poupança foi de 14,9%, abaixo dos 15,4% do mesmo trimestre de 2023.

Fonte: LCA Consultores

# Nova diretoria do Corpo Consular de Minas Gerais para o biênio 2025-2027



O Corpo Consular do Estado de Minas Gerais anunciou a nova diretoria eleita para o biênio 2025-2027, destacando a reeleição de Francisco Antônio Pontello como Diretor Presidente. A gestão reafirma o compromisso com a representatividade diplomática, a promoção cultural e o desenvolvimento institucional no estado. A cerimônia de posse será marcada por solenidades que reforçam os laços consulares em Minas Gerais.

## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA - BIÊNIO 2025-2027

### **Diretor Presidente:**

*Francisco Antônio Pontello*

### **Diretor Vice-Presidente:**

*Lucas Kessler Brown*

### **Diretor 2º Vice-Presidente:**

*Luciana Simões Rezende*

### **Diretor Secretário:**

*Ramaya Vallias*

### **Diretor de Relações Públicas e Institucionais:**

*David Antônio Guzmán Chumo*

### **Diretor Tesoureiro:**

*Astrid Boller*

### **Diretor 2º Tesoureiro:**

*Fernando Alberto de Oliveira*

## **Diretores de Relações Setoriais**

### **Relações Culturais:**

*Luis Dario*

### **Relações Ambientais:**

*Vincent Nedelec*

### **Relações Sociais:**

*Heloíse Delavenne*

### **Relações Internacionais:**

*Ramaya Vallias*

### **Relações Agro:**

*Francisco Pontello*

### **Conselho Fiscal**

### **Membros Titulares:**

*Victor Sterzik*

*Eduardo Grebler*

### **Suplente:**

*Heloíse Delavenne*

### **Chancelaria e Conselho Consultivo**

### **Chanceler:**

*Manoel Ferreira Guimarães Neto*

### **Conselheiros:**

*Manoel Bernardes, Wilfred Bruijn,*

*Marcos Vallias, Wilson Brumer*

*e Elson Barros*

### **Decano:**

*Marcos Vallias*

## **DESTAQUES DA GESTÃO**

Sob a liderança de Francisco Pontello, o corpo consular pretende continuar fortalecendo a integração entre os representantes diplomáticos, promovendo o intercâmbio cultural e econômico e contribuindo para as iniciativas sociais e ambientais em Minas Gerais. A diversificação dos setores representados na diretoria, com ênfase em áreas como cultura, meio ambiente e agronegócio, reflete a visão ampla e colaborativa do grupo para o biênio.

A continuidade de Pontello como Diretor Presidente demonstra confiança em sua experiência e dedicação, além de consolidar uma liderança que tem promovido avanços significativos nas atividades do corpo consular. A gestão também será marcada pela ampliação das parcerias institucionais e pelo apoio à internacionalização de Minas Gerais.

O Corpo Consular de Minas Gerais é composto por representantes de diversos países, desempenhando um papel crucial na mediação de relações diplomáticas, comerciais e culturais. A organização busca promover o diálogo e a colaboração entre nações, contribuindo para o desenvolvimento regional e internacional.

# Muhammad se torna o nome mais comum na Inglaterra

*Dados oficiais do Reino Unido revelaram que um nome islâmico foi o favorito entre os novos bebês ingleses e do País de Gales.*

Getty Images



O nome "Muhammad" se tornou o mais popular entre os recém-nascidos do sexo masculino dos dois países do Reino Unido, deixando para trás os clássicos Noah (2º) e Oliver (3º).

O motivo é o crescimento da população muçulmana na Inglaterra tem sido significativo nas últimas décadas, com a comunidade muçulmana aumentando de 3% da população total em 2001 para 6,5% em 2021, chegando a cerca de 4 milhões de pessoas.

A razão desse crescimento consiste na desaceleração de reprodução dos europeus, comparada com as famílias muçulmanas, que procriam

com muito mais vigor.

As mulheres muçulmanas têm taxa de fertilidade de 3 filhos por mulher, enquanto a da população europeia não passa de 1,8.

No Reino Unido, a diferença é ainda maior. A taxa de natalidade é de 1,65, o que indica uma redução populacional por parte dos nativos e um aumento entre os muçulmanos, que devem ser 11% até 2050.

França e Alemanha também registram projeções similares e devem ter 15% e 12% da população muçulmana nos próximos 25 anos, respectivamente.

O nome Muhammad é uma homenagem ao fundador e figura mais proeminente do islamismo, o profeta Maomé. Para muçulmanos, a escolha do nome diz respeito à "honrar sua herança enquanto vivem em um país não muçulmano"

Não é só um nome... A mudança também representa crença religiosa. As projeções antecipam que o islamismo será praticado por quase 1/3 da população mundial, igualando a quantidade de cristãos. Estima-se que, em 25 anos, 6 em 10 indivíduos serão cristãos (31%) ou muçulmanos (30%) e que apenas 13% não terão uma religião.

# Brasileiros nos EUA: por que cada vez mais pessoas saem do Brasil para os Estados Unidos?

*As oportunidades são grandes e há uma expectativa positiva para 2025, conta empresária brasileira que atua nos Estados Unidos*



Cada vez mais brasileiros têm saído do Brasil e passado a morar nos EUA, como reforçam dados do levantamento Comunidades Brasileiras no Exterior, compilados pelo Ministério das Relações Exteriores, mostrando que os Estados Unidos possuem a maior comunidade brasileira do mundo, com 2.085.000 imigrantes.

## A FUGA DE MILIONÁRIOS

Além disso, a migração de milionários brasileiros é um movimento que voltou a crescer pós-pandemia.

Em 2024, cerca de 128 mil pessoas com patrimônios acima de US\$ 1 milhão devem mudar de país, o maior número desde 2013. No Brasil, 1,2 mil milionários migraram em 2023, comparados a 1,8 mil em 2022, segundo dados da con-

sultoria britânica Henley & Partners.

## VITÓRIA DE TRUMP PODE AFETAR BRASILEIROS NOS EUA?

Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, uma das propostas mais polêmicas, a deportação em massa de imigrantes levantou dúvidas sobre a questão dos brasileiros que moram no país.

No entanto, defende-se que a deportação agirá apenas sobre imigrantes considerados ilegais e que os brasileiros que estão em situação regular não devem ser afetados.

## COMO É A VIDA DOS BRASILEIROS NOS EUA?

De acordo com a empresária bra-

sileira que atua nos Estados Unidos, Sophia Utnick-Brennan, o país tem perspectivas positivas, maior qualidade de vida e possibilidades de crescimento para os brasileiros.

“As oportunidades são grandes por aqui e há uma expectativa positiva para 2025. A diferença é que nos Estados Unidos você pode trabalhar como faxineira e ter uma casa, carro, boa comida em casa, da mesma forma que com qualquer emprego aqui dá melhores condições de vida”.

“Minha mãe, por exemplo, saiu do Brasil para ser faxineira aqui e hoje é empresária e eu segui este caminho do empreendedorismo. Hoje contrato brasileiros, tenho família e uma vida boa aqui, por isso, cada vez mais brasileiros têm vindo para os EUA”, conta.



## Os mercados erram muito, mas, certos ou errados, eles têm um poder muito grande sobre a política econômica do governo

**Roberto Brant**

*Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social*

Nos últimos três anos o Brasil tem recuperado as boas taxas de crescimento que já conheceu no passado. Como consequência disto as taxas de desemprego tem se mantido em níveis historicamente baixos e a pobreza tem diminuído. Como dizem os americanos: até agora tudo bem. Mas, para destoar desta conjuntura tão positiva, raramente o clima nos mercados financeiros esteve tão sombrio.

Ultimamente as expectativas do mercado financeiro em relação às variáveis mais relevantes da economia tem se mostrado muito erradas. Em artigo recente, o ex-diretor do Banco Central Luiz Eduardo de Assis nos lembrou que no início do ano o Boletim Focus, que reúne as previsões de 140 instituições financeiras, previa que o PIB cresceria em 2024 1,5%, quando na realidade, já sabemos que a economia crescerá mais que o dobro disto, 3,4%. O Boletim, já em uma chave mais otimista, previa que o dólar fecharia o ano em R\$5,00, mas fechou acima de R\$6,00 e a taxa Selic ao final do ano seria de 9%, quando sabemos que ela encerrou o ano em 12,25%. Os mercados também erram por otimismo.

Os humores dos mercados financeiros sempre influenciaram o clima na economia e condicionaram a ação dos governos. Governos que dependem de dívida pública para funcionar, como é o caso de todos os estados modernos, têm que ouvir não apenas a opinião dos cidadãos, mas também a opinião dos seus credores, aqueles

que compram e vendem os seus títulos de dívida.

Os governos que sonham em se livrar das pressões do mercado precisam antes se livrar do financiamento privado da sua dívida, ou, pelo menos, manter a dívida em um patamar bastante moderado. Governos que gastam sistematicamente mais do que arrecadam de impostos acabam prestando contas mais aos mercados do que aos eleitores. Se se recusam a isto, em uma atitude voluntariosa e rebelde, acabam pagando o preço da desorganização da economia, com altas nos juros e na inflação, o que termina em desestabilização política.

Governos populistas, além de sempre voluntariosos e pouco versados nas questões econômicas, têm uma forte tendência para exceder-se nos gastos públicos. Estes excessos transformam-se em déficits orçamentários que se convertem em aumento da dívida pública. A partir de um certo limite, os mercados começam a punir estes excessos, exigindo juros mais altos para continuar financiando a dívida. Neste momento os governos começam a protestar contra os mercados, atribuindo a eles a culpa por seus problemas. Se os governos recuam a aderem a alguma forma de contenção fiscal, poupando para impedir a dívida de sair do controle, estabelece-se um certo equilíbrio. Mas, se o governo teimar em cortejar seus eleitores e seguir gastando, não há como fugir do desastre. Ou os juros dispararam ou

os investidores fogem dos títulos do governo forçando sua monetização e a explosão da inflação. Não há caminho alternativo.

Como eu disse há pouco os mercados erram muito, mas, certos ou errados, eles têm um poder muito grande sobre a política econômica do governo e nem os governos autoritários conseguem impor completamente sua vontade em matéria financeira. No caso presente do Brasil a intuição dos mercados tem muita procedência, pois o atual surto de crescimento em grande parte tem sua origem no excesso de gasto público. Este excesso irrigou o consumo das famílias e deu alento à atividade econômica, mas tem custado um grande aumento da dívida pública em um ritmo que não é sustentável.

Em dezembro de 2022 a relação da dívida/PIB era de 71,8% e o Instituto Fiscal Independente, do Senado Federal estima que vai chegar a 80% no final de 2024, rumando para algo em torno de 85% no final de 2026, nas condições atuais, uma elevação de mais de 12 pontos percentuais no mandato do Presidente Lula. É uma trajetória que, não revertida, nos encaminhará para uma espécie de colapso.

Se o governo seguir ignorando a realidade econômica e continuar apenas de olho nas próximas eleições e na manutenção do poder, não haverá como errar nas previsões: estaremos perdidos.

# Unimed-BH, por mais um ano, é uma das líderes na avaliação oficial dos planos de saúde no Brasil

*A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou, no dia 27 de dezembro último, os resultados finais do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar, IDSS 2024, ano-base 2023: 16 das 18 operadoras com nota máxima são Unimed*



Frederico Peret, presidente da Unimed-BH

A Unimed-BH é um dos destaques do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS 2024, ano-base 2023), principal avaliação setorial realizada anualmente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entre as 18 operadoras médico-hospitalares que obtiveram nota máxima na avaliação, 16 são cooperativas Unimed, totalizando 89% de participação: Unimed Amparo (SP), Unimed Belo Horizonte (MG), Unimed Chapecó (SC), Unimed Federação Paraná (PR), Unimed Fesp (SP), Unimed Fronteira Noroeste/RS (RS), Unimed Litoral (SC), Unimed Londrina (PR), Unimed Nordeste/RS (RS), Unimed Ponta Grossa (PR), Unimed Porto Alegre (RS), Unimed Ribeirão Preto (SP), Unimed Sul Capixaba (ES), Unimed Uberlândia (MG), Uni-

med Vale do Sinos (RS) e Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo (RS).

As cooperativas médicas conquistaram também a melhor avaliação entre todas as modalidades da saúde suplementar, alcançando a nota 0,8279, com incremento significativo em relação ao período anterior. Já o mercado geral registrou uma queda na avaliação. Além disso, o Sistema Unimed é responsável por 82 das 128 operadoras (64%) classificadas na faixa de excelência do IDSS, com desempenho superior a 80%.

Das 269 operadoras do Sistema Unimed avaliadas pela ANS, 223 estão classificadas nas duas melhores faixas de desempenho, são 83% em comparação aos 71% do segmento. Além

das cooperativas, o Sistema Unimed se destaca nas áreas de seguro-saúde e odontologia. A Seguros Unimed lidera a modalidade com uma nota de 0,8798, e a Unimed Odonto obteve uma avaliação de 0,8421, ambas na faixa de excelência. As notas variam de 0 a 1,00 e são compostas por indicadores diversos.

O presidente da Unimed do Brasil, Omar Abujamra Junior, comenta que o desempenho é reflexo do foco da marca na qualidade assistencial. “Nossas cooperativas, mais uma vez, se destacam no IDSS, consolidando sua posição como referência em qualidade e inovação no setor de saúde suplementar. Temos investido em iniciativas de prevenção e promoção da saúde, na obtenção de creditações e avaliações

contínuas que nos permitem aprimorar os serviços prestados aos nossos 20,9 milhões de clientes nos planos de saúde e odontológicos”, afirma.

Os dados da ANS revelam que o desempenho consolidado da saúde suplementar apresentou queda, com o índice setorial passando de 0,7899 em 2022 para 0,7805 em 2023. Entre as 894 operadoras avaliadas, 833 tiveram suas notas divulgadas, sendo 616 operadoras de planos médico-hospitalares, com um índice médio de 0,7810, e 217 operadoras exclusivamente odontológicas, com um índice médio de 0,7789.

O IDSS avalia as operadoras de planos de saúde em quatro dimensões: qualidade em atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e gestão de processos e regulação. A análise é realizada anualmente pela ANS.

Em 57 anos de atuação, a Unimed se destaca na liderança do setor de saúde suplementar. A marca nasceu com a fundação da Unimed Santos (SP), em 1967, e hoje compõe um sistema de 340 cooperativas médicas e empresas, que estão presentes em nove de cada dez cidades brasileiras e atendem a 20,9 milhões de pessoas em planos de saúde e odontológicos. A Unimed reúne 118 mil médicos cooperados, gera cerca de 150 mil empregos diretos e dispõe da maior rede assistencial do país, com 30 mil estabelecimentos parceiros, além da rede própria, formada por 163 hospitais e hospitais-dia, 86 unidades de urgência e emergência, 509 clínicas, 42 centros de diagnósticos, 68 laboratórios e 96 serviços de terapias especiais, entre outros. Toda essa operação injetou no sistema de saúde brasileiro mais de R\$ 87 bilhões em 2023, com a realização de 631 milhões de eventos assistenciais (consultas, exames, internações e outros procedimentos) no ano.

#### A UNIMED-BH

Para se manter como um dos grandes players do setor de saúde suplementar

em Minas Gerais e no Brasil, a Unimed-BH vem implementando estratégias e ampliando o seu modelo de negócio. Para isso, em 2024, a Cooperativa anunciou dois grandes investimentos. Um deles foi a compra de um imóvel em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde será instalado um novo hospital de média complexidade. Já o segundo grande anúncio foi o lançamento do Horizontes Hub - um modelo inédito para o setor no Brasil, que atuará na área de inovação aberta e novos negócios em saúde.

O diretor-presidente da Unimed-BH, Frederico Peret, destaca a importância desse momento para a cooperativa. “Com o investimento em um novo Hospital Geral e Materno Infantil de média complexidade, com aproximadamente 150 leitos, reforçamos o nosso posicionamento em uma área que vem se consolidando como um novo polo de saúde na região metropolitana. Já o Horizontes Hub marca um grande passo da cooperativa para o fortalecimento da nossa liderança na busca por inovações no segmento”, afirma.

Horizontes Hub chegou ao mercado com o objetivo de potencializar as tendências no setor de saúde. A iniciativa foi idealizada para complementar a estrutura de inovação da cooperativa, ampliando as parcerias para execução de projetos disruptivos, experimentação de novas tecnologias e desenvolvimento de negócios digitais baseados em inteligência artificial, com impacto direto na experiência médico-paciente.

Segundo Frederico Peret, o Horizontes Hub marca uma nova fase da inovação dentro da Cooperativa. “Como uma empresa líder no setor de saúde, precisamos nos antecipar às tendências e nos adaptarmos rapidamente às mudanças que estão transformando nosso setor.

Estamos saindo do modelo de Centro de Inovação, que tinha o propósito de desenvolver ações para uso interno, e estamos inaugurando o Horizontes Hub, que parte de um princípio da inovação inclusiva, para juntos cocriarmos o futuro da saúde”, destaca. Um dos destaques do Horizontes Hub será o Consultório Conceito 2030, um lab de futuro que permitirá aos médicos experimentar inteligência artificial, apps e dispositivos para explorar o futuro da medicina. A previsão de inauguração do espaço é dezembro de 2024.

Dentro do seu propósito de cocriação, o hub de inovação inicia suas atividades com grandes parceiros, entre eles, Framework, Índigo Hive, Box1824, KPTL e CI-IA Saúde.

#### OUTROS INVESTIMENTOS

Frederico Peret destaca ainda outro grande projeto que contribui para o reforço da presença da Unimed-BH em regiões estratégicas, facilitando o acesso aos nossos clientes. Está em construção o novo Hospital Unimed-Unidade Contagem, com previsão de inauguração no primeiro semestre de 2026. A unidade terá capacidade para cerca de 300 leitos, incluindo 240 leitos de internação, 30 leitos de Unidade de Terapia Intensiva, 26 leitos de Hospital-dia, Pronto Atendimento adulto e pediátrico 24 horas, bloco cirúrgico com 12 salas, além de um complexo e Centro de Imagem e Laboratório de análises clínicas. Segundo Peret, o investimento também gerará novas oportunidades de trabalho para médicos cooperados e empregos para a região. “Temos um compromisso fundamental com o fortalecimento da atuação médica e entendemos que esse novo hospital chegará para ampliar ainda mais as oportunidades de trabalho aos nossos cooperados”, conclui.

#### UNIMED-BH

##### RESULTADOS DE 2023

	R\$ Milhões
Receita Operacional Líquida	6.213,53
Lucro	333,83
Patrimônio Líquido	3.326,28
Ativos Totais	5.156,79

# Bolsa Família chegou a 20,8 milhões de famílias em dezembro de 2024

Valor médio de repasse é de R\$ 678,36. Cronograma de pagamentos teve início em 09 de dezembro e continuou até o dia 23



Em 2024, o cronograma de pagamentos do Bolsa Família teve início um pouco mais cedo, começando em 10 de dezembro, para garantir que todos os beneficiários recebam antes do Natal. Os repasses obedecem o final do Número de Identificação Social (NIS) e seguiram até o dia 23. São 20,8 milhões de famílias contempladas, um total de 54,4 milhões de pessoas. Entre elas, 16,7 milhões de crianças de zero a 11 anos e 7,6 milhões de adolescentes de 12 a 17. O investimento do Governo Federal para os repasses é de R\$ 14 bilhões e o valor médio do benefício chega a R\$ 678,36.

## INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Um dos destaques do Bolsa Família é o foco na proteção da infância e da adolescência. Em dezembro, o programa alcança 25 milhões de crianças e adolescentes entre zero

e 17 anos com benefícios adicionais em todo o Brasil, resultado de um investimento federal de mais de R\$ 2 bilhões.

**R\$ 150** — Dentro da cesta de benefícios estabelecida com a retomada do programa em 2023, 9,26 milhões de crianças de zero a seis anos que integram as famílias beneficiárias do Bolsa Família recebem neste mês o Benefício Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150. Para isso, serão investidos R\$ 1,3 bilhão em recursos federais.

**R\$ 50** — Outras 12,3 milhões de crianças e adolescentes de sete a 16 anos incompletos recebem o Benefício Variável Familiar Criança. Somam-se a elas 3,4 milhões de adolescentes de 16 a 18 anos incompletos amparados pelo Benefício Variável Familiar Adolescente. Ambos representam adicional de R\$ 50. O investimento em novembro

para saldar os dois benefícios foi de R\$ 718 milhões. Outros R\$ 79 milhões garantem um adicional de R\$ 50 a 1,2 milhão de gestantes e 410 mil nutrízes.

## VULNERÁVEIS

Em dezembro, o Bolsa Família beneficia em seu grupo prioritário 238 mil famílias de indígenas, 274 mil de quilombolas, 237 mil de famílias em situação de rua e 404 mil de catadores de material reciclável, além de 12,5 mil famílias com crianças em situação de trabalho infantil.

## UNIFICADO

Neste mês, dentro das ações de enfrentamento a desastres, mais de 1,52 milhão de famílias de 636 municípios de Rio Grande do Sul, Amazonas, Paraná, São Paulo e Rondônia recebem o pagamento de forma unificada nesta terça-feira (9/12), por meio de um repasse superior a R\$ 1 bilhão. Nesta medida estão incluídas as famílias de todos os 497 municípios gaúchos e de 59 dos 62 do Amazonas.

## AUXÍLIO GÁS

Em dezembro, também é pago o Auxílio Gás, benefício bimestral extra, no valor de um botijão de gás de cozinha residencial, repassado às famílias em maior condição de vulnerabilidade dentro do público do Bolsa Família. O valor repassado no mês é de R\$ 104 e chega a 5,4 milhões de famílias (cerca de 16,9 milhões de pessoas) a partir de um investimento de R\$ 570 milhões.

## PERFIL

Como costuma ocorrer no programa de transferência de renda do Governo Federal, 83,3% dos responsáveis familiares são mulheres: 17,3 milhões. Do total de pessoas que receberão os benefícios em novembro, 31,6 milhões são do sexo feminino (58,2%). A predominância entre os beneficiários é de pessoas de cor preta/parda, com 39,63 milhões (72,8%).

## PROTEÇÃO

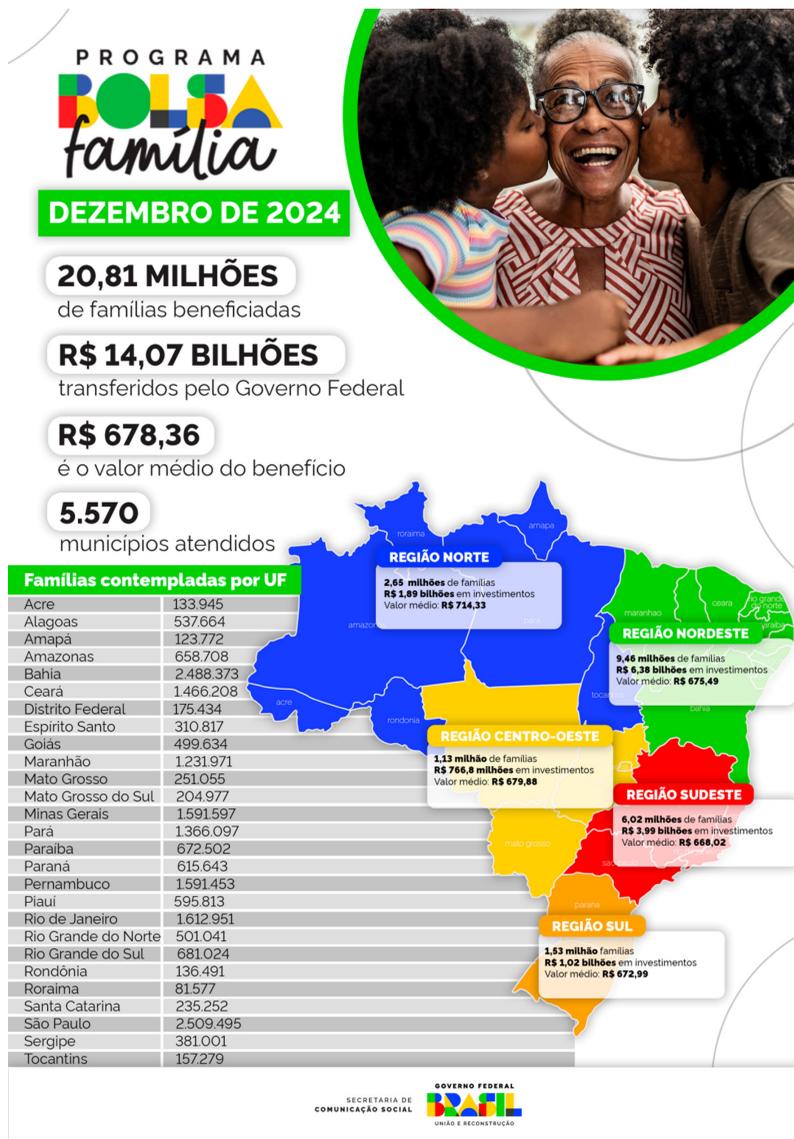
Outra criação da nova versão do Bolsa Família, a Regra de Proteção permite aos beneficiários permanecerem no programa por até dois anos, mesmo depois de conseguirem emprego com carteira assinada ou aumento de renda. Nesse caso, a família recebe 50% do valor. Esse parâmetro atinge, em novembro, 2,7 milhões de famílias.

## REGIÕES

No recorte por regiões, o Nordeste reúne o maior número de contemplados em novembro. São 9,4 milhões de beneficiários, a partir de um investimento de R\$ 6,3 bilhões. Na sequência aparece a região Sudeste (6 milhões de famílias e R\$ 4 bilhões em repasses), seguida pelo Norte (2,65 milhões de famílias e R\$ 1,89 bilhão em repasses), Sul (1,53 milhão de beneficiários e R\$ 1 bilhão em repasses) e Centro-Oeste (1,13 milhão de contemplados e R\$ 766 milhões em repasses).

## ESTADOS

Na divisão por unidades federativas, o maior número de contemplados em novembro está em São Paulo. São mais de 2,5 milhões de famílias beneficiárias no estado, a partir de um aporte federal de R\$ 1,6 bilhão. A Bahia aparece na sequência, com 2,48 milhões de contemplados. Em



outros seis estados há mais de um milhão de integrantes do programa: Rio de Janeiro (1,61 milhão), Pernambuco (1,59 milhão), Minas Gerais (1,59 milhão), Ceará (1,46 milhão), Pará (1,36 milhão) e Maranhão (1,23 milhão).

## VALOR MÉDIO

Roraima é o estado com maior valor médio de repasse para os beneficiários: R\$ 747,23. O Amazonas, com R\$ 733,94, e o Acre (R\$ 726,75) completam a lista das três maiores

médias. Quando o recorte leva em conta os 5.570 municípios brasileiros, o maior valor médio está em Uiramutã, município de 13,7 mil habitantes em Roraima, com 2.300 famílias atendidas pelo programa e tique médio de R\$ 1.024,55, único município do país a superar os mil reais de valor médio do benefício. Na sequência aparecem Campinópolis (MT), com R\$ 931,64, e Jordão (AC), com R\$ 898,40.

# Bateria de diamante promete energia para quase 6 mil anos

*Dispositivo usa carbono-14 e emite radiação beta, com potencial para substituir as de íon-lítio*

A primeira bateria feita de carbono-14 encapsulado em diamante promete uma vida útil de 5,7 mil anos, com capacidade para substituir as tradicionais baterias de íon-lítio. O avanço é resultado de anos de pesquisa e busca oferecer uma fonte de energia confiável e de longa duração para aplicações variadas.

Com potencial para revolucionar setores como medicina, exploração espacial e segurança, a bateria pode ser especialmente útil para equipamentos que exigem energia contínua e de difícil substituição, como marcapassos e sondas espaciais.

O dispositivo utiliza o carbono-14, um isótopo radioativo conhecido por sua aplicação na arqueologia por permitir a datação precisa de materiais antigos, graças ao seu decaimento previsível. No entanto, encapsulado em diamantes modificados, ele emite radiação beta – elétrons de alta velocidade – que pode ser convertida diretamente em eletricidade.

Essa conversão é a base das baterias de diamante, que oferecem uma fonte de energia confiável e duradoura. A equipe que desenvolveu o dispositivo é liderada por Sarah Clark, da Autoridade de Energia Atômica do Reino Unido (UKAEA), e o professor Tom Scott, da Universidade de Bristol.

As baterias de diamante são ideais para dispositivos médicos implantáveis, como marcapassos, eliminando a necessidade de subs-



tituições frequentes devido à sua longa meia-vida de 5,7 mil anos. A tecnologia também tem grande potencial em missões espaciais, onde a confiabilidade e a leveza são essenciais.

As sondas Voyager, por exemplo, utilizam geradores termelétricos à base de plutônio-238, que perdem eficiência com o tempo. Mais de 40 anos após o lançamento, as sondas têm 30% menos energia disponível. Com baterias de carbono-14, futuras missões poderiam ser mais leves, rápidas e duradouras, mantendo-se operacionais por milhares de anos.

"Nossa tecnologia de microenergia pode atender a uma ampla gama de aplicações importantes, desde tecnologias espaciais e dispositivos de segurança até implantes médicos. Estamos empolgados em explorar todas essas possibilidades,

trabalhando com parceiros da indústria e da pesquisa nos próximos anos", comemora Tom Scotti, especialista em Materiais, da Universidade de Bristol.

Embora o carbono-14 seja um subproduto de reatores nucleares, sua extração e utilização em larga escala representam desafios tecnológicos. No entanto, a conversão direta dos elétrons emitidos em corrente elétrica melhora a eficiência energética, tornando a aplicação viável em diversos contextos.

A equipe de Scott já demonstrou a viabilidade da tecnologia em pequena escala e agora trabalha para substituí-la por modelos comerciais. Outro avanço paralelo são as baterias de níquel-63, que seguem o mesmo princípio de encapsulamento em diamantes para geração de corrente elétrica. (Com informações do Olhar Digital)

# Queijo Minas Artesanal: Patrimônio da humanidade e orgulho de Minas Gerais



O Queijo Minas Artesanal alcançou um marco histórico ao ser reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco. O anúncio foi feito no dia 4 de dezembro, durante a 19ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Assunção, Paraguai. O título é inédito no Brasil no âmbito da cultura alimentar, destacando a singularidade e a relevância dos "Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal" no cenário global.

Essa conquista é motivo de imenso orgulho para Minas Gerais, estado que carrega em suas raízes a tradição e o sabor desse queijo único, produzido com técnicas que atravessaram gerações. Mais do que um alimento, o Queijo Minas Artesanal é um símbolo da identidade mineira. Cada pedaço carrega a história de famílias que se

dedicam a preservar a arte de sua produção, utilizando métodos passados de pais para filhos, respeitando o tempo e as características locais.

Na capital mineira, Belo Horizonte, o Queijo Minas Artesanal ocupa um lugar de destaque. Embora esteja presente em diversos pontos de venda pela cidade, o Mercado Central se consagra como o principal destino para os amantes do queijo. Esse ícone turístico reúne os melhores exemplares da produção mineira, atraindo visitantes em busca de qualidade e autenticidade.

Um dos destaques para degustação e vendas no Mercado Central é o Armazém Dona Lucinha, localizado entre os corredores H-15 e G-12. No espaço, é possível encontrar uma seleção especial de queijos produzidos na região do Serro, reconhecida como

uma das principais áreas produtoras de Queijo Minas Artesanal. A tradição do Serro é uma das mais antigas e respeitadas, combinando técnicas seculares e o uso de ingredientes locais que conferem sabores e texturas inconfundíveis.

## SUGESTÃO DE RECEITA: PÃO DE QUEIJO DONA LUCINHA

### Ingredientes:

1 quilo de goma  
1/2 quilo de queijo meia cura ralado  
1/2 litro de leite para esquentar  
5 ovos  
2 colheres de sopa de manteiga  
1 colher de sobremesa de sal  
Leite, o necessário para o ponto

### Modo de Fazer:

Em uma gamela, coloque a goma. A parte, ferva o leite, a manteiga, o sal e despeje sobre a goma para esquentá-la. Esfarele a massa com as pontas dos dedos, acrescente os ovos e sove muito bem. Aos poucos, pingue leite até achar o ponto de enrolar. Em seguida, adicione o queijo e misture sem sovar. Unte as mãos e faça bolas no tamanho que preferir, colocando-as em um tabuleiro. Leve ao forno já quente. Após crescer, reduza a temperatura para que os pães de queijo possam secar e corar. De forma geral, são necessários cerca de vinte minutos para que fiquem no ponto certo para comer.

Quanto à constante dúvida sobre qual tipo de goma ou polvilho usar (doce ou azeda), pode-se optar por qualquer uma delas ou até mesmo misturá-las em partes iguais. No entanto, a goma azeda costuma ser a mais popular para o preparo do pão de queijo. Se preferir, pode adicionar uma pitada de canela em pó à massa, o que lhe confere um aroma especial e um sabor peculiar.

# ‘Modos de Fazer’ do Queijo Minas Artesanal recebem o título de Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade pela Unesco

*Sebrae Minas teve papel importânte na conquista, devido ao trabalho de construção de uma estratégia fundamentada na identidade de cada origem produtora*



Com três séculos de tradição em Minas Gerais, os “Modos de Fazer” do Queijo Minas Artesanal foram formalmente reconhecidos com o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco. O anúncio aconteceu nesta quarta-feira, em cerimônia realizada em Assunção, no Paraguai, durante a 19ª sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco. A candidatura teve o apoio do Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa-MG) e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), e do Sebrae Minas.

O reconhecimento destaca o caráter familiar das propriedades envolvidas na produção do Queijo Minas Artesanal, o envolvimento dos produtores com o bem-estar animal e o papel do queijo na promoção de um modo de vida marcado pela hospitalidade e forte sentido de pertencimento às comunidades rurais. Os “Modos de Fazer” do Queijo Minas Artesanal representam uma coleção de experiências, símbolos e significados que estabelecem a identidade do produto, amplamente reconhecido pelos brasileiros.

O Queijo Minas Artesanal (QMA) é o tipo de queijo artesanal mais pro-

duzido no estado, também feito a partir de leite cru, em pequenas propriedades rurais, utilizando receitas tradicionais e familiares, que preservam a identidade cultural do povo mineiro. Atualmente, 15 regiões de Minas Gerais produzem queijos artesanais sem nenhum processo industrial. Dessas, 10 regiões – Araxá, Campo das Vertentes, Canastra, Cerrado, Diamantina, Entre Serras da Piedade ao Caraça, Serra do Salitre, Serras da Ibitipoca, Serro e Triângulo Mineiro – produzem o tipo Queijo Minas Artesanal (QMA).

Para preservar a tradição e garantir a qualidade do produto, os ‘modos

de fazer' do QMA já haviam garantido o mesmo reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2008. O produto tem sua história ligada ao século XVIII, durante o período da colonização portuguesa. Ele surgiu nas regiões mineiras onde a pecuária e a produção de leite tiveram expansão como parte do cotidiano das fazendas mineiras.

“O Queijo Minas Artesanal reflete a essência da tradição mineira, carregando em cada pedaço o sabor único das montanhas, o cuidado dos produtores em suas fazendas e a história que atravessa gerações. O título de Patrimônio Cultural e Imaterial da Unesco valoriza um legado de mais de 300 anos da rica produção queijeira e todo esse conhecimento transmitido de geração em geração, proporcionando maior renda para as famílias que carregam essa tradição. Ao lado do Governo do Estado, o Sebrae Minas tem desempenhado papel fundamental no apoio e fortalecimento da cadeia produtiva na valorização dessa iguaria como um bem cultural e econômico do estado”, destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Há mais de uma década, o Sebrae Minas vem atuando para garantir a qualidade, identidade e origem dos queijos mineiros. A essência de atuação da instituição é a construção de uma estratégia fundamentada na identidade de cada origem produtora, buscando proteger e promover seus produtos, os produtores e o próprio território. Além disso, a entidade atua na organização da base produtiva, fortalecendo as associações regionais de produtores, apoiando na melhoria da qualidade dos produtos, na gestão das propriedades e na inserção em novos mercados.

As regiões da Canastra, no Centro-Oeste do estado, do Serro, no Vale do Jequitinhonha, e do Cerrado



já conquistaram a Indicação Geográfica (IG), concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), na modalidade de Indicação de Procedência (IP). A chancela reconhece a autenticidade dos produtos de determinado território, valorizando a cultura e a tradição local, impulsionando o desenvolvimento econômico do território e fortalecendo a reputação regional.

### ROTAS TURÍSTICAS

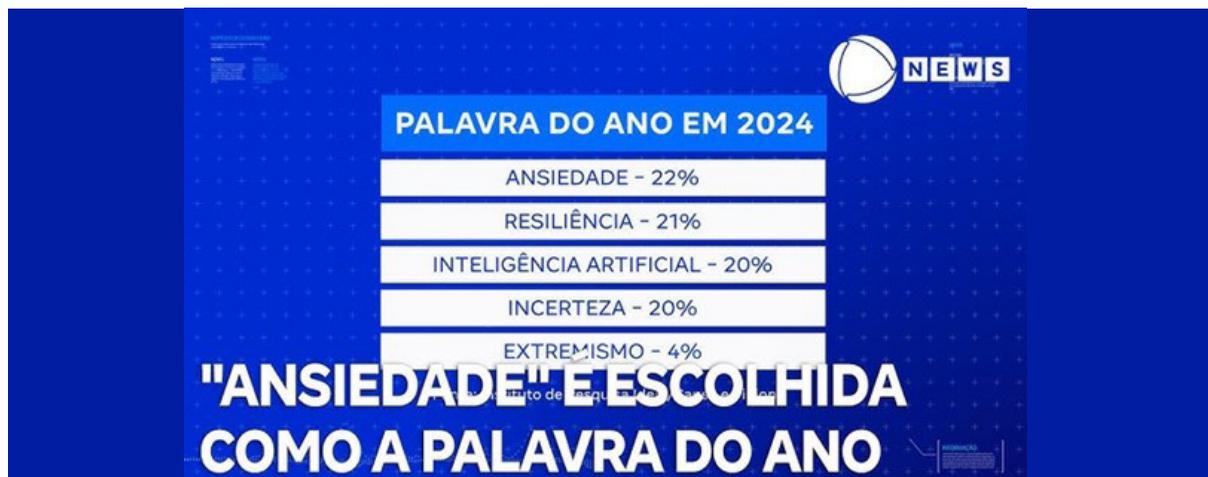
Em outra frente de trabalho para valorizar o reconhecimento de Patrimônio Cultural e Imaterial da Unesco, o Sebrae Minas e a Secult estruturaram recentemente as Rotas do Queijo da Canastra e do Serro, com o propósito de potencializar e fomentar o turismo de experiência associado à produção e a valorização dos produtos locais, atrativos naturais e culturais.

Por meio do programa Check-in Minas, as instituições vêm mapeando e qualificando novos produtos e experiências nos destinos. A iniciativa proporciona aos visitantes a oportunidade de conhecer as propriedades e o processo de fabricação dos queijos, a produção do Café da

Canastra, além de explorar a história, a natureza, a diversidade e as tradições dos territórios.

A Rota da Canastra contempla os municípios onde o queijo é produzido: Contemplará especialmente os municípios onde o queijo é produzido: São Roque de Minas, Medeiros, Tapiraí, Bambuí, Piumhi, Vargem Bonita e Delfinópolis, no Centro-Oeste de Minas. Anualmente, mais de 6 mil toneladas são feitas por cerca 800 produtores. A rota também apresenta as belezas naturais e culturais do território, como a Serra da Canastra e as belas cachoeiras que compõem a paisagem.

Já o Serro abrange as cidades de Alvorada de Minas, Coluna, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Materlândia, Paulistas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro. No total, reúne cerca de 800 pequenos produtores e agricultores familiares que mantêm viva uma tradição secular. A rota dá ênfase à produção que remete há 300 anos de história, trazendo por meio dos destinos a valorização da cultura e da gastronomia mineira.



## Ansiedade é eleita a palavra do ano

Em 2024, a ansiedade foi eleita a palavra do ano, refletindo um cenário global em que esse estado emocional deixou de ser apenas uma resposta natural do organismo para se tornar um tema central na vida contemporânea. Fabiano de Abreu Agrela, pós-doutor em Neurociências e especialista em comportamento humano, oferece sua perspectiva sobre as características, que ele considera um reflexo de desequilíbrios biológicos exacerbados pela sociedade moderna.

Ansiedade: de resposta adaptativa ao problema clássico O neurocientista esclarece que a ansiedade não é uma doença em si, mas uma condição intrínseca à sobrevivência humana. “Ela é necessária para a sobrevivência. No entanto, quando em excesso, como tudo na vida, torna-se um problema”, afirma. Segundo ele, o excesso de ansiedade está diretamente ligado, também, à produção desregulada de glutamato, um neurotransmissor excitatório que, em altas concentrações, desencadeia um “efeito dominador” que impacta outros neurotransmissores e hormônios essenciais para o equilíbrio do organismo.

Fabiano explica que essa desregulação afeta neurotransmissores como a serotonina e a dopamina, respon-

sáveis pelo bem-estar e motivação, além de hormônios como o cortisol, associados ao estresse, e a vasopressina, que regulam funções essenciais, como a retenção hídrica e a pressão arterial. “Essa cascata descontrolada pode alterar a morfologia de algumas estruturas cerebrais, impactando estruturas como o hipocampo e o córtex pré-frontal, responsáveis por memória, tomada de decisão e regulação emocional”, alerta.

### A PANDEMIA DO EXCESSO DE ANSIEDADE

O especialista aponta para a cultura digital como um dos principais assuntos dessa crise de ansiedade. “Vivemos uma pandemia de excesso de ansiedade derivada da cultura atual que promovemos. As redes sociais, por exemplo, trouxeram mais efeitos negativos do que positivos para a vida humana”, enfatiza. Ele observa que o consumo excessivo de redes sociais gera comparações constantes, sobrecarga de informações e uma sensação de urgência permanente, fatores que intensificam a resposta dolorosa do cérebro.

### IMPACTOS INTERGERACIONAIS E EPIGENÉTICOS

Além dos efeitos imediatos no

indivíduo, o Dr. Fabiano destaca o impacto de longo prazo da ansiedade excessiva, tanto na saúde física quanto na mental. Ele ressalta que, de forma epigenética, essas alterações podem ser transmitidas para as próximas gerações. “A ansiedade desregula neurotransmissores e hormônios, altera a morfologia de algumas subregiões cerebrais e traz consequências de acordo com a predisposição genética do indivíduo. Exemplos disso são o autismo e o TDAH, condições que podem ser intensificadas por fatores ambientais e culturais levando em consideração a ansiedade e epigenética”, explica.

### O PAPEL DA CIÊNCIA E DA SOCIEDADE

O neurocientista acredita que entender a ansiedade em sua complexidade é essencial para desenvolver estratégias de prevenção e tratamento. Ele sugere que, além do cuidado individual, a sociedade como um todo precisa compensar hábitos e padrões de comportamento que fomentam o excesso de ansiedade. “A solução passa por educar sobre o funcionamento do cérebro, promover práticas saudáveis e estabelecer limites no uso de tecnologias que nos desconectam da nossa essência humana”, conclui.

# Cancelamento de plano de saúde por inadimplência tem nova regra

## Mudança é benéfica ao consumidor, avalia Procon Assembleia.



A recente mudança na regra de cancelamento por inadimplência de planos de saúde, prevista pela Resolução Normativa 593/2023, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é vista como positiva pelo Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). De acordo com a nova norma, em vigor desde dezembro/24, os usuários só podem ter seus planos cancelados por falta de pagamento se houver atraso de ao menos duas mensalidades, seguidas ou não.

Antes, quem atrasava o pagamento por 60 dias, consecutivos ou não, poderia ter seu contrato rescindido. Ou seja, os dias de atraso que se acumulavam mês a mês eram somados e, quando atingisse a marca de 60 dias, sujeitava o usuário ao cancelamento do seu plano. Essa metodologia mui-

tas vezes pegava o consumidor de surpresa por ele não ter controle da quantidade de dias que atrasou o pagamento ao longo do tempo.

**A mudança se refere apenas aos contratos assinados a partir de 1º de dezembro de 2024 pagos diretamente pelos beneficiários:**

- \* de planos individuais ou familiares;*
- \* de planos coletivos empresariais firmados por empresário individual;*
- \* de planos coletivos firmados por ex-empregados (demitidos e aposentados), servidores públicos, beneficiários de operadoras de autogestão ou aqueles que pagam diretamente a uma administradora de benefícios.*

No caso de contratos coletivos de empresas ou por adesão (feitos por meio de sindicatos e associações), valem as regras definidas no contrato.

“É uma segurança extra para o consumidor que passa por alguma dificuldade financeira momentânea, pois ele terá mais tempo para se reorganizar e colocar as contas em dia”, avalia o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa.

### COMUNICAÇÃO

No entanto, ele enfatiza a necessidade de uma comunicação eficaz com o usuário inadimplente. “É preciso que as operadoras sejam ágeis na notificação para que o consumidor tenha tempo de regularizar sua situação”, explica.

Essa notificação, de acordo com a resolução normativa, tem que ocorrer até o 50º dia de inadimplência e informar a data em que o plano será cancelado caso o pagamento não seja regularizado. A comunicação pode se dar por e-mail com confirmação de leitura, mensagem de SMS ou WhatsApp mediante resposta do consumidor, ligação telefônica gravada ou carta com Aviso de Recebimento (AR).

“Antes de cancelar um contrato, as empresas devem esgotar todas as formas de contato com o usuário”, enfatiza o coordenador do Procon Assembleia. Ele reforça a orientação da ANS para que os beneficiários mantenham seus dados cadastrais atualizados junto à operadora de plano de saúde.

# Atlético-MG acumula o pior custo-benefício da Série A e Cruzeiro tem saldo positivo: veja os destaques



O Campeonato Brasileiro terminou com a consagração do Botafogo campeão, um título que premiou um dos times que melhor investiu seu dinheiro, conforme levantamento do Bolavip Brasil. O alvinegro teve a quarta maior folha salarial da competição, e conseguiu terminar em primeiro, subindo três posições na comparação entre investimento e resultado. Quem se destacou mais no quesito, e os piores times do Brasil na relação custo-benefício, você descobre a partir de agora.

## METODOLOGIA

Para chegar ao resultado, o levantamento apurou a folha salarial anual dos 20 clubes da Série A ao longo de 2024

junto ao site especializado Capology. Em seguida, comparou o ranking de gastos com a classificação do Campeonato Brasileiro, encerrado domingo (8).

Quanto melhor o investimento, mais posições o time subiu na comparação entre o ranking de gastos e a tabela. Quanto pior o investimento, mais o time desceu posições na comparação.

## FORTALEZA É QUEM MELHOR GASTA SEU DINHEIRO NO BRASIL

O Fortaleza encerrou o Brasileiro na quarta colocação. A posição é muito boa por si só, mas ganha ainda mais destaque quando é levado em consideração o gasto com salários que o

clube teve na temporada. O Fortaleza foi apenas o 14º time da Série A que mais gastou com salários no elenco, mas terminou com vaga direta para a Libertadores e esteve matematicamente na briga pelo título a poucas rodadas do fim.

Quem também otimizou seus investimentos foi o Juventude. O time de Caxias do Sul teve ao longo da temporada gastos de time rebaixado - jogou a Série A com a menor folha entre os 20 times. Mas terminou o Brasileiro na 15ª colocação, sem risco de queda já nas últimas rodadas.

Outro que também se destacou neste sentido foi o Vitória. No ano de retorno à Série A, o time baiano jogou



a competição com o 16º maior gasto com salários no elenco, mas terminou o Brasileiro em 11º lugar, superando o arquirrival Bahia na relação entre gasto e performance.

#### ATLÉTICO-MG É QUEM PIOR GASTA SEU DINHEIRO NO BRASIL

Do outro lado do levantamento, está o Atlético-MG. O Galo até flertou com os títulos da Copa do Brasil e da Libertadores, mas no fim das contas ficou sem os dois e teve uma campanha decepcionante no Brasileiro, ainda mais levando em consideração quanto gasta com salários. Ao longo de 2024, foi o terceiro clube que mais investiu na folha do elenco, mas terminou a Série A apenas na 12ª colocação.

Outro time que foi mal foi o Fluminense. O tricolor teve a oitava maior folha salarial da primeira divisão, mas passou a competição inteira ameaçado de rebaixamento, escapando apenas na última rodada. Terminou o Brasileiro na 13ª colocação.

Completa a trinca de times que pior gastaram no Brasileirão o Grê-

mio. A equipe não tinha uma folha das piores - era a 9ª maior da Série A -, mas a performance do time foi ruim, com a equipe terminando na parte debaixo da tabela, na 14ª colocação.

#### RANKING DA COMPARAÇÃO ENTRE DINHEIRO INVESTIDO COM SALÁRIOS E POSIÇÃO NA TABELA DO CAMPEONATO BRASILEIRO:

- 1 - *Fortaleza: +10 posições*
- 2 - *Juventude: +5 posições*
- 3 - *Vitória: + 5 posições*
- 4 - *Botafogo: +3 posições*
- 5 - *Bahia: +3 posições*
- 6 - *Cruzeiro: +3 posições*
- 7 - *Internacional: +1 posição*
- 8 - *Criciúma: +1 posição*
- 9 - *São Paulo: +1 posição*
- 10 - *Palmeiras: sem variação*
- 11 - *Vasco: sem variação*
- 12 - *Athletico: -2 posições*
- 13 - *Flamengo: -2 posições*
- 14 - *Corinthians: -2 posições*
- 15 - *Atlético-GO: -2 posições*
- 16 - *Cuiabá: -2 posições*
- 17 - *Red Bull: -3 posições*
- 18 - *Grêmio: -5 posições*
- 19 - *Fluminense: -5 posições*
- 20 - *Atlético-MG: -9 posições*

O Bolavip Brasil apresenta o melhor do esporte, com o objetivo de entreter os fãs e promover debates. Com sedes nas principais cidades da América, a marca conta coletivamente com uma equipe de cerca de 200 criadores de conteúdo, que são amplamente reconhecidos como autoridades em futebol, estatísticas e dados esportivos.

O site pertence à Better Collective. A Better Collective possui mídias esportivas globais e nacionais com a visão de se tornar o principal grupo de mídia esportiva digital. Estamos em uma missão de entusiasmar os fãs de esportes por meio de conteúdo envolvente e fomentar comunidades apaixonadas no mundo todo. O portfólio inclui diversas marcas, como: HLTV, FUTBIN, Soccernews, Action Network, Playmaker HQ, VegasInsider, Bolavip, Redgol, Torcedores e Somos Fanáticos. Com sede em Copenhague, na Dinamarca, a empresa é duplamente listada na bolsa de valores Nasdaq Stockholm (BETCO) e listada na Nasdaq Copenhagen (BETCO DKK).

# Brasil alcança marca de 6,6 milhões de turistas internacionais, a melhor da história

*País se consolida como um dos principais destinos da América do Sul e se aproxima da meta de 8 milhões de turistas por ano*

O Brasil bateu o recorde de turistas internacionais visitando o país. Ao todo, foram mais de 6,621 milhões de viajantes que escolheram destinos brasileiros para as viagens de lazer ou de negócios em 2024. O número supera o marco histórico de 2018, quando 6.6 milhões de estrangeiros estiveram aqui. Com o melhor resultado da série histórica iniciada em 1970, o Brasil se aproxima das metas do Plano Nacional de Turismo (PNT), que prevê atingir 8,1 milhões de turistas internacionais nos próximos três anos.

"Acabamos de conquistar 6,621 milhões de passageiros estrangeiros em terras brasileiras e esse é um motivo de comemoração, é uma celebração que nos mostra que estamos no rumo certo. Vale lembrar que a série histórica é de 1970 e o último recorde era de 2018. Claro que temos de atribuir isso à melhoria de infraestrutura e à nossa presença em feiras internacionais, atraindo investimentos estrangeiros pro Brasil.", comentou a secretária Executiva do Ministério do Turismo, Ana Carla Lopes, no evento em comemoração ao recorde, no Aeroporto Internacional de Brasília

O desempenho reforça a maturidade do turismo nacional em atrair visitantes internacionais, como apontou o ministro do Turismo, Celso Sabino. "O ano de 2024 entra para a história como um ano de recordes. O setor tem mostrado toda a capacidade e força para receber esses turistas que escolheram nossos destinos ao longo do ano e, com o apoio do Governo Federal, temos apostado em um trabalho de valorização cultural e promoção internacional da nossa imagem lá fora", destacou.

O resultado supera anos importantes na recepção de turistas, como 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo FIFA e em 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Juntos, os dois anos somam 12,9 milhões de desembarques no país. "Temos investido na melhoria da infraestrutura turística, com obras que vão de Norte a Sul. Temos apoiado o setor com liberação de recursos, por meio do Fungetur, que ajudam a estruturar toda a cadeia, que fica mais preparada para receber esses turistas. Além, é claro, de fazer promoção dos nossos destinos em grandes eventos internacionais, mostrando ao mundo o que o Brasil tem de melhor", completou Sabino.

## ESTRATÉGIA

Na atração dos turistas internacionais, o Ministério do Turismo tem trabalhado em diferentes frentes. Em dezembro de 2023 foi inaugurado, no Rio de Janeiro (RJ), o primeiro Escritório da Organização Mundial do Turismo (OMT) nas Américas e no Caribe. Resultado de intensa articulação do governo brasileiro, a unidade coloca o país no cenário dos grandes players globais, com o planejamento e a adoção de ações em prol do desenvolvimento sustentável de toda a região.

## MARCA BRASI

Além disso, para reforçar a vinda desses turistas, o MTur, em parceria com a Embratur, voltou a marcar presença em grandes e estratégicos eventos internacionais de promoção dos destinos brasileiros. A ação envolve a divulgação da "Marca Brasil", importante iniciativa para reconstruir a imagem do país no exterior -

agora devidamente comprometido com a sustentabilidade, a diversidade e a inclusão no setor turístico.

## VÁRIOS MUNDOS

O Brasil lançou também a marca "Visit South America: um lugar, vários mundos". A estratégia é uma parceria do governo brasileiro com a Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile para buscar, de forma integrada, promover e posicionar internacionalmente os destinos destes países, com foco em atrativos naturais, gastronômicos e de hospitalidade.

## FUTURO

Para 2025, o Governo Federal anunciou que os novos editais regionalizados do Programa de Aceleração do Turismo Internacional (PATI) têm previsão de R\$ 63,6 milhões em investimentos para a atração de novos voos em rotas nacionais. A expectativa é de que sejam gerados ao menos 500 mil novos assentos no período de um ano. O número já impacta em recorde em assentos de voos internacionais para a temporada de verão 2024/2025: serão 7,48 milhões, um crescimento de 19% em comparação ao verão de 2023/2024.

## COP 30 E BRICS

Além disso, no próximo ano, o Brasil se prepara para receber importantes eventos, como a Conferência do Clima da ONU, a COP30, que será realizada em Belém, no Pará, e a reunião do BRICS, em Brasília, que devem atrair milhares de visitantes internacionais para o país.



## Lucerna - O jeito suíço de preservar uma joia

**Paulo Queiroga**

Com ajuda do Blog: [malapronta.com.br](http://malapronta.com.br)



As características que fazem a Suíça e os suíços singulares são conhecidas de todos: A beleza da paisagem natural, montanhas que ocupam 60% do território, a abundância das águas, o patrimônio histórico preservado, a limpeza e organização das cidades, a pontualidade, a disciplina e a aparente frieza do comportamento de seu povo. Assim pode ser resumido este país dividido em 26 cantões considerados Estados soberanos, que formam a Confederação Helvética.

O Cantão de Lucerna, na porção

alemã da Suíça, assentado no centro do país aos pés dos Alpes, não foge a essas características.

Lucerna, a capital do cantão de mesmo nome é a cidade mais populosa da região, com 80 mil habitantes, número considerado alto para o país.

### UMA PITADA DE HISTÓRIA

Consta-se que no ano 735, três monges beneditinos iniciaram a construção de uma basílica romana na pequena aldeia de pescadores, em um

terreno doado por Pepino, O Breve, que ficou conhecido como Monasterium Luciaria. No século 12, a região passa por grande crescimento do comércio. O Cantão de Lucerna torna-se membro da Confederação em 1332.

Em 1633, durante a Guerra dos Trinta Anos, a Monasterium Luciaria, que pegou fogo, foi reconstruída e tornou-se uma das maiores igrejas do período renascentista tardio alemão.

Lucerna pertenceu à República Helvética entre 1798 e 1803. Os Lucerneses, que, então se tornaram in-



dependentes. Em 1848 são obrigados a retornar à Confederação e assim permanecem até hoje.

### A CIDADE

Chega-se à Lucerna pela Estação férrea Central. A primeira visão é sua História revelada, emoldurada pelo rio Reuss e o lago Lucerna. Curiosamente, algumas construções modernas convivem com o passado medieval e renascentista, mas, não interferem na estética da cidade.

O cenário que inicialmente preenchem nossos olhos são as torres medievais, as construções à beira do lago e, especialmente, as pontes, um dos cartões postais de Lucerna

### A PONTE DA CAPELA

Entre as sete pontes, a mais conhecida e símbolo da cidade é a Ponte da Capela, a Kappellbrücke. Construída em 1332, como parte da estrutura de defesa, onde ficavam os vigias, ela é considerada a ponte de madeira mais antiga de toda a Europa.

Ao longo da ponte coberta, que dá acesso ao centro histórico, o visitante conhece fatos históricos narrados em afrescos triangulares pintados no século 17. São quase uma centena de painéis que ilustram episódios ligados à pregação cristã, uma forma de doutrinação da Igreja Católica, à época, poderosa na cidade. O conjunto urbano da ponte abrange uma torre hexagonal, antigamente utilizada como torre de água, farol e até prisão.

Outro ponto marcante é o passeio de barco no Lago dos Quatro Cantões, de 38 km, com água incrivelmente cristalina. Verdadeira paisagem de cinema.

### O MONUMENTO DO LEÃO

Os guardas suíços são famosos pela disciplina. Seus serviços são exportados para outros países, como Espanha, França e Itália. Como homenagem ao regimento de mercenários suíços massacrados em Paris em 1792, após a Revolução Francesa, foi esculpido na montanha de pedra calcária um leão moribundo de gran-

des dimensões, hoje um dos atrativos mais visitados em Lucerna.

### A TORRE DO RELÓGIO

Chama a atenção a Torre do relógio, com 31 metros de altura, construída em 1442, aberta à visitação, um dos símbolos da pontualidade suíça. O imenso relógio expõe seu mecanismo interno de pesos e contrapesos. Curiosamente, o sino do relógio da torre bate um minuto antes dos relógios das outras igrejas, talvez para anunciar a rigorosa pontualidade dos suíços.

Um atrativo diferente em Lucerna é o Museu do Transporte, que expõe a história do transporte, incluindo automóveis, trens, embarcações e conta com uma área pedagógica interativa, com atividades dirigidas às crianças e alunos de escola. Como nossa programação estava apertada e submetida à precisão suíça, infelizmente, não tivemos tempo de visitá-lo, mas é altamente recomendado pela riqueza de seu acervo. Lucerna é um espelho cristalino da verdadeira alma da Suíça.



## Grandes áreas: prefeituras municipais têm cobrado o IPTU, sendo que o correto é pagar o ITR

**Kênio de Souza Pereira**

*Diretor Regional de MG da ABAMI – Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis- Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG  
kenio@keniopereiraadvogados.com.br*

*Proprietário deve contestar para evitar prejuízo*



Existem milhares de terrenos, em especial, de grandes dimensões localizados nos limítrofes das áreas urbanas das cidades que, há décadas, são tributadas pela Fazenda Nacional/ União com a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural), sendo que de uma hora para outra, o prefeito cria um decreto ou sanciona uma lei de expansão urbana para forçar o proprietário a pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Em alguns casos isso consiste numa

manobra ilegal, quando o município visa apenas cobrar valores centenas de vezes maior que o ITR, sem obedecer aos critérios legais. Muitos proprietários, inclusive empresários, por falta de informação acabam tendo um enorme prejuízo ao pagar IPTU.

Dentre os contribuintes mais prejudicados estão inúmeras empresas de médio e grande porte que possuem terrenos que recebem anualmente a cobrança do ITR, o que deixa eviden-

te que não deveriam pagar milhões de reais de IPTU para o município, mesmo que o tenham dois ou mais melhoramentos previstos no art. 32 do Código Tributário Nacional, conforme explicaremos em outro tópico.

### **STJ E STF REPUDIAM COBRANÇAS INDEVIDAS**

Além da bitributação que é ilegal, essas empresas e proprietários, mediante análise específica do caso, tam-

bém têm se livrado da cobrança exorbitante do IPTU por meio de atitudes jurídicas, com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), que têm declarado a nulidade da cobrança do IPTU quando o proprietário, mesmo tendo em seu imóvel dois ou mais melhoramentos, comprova que sua área é utilizada para atividade econômica tipicamente rural, ou seja, extrativista vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Com uma assessoria de Direito Imobiliário é possível demonstrar que a regra geral do CTN não prevalece nesses casos, tendo a jurisprudência dos Tribunais Superiores consagrado o direito de os proprietários pagarem apenas o ITR se o imóvel continua a ter finalidade rural ou se ele continua a receber o ITR anualmente.

### REGRA GERAL DO CTN À IGNORADA POR ALGUNS MUNICÍPIOS

É compreensível e esperado que com o passar do tempo as cidades cresçam, passando as fazendas a ser tornarem bairros mediante o lançamento de loteamentos por empreendedores. Ocorre que, para que seja possível o município exigir o pagamento do IPTU é essencial que o terreno/lote possua pelo menos dois melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, nos termos do art. 32, do Código Tributário Nacional, citados nos incisos: "I – meio-fio ou calçamento, com canalização de água pluviais; II – abastecimento de água; III – sistema de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 quilômetros do imóvel considerado".

O proprietário de imóvel que receber a nova guia de IPTU e não possuir, no mínimo, dois melhoramentos citados nos 5 incisos do art. 32, deverá con-



testar administrativamente e judicialmente o valor cobrado, sendo importante fazê-lo por meio de advogado especializado. Quem pagou de forma enganada pode requerer a devolução retroativa a 5 anos.

A voracidade fiscal tem motivado alguns prefeitos a se aproveitarem da ingenuidade da população para impor o IPTU de maneira ilegal e abusiva, pois criam o temor de que podem tomar o imóvel se esse imposto indevido deixar de ser pago. Esses abusos motivaram inclusive diversas ações contra o município de Contagem, que teve que recuar diante das contestações bem fundamentadas de advogados que demonstraram os erros.

Entretanto, vários municípios continuam a emitir guias ilegais, pois muitos proprietários carentes de orientação jurídica acabaram pagando o IPTU de 2022/23 e depois, se arrependeram ao receberem cobranças retroativas a cinco anos, motivadas por terem aberto mão de contestar o primeiro IPTU que receberam e que poderia ter derrubado judicialmente.

### QUEM SOLICITA APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO É LESADO

Várias são as denúncias de proprietários de áreas rurais que, ao pretenderem aprovar um loteamento, são

induzidos a erro, pois deveriam pagar o ITR até o dia que o empreendimento fosse aprovado e liberada a venda dos lotes. O município, de forma maliciosa, força o proprietário a declarar que concorda que sua propriedade deixa de ser área rural para iniciar o processo de aprovação do loteamento que, em muitos casos, demora dez anos ou mais.

A maldade consiste no ato do município cobrar valores milionários a título de IPTU de uma fazenda/área rural que está longe de se transformar em lotes urbanos negociáveis, fazendo alguns loteadores ou proprietários perderem a condição financeira de realizar o empreendimento. Somente após o loteamento ser aprovado e registrado no Ofício de Registro de Imóveis seria justificável o lançamento do IPTU.

Essa cobrança antecipada de IPTU é absurda, pois inexistente qualquer estrutura, sendo longo o tempo de tramitação de aprovação de um loteamento. Passa o proprietário a se sentir coagido ao receber de imediato guias de IPTUs de forma a prejudicá-lo, apesar do imóvel ser na realidade rural. Essa manobra, dentre outras, pode ser refutada judicialmente, cabendo ao proprietário agir rapidamente ao receber a cobrança que carece de respaldo legal.

# Selic em 12,25%: o Impacto dos juros altos para a indústria em 2025

**Francisco Pereira**

Administrador pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), especialista em soluções de crédito para as pequenas e médias empresas e CEO da Trademaster, fintech que potencializa as vendas de grandes indústrias e distribuidores ao varejo



Com a Selic em 12,25% ao ano, atualmente o Brasil tem a segunda posição no ranking de nações com as maiores taxas de juros do mundo, de acordo com o relatório da MoneYou. Nos últimos anos, a economia brasileira tem enfrentado um cenário desafiador marcado por oscilações da Selic, que atingiu novamente patamares de dois dígitos. Essa alta reflete, principalmente, o esforço do Banco Central para controlar a inflação e equilibrar as pressões macroeconômicas. No entanto, esse movimento afeta diretamente diversos setores da economia, especialmente a indústria, que tem seu desempenho comercial afetado diretamente pela taxa.

A Selic é a principal ferramenta utilizada pelo Banco Central para controlar a inflação. Quando elevada, a taxa visa desestimular o consumo e o crédito, o que diminui a pressão sobre os preços. Contudo, essa mesma elevação afeta o custo de capital e o investimento, encarecendo o crédito para empresas e consumidores. Para a indústria, o impacto se reflete principalmente em três áreas: aumento do custo de financiamento, retração do consumo e desaceleração dos investimentos produtivos.

E um dos principais efeitos de uma Selic acima dos dois dígitos, como é o

caso atual, é o encarecimento do crédito. As indústrias que dependem de capital de terceiros para financiar suas operações, expandir suas capacidades ou realizar investimentos em inovação enfrentam um cenário menos favorável. O crédito mais caro dificulta que sejam realizados novos financiamentos, tornando menos atrativa a realização de projetos de expansão ou a renovação do parque industrial.

Além disso, empresas com dívidas atreladas à Selic sofrem com o aumento de suas despesas financeiras, comprometendo margens de lucro e capacidade de geração de caixa. Esse efeito é ainda mais acentuado em setores que dependem de grande alavancagem, como o de infraestrutura, construção civil e bens de capital. A longo prazo, a menor capacidade de investimento pode resultar em perda de competitividade, obsolescência tecnológica e, principalmente, redução da produtividade.

A elevação dos juros também impacta diretamente o consumo das famílias, um dos principais motores da demanda por produtos industriais. Com o crédito mais caro e as contas mais altas, as famílias reduzem o consumo de bens como eletrodomésticos, automóveis e móveis, afetando setores industriais que dependem da demanda interna.

Esse cenário de retração do consumo impõe um desafio duplo para a indústria: lidar com a menor demanda e, ao mesmo tempo, com o aumento dos custos de produção, impulsionados pela inflação. Com as margens apertadas, muitas empresas se veem obrigadas a repassar os custos aos consumidores, agravando ainda mais a situação de queda nas vendas.

Embora a alta da Selic seja, em tese, uma medida temporária para conter a inflação, seus efeitos na indústria podem ser duradouros. Com o encarecimento do crédito, muitas empresas postergam projetos e investimentos, o que compromete a capacidade de inovação e modernização no futuro. A retração do consumo também pode resultar em uma desaceleração do ritmo de produção e na consequente redução de empregos no setor industrial.

Por outro lado, a elevação da Selic também pode trazer benefícios em um horizonte mais longo. A contenção da inflação, por exemplo, contribui para a estabilização da economia, o que pode gerar um ambiente mais favorável para o crescimento sustentável da indústria. Além disso, indústrias exportadoras podem se beneficiar da valorização cambial associada à alta dos juros, o que aumenta a competitividade de seus produtos no mercado externo.



## A teoria do Marketing Integral: conectando estratégias em um mundo dinâmico

**Fernando Giberti**

*Mestre, consultor, professor de marketing no MBA do IBMEC, diretor executivo na Jumppi Inteligência e Pesquisa, especialista em estratégia de marketing, comportamento de consumo, pesquisa e inteligência competitiva de mercado.*

O marketing percorreu uma longa trajetória de evolução, acompanhando as transformações do mercado e as demandas do consumidor. Originalmente, as estratégias de marketing eram centradas no produto. Em um cenário de escassez e baixa concorrência, bastava garantir que o produto atendesse às expectativas básicas do cliente para alcançar o sucesso. As empresas estruturavam suas operações em torno do desenvolvimento do produto, definindo preço, promoção e distribuição como pilares para conectar o produto ao mercado.

No entanto, à medida que o mercado se tornava mais competitivo, o foco do marketing deslocou-se para o cliente. Surgiu, então, a era em que "o cliente tem sempre razão". Esse período marcou uma mudança profunda: as empresas precisaram entender melhor as necessidades dos consumidores para criar produtos e serviços diferenciados. Com isso, departamentos robustos de marketing foram estabelecidos, e teorias como "A Hora da Verdade", de Jean Carlzon, ganharam relevância, destacando que cada interação entre o cliente e a empresa era uma oportunidade de impressionar e demonstrar qualidade. Essa abordagem trouxe resultados significativos, mas o foco ainda residia em satisfazer o cliente a qualquer custo.

Com o passar do tempo, percebeu-se que o produto, por si só, não era suficiente. Entramos na fase dos serviços, onde a busca pelo encantamento do cliente levou as empresas a reestruturarem suas cadeias de relacionamen-

to. Entendeu-se que a venda de um produto está intrinsecamente ligada a uma cadeia de serviços que precisa ser ágil, consistente e eficiente. Surgiram conceitos como a Jornada do Cliente, que buscava mapear e otimizar cada interação para garantir uma experiência mais satisfatória e duradoura. Nesse período, não era apenas sobre vender produtos, mas sim sobre oferecer soluções completas, integrando produtos e serviços em uma abordagem mais ampla e focada no cliente.

Hoje, vivemos em um mundo digital, fragmentado e altamente conectado. As empresas enfrentam desafios inéditos para capturar e manter a atenção de consumidores cada vez mais distraídos e bombardeados por informações. Essa era, caracterizada pela "geração momento", onde o presente tem maior valor do que o planejamento de longo prazo, exige que as organizações mantenham um diálogo constante e diário com seus clientes por meio de múltiplos canais. Nesse contexto, comunicação, entretenimento e experiência do cliente tornaram-se fatores-chave para o sucesso.

Essa intensa necessidade de resposta imediata, no entanto, trouxe consequências. Muitas organizações têm se concentrado excessivamente no curto prazo, investindo em estruturas departamentalizadas e ágeis, mas sem o devido equilíbrio com uma visão estratégica de médio e longo prazo. Isso pode levar o marketing a se tornar apenas um braço operacional, perdendo sua capacidade de orientar o futuro das empresas de forma estruturada e integrada.

É nesse cenário que surge a Teoria do Marketing Integral, que propõe uma abordagem holística ao marketing. Essa teoria busca incorporar os aprendizados das diferentes fases do marketing sem descartar suas premissas fundamentais. A ideia é conciliar a agilidade exigida pelo mercado atual com a construção de uma base estratégica sólida, garantindo que o marketing atue de forma ágil e, ao mesmo tempo, sustentável.

Ao adotar essa visão integral, as empresas não apenas respondem às demandas do mercado, mas se tornam protagonistas no cenário em que estão inseridas. Isso significa atuar pelo cliente, com a empresa, e para o mercado, criando valor para todos os envolvidos. Para alcançar esse equilíbrio, é fundamental que os profissionais de marketing retomem os fundamentos teóricos que formam a base da disciplina, integrando-os com as ferramentas e práticas contemporâneas que proporcionam respostas rápidas às mudanças do ambiente de negócios.

A evolução do marketing, ao longo das décadas, nos ensinou que nenhuma fase é descartável. Do foco no produto à experiência do cliente, cada etapa trouxe contribuições importantes. O marketing integral reconhece essas lições e as alinha às exigências do mundo atual, permitindo que empresas criem valor de forma consistente e estratégica. Em um mundo cada vez mais complexo e conectado, essa abordagem holística é o caminho para manter a relevância e o sucesso no longo prazo.

# Recorde de arrecadação e inadimplência. O que isso revela do Brasil

## Vitor Santos

CEO do Revizia, empresa especializada em auditoria e compliance fiscal que atua por meio de uma plataforma SaaS baseada em machine learning

O Brasil vivencia a dicotomia de dois recordes o de arrecadação do governo e do endividamento das empresas. Tal situação leva ao questionamento: os valores dos impostos cobrados pelo governo estão corretos ou as empresas estão sendo sufocadas para que o déficit zero seja alcançado a qualquer custo?

Para se ter uma ideia, a arrecadação federal atingiu o total R\$ 201,6 bilhões em agosto, alta de 11,95% acima da inflação sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo a Receita Federal, o valor é o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. De janeiro a agosto, a receita arrecadou R\$ 1,7 trilhão, alta de 9,47% acima da inflação na comparação com os oito primeiros meses do ano passado. O montante também é recorde para o período.

Por outro lado, o endividamento das empresas brasileiras atingiu a soma de R\$ 146,2 bilhões, segundo dados do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian. De acordo com o estudo, ao final do primeiro semestre de 2024, 6,9 milhões de negócios estavam com contas negativas, representando 31,2% do total de companhias existentes no Brasil. Ainda segundo a Serasa Experian, somente em julho um total de 228 empresas entraram com pedidos de recuperação judicial, 29% a mais do que no mês anterior e mais do que o dobro (123,5%) dos registros de um ano atrás. Este é o maior número registrado na série histórica, que se iniciou em 2005. Nos primeiros sete meses deste ano, os pedidos somam 1.242.

O fato é que muitas das companhias que se encontram em uma situação preocupante, com várias contas atrasadas e aquelas em recuperação judicial não sabem que podem ter impostos a recuperar, o que significa uma reserva de caixa com o próprio governo faminto por arrecadação. Claro que isso ocorre, em parte, por conta da própria desorganização fiscal das empre-



sas, mas em grande parte por conta da complexidade do sistema tributário brasileiro, que se encontra em plena reforma.

Dado interessante que ilustra essa situação vem do levantamento que fizemos dentro do sistema de auditoria fiscal do Revizia. Nos últimos cinco anos, 6.156 empresas brasileiras, com faturamento acima de R\$ 1 milhão, deixaram a mais nos cofres públicos um total de R\$ 10,51 bilhões. Estima-se que existam mais de 250 mil empresas no Brasil com faturamento de R\$ 10 milhões ou mais. Se colocarmos o valor médio que cada empresa tem a receber, é possível aferir que os cofres públicos receberam R\$ 426,6 bilhões a mais do que deveriam entre junho de 2019 e junho de 2024, ou seja, R\$85,3 bilhão ao ano. Não é de se estranhar o recorde na arrecadação.

A fragmentação na estrutura tributária gera um ambiente de alta complexidade e falta de clareza no sistema brasileiro. Cada ente federativo possui sua própria legislação, com diferentes impostos, alíquotas e obrigações. Assim, a diversidade de normas e procedimentos torna a compreensão e o cumprimento das obrigações tributárias um desafio constante para as empresas que acabam por arcar com mais tributos do que devem pagar.

O ICMS e o PIS/COFINS são os principais tributos da lista de encargos recuperáveis. Isso porque como são tributos indiretos que, por sua natureza, são repassados nos preços até alcançarem os consumidores finais, estas operações (compra, venda, transferências etc.) geram grandes volumes de recursos. Desta forma, sua incidência e conseqüentemente a recuperação, quando pagos indevidamente, são notoriamente expressivos.

Este cenário deve mudar com a Reforma Tributária, mas, ao menos por enquanto, a situação ficará ainda mais complexa. O novo sistema passará por um período grande de transição, o que significa que durante alguns anos, dois sistemas e duas regras diferentes estarão em vigor, o que faz com que as empresas precisem se organizar ainda mais e estejam sempre atentas às mudanças para o devido cumprimento das obrigações tributárias.

Para empresas que estão atravessando momentos de dificuldade, a recuperação de tributos surge como uma oportunidade de gerar caixa e buscar recursos. No momento, o futuro é incerto e, diante das mudanças que estão por vir e da conjuntura econômica desafiadora, os empresários devem buscar agora garantir agora os possíveis créditos existentes.



## Casa Fiat de Cultura apresenta exposição inédita de Carlos Bracher em homenagem a Belo Horizonte

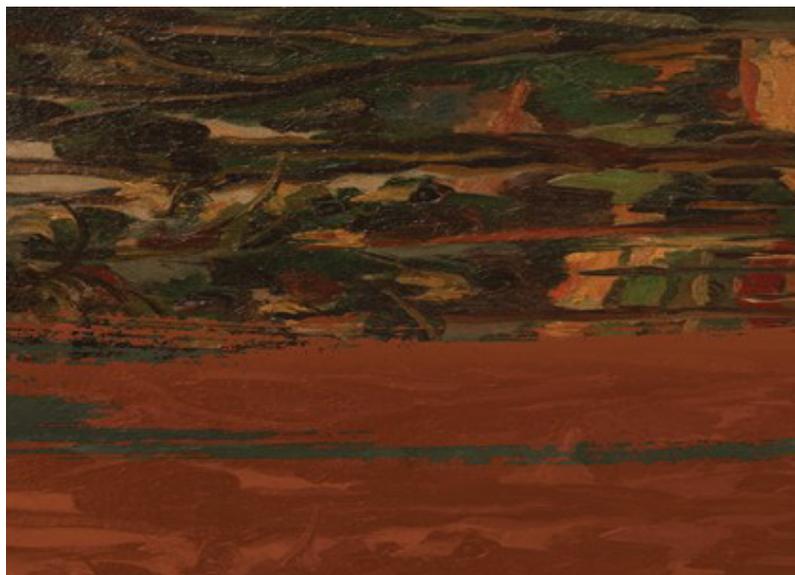
**Rachel Capucio**  
*Advogada especialista em Cultura*

Até 9 de fevereiro de 2025, a Casa Fiat de Cultura abre suas portas para a exposição “Belo Bracher Horizonte”, uma homenagem à capital mineira pelo renomado pintor Carlos Bracher. A mostra, disponível em formatos presencial e virtual, reúne mais de 60 obras que retratam a paixão do artista por Belo Horizonte, incluindo peças inéditas e seu primeiro quadro, pintado em 1963 na cidade.

A exposição, com curadoria de Fani Bracher, esposa do artista, apresenta uma seleção diversificada de pinturas a óleo, aquarelas e estandartes, destacando a trajetória de Bracher. Com pinceladas vigorosas, jogos de luz e sombra, o artista immortaliza edifícios históricos, personalidades, grupos culturais e a vibrante cena do futebol mineiro. Entre as obras, mais de 30 foram criadas especialmente para esta mostra, consolidando a conexão profunda do pintor com a capital de Minas Gerais.

Uma das atrações é a obra “Paixão segundo São João”, uma interpretação visual da famosa ópera de Johann Sebastian Bach, revelando a influência da música clássica no processo criativo de Bracher. O público também poderá assistir a um vídeo que explora detalhes da vida e do trabalho do artista, oferecendo uma visão mais íntima de sua jornada.

Outro destaque curioso da exposição são os recados afetuosos e poéticos que Bracher escreve no verso de suas obras, proporcionando uma perspectiva única sobre o homem por trás das telas. Essa característica singular



reforça a dimensão pessoal e emocional de sua arte, que dialoga tanto com sua história individual quanto com a identidade coletiva da cidade.

“Belo Bracher Horizonte” é uma celebração da carreira de Carlos Bracher, e um presente para Belo Horizonte em seu aniversário. A mostra convida os visitantes a mergulharem nas memórias, sentimentos e paisagens que compõem a trajetória de um dos maiores artistas mineiros, oferecendo uma experiência rica em cultura e história.

A Casa Fiat de Cultura é consolidada como um dos principais centros culturais do Brasil ao realizar, em Belo Horizonte/MG, a melhor arte produzida no mundo, por meio de relevantes e prestigiadas exposições, reconhecidas pelo alto valor histórico, artístico e educativo. A instituição

conta uma programação plural e relevante, pensada de modo a incentivar o público a interagir com diversos movimentos artísticos e linguagens, do Renascimento ao Barroco, do Futurismo e Modernismo à arte contemporânea.

### INFORMAÇÕES

*Praça da Liberdade, nº 10,  
Funcionários  
Belo Horizonte/MG*

*Contato:  
(31) 3289-8900*

*Horário de funcionamento:  
Terça a sexta-feira,  
das 10h às 21h.  
Sábados, domingos e feriados,  
das 10h às 18h.*

## Enquanto em Minas o governo estadual fechou o BDMG Cultural, ações do Banco do Nordeste Cultural atenderam mais de 5 mil pessoas Diamantina-MG em 2024



Debate com alunos de escola pública, após exibição do filme Dentro da Caixinha, em março, no Teatro Santa Izabe.

Durante 36 anos, o BDMG Cultural atuou de maneira estruturada e de forma muito bem-sucedida por meio de programas – e na convergência entre eles – nas áreas de música e artes visuais e na produção e compartilhamento de conhecimento por meio de seminários, simpósios, publicações e produção de conteúdo em suas plataformas digitais. Nesse período, foram milhares as ações empreendidas, sem o menor custo aos

cofres públicos do estado. Lamentavelmente e sem apresentar até o momento qualquer justificativa sobre a decisão, o governo de Minas encerrou as suas atividades no final do ano de 2024.

Já o Banco do Nordeste S.A., pertencente ao governo federal e com sede em Fortaleza-CE, terminou o ano de 2024 com aproximadamente R\$ 60 milhões aplicados em Diamantina, no

Vale do Jequitinhonha, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Além do volume de recursos injetados na economia local, há outros números a celebrar: por meio do Circuito Banco do Nordeste Cultural, a instituição apoiou mais de 120 ações na cidade, prestigiadas por 5.100 pessoas.

O superintendente estadual, Wes-



Debate com alunos de escola pública, após exibição do filme *Dentro da Caixinha*, em março, no Teatro Santa Izabel

ley Maciel, ressalta que o trabalho do BNB vai muito além de assinar e liberar contratos de empréstimos. “Somos o principal agente financeiro em nossa área de atuação, mas acreditamos que o desenvolvimento regional não é feito apenas via crédito. O incentivo à cultura está no DNA do Banco do Nordeste e continuaremos apoiando projetos em Diamantina, que pulsa cultura e história, e em Minas Gerais”, afirma.

Funcionária da agência local do BNB e coordenadora do Banco do Nordeste Cultural, Viviane Queiroz, destaca a parceria com outras instituições que, desde 2023, permitiu levar uma grande oferta de ações, para diferentes públicos.

“Democracia diz respeito não apenas a sufrágio universal. Democracia também é liberdade de escolha com magnitude de oportunidades. Quanto mais aberto é nosso leque de opções, mais livres somos. O entendimento dessa pluralidade na base da democracia permite construir sociedades mais justas. A cultura é algo que todo ser humano possui; o que o Banco do Nordeste Cultural faz é ampliar o leque, ou seja, o repertório de consumo

e de produção cultural para todos os cidadãos”, frisa a coordenadora.

Viviane adianta que as iniciativas serão cada vez mais geograficamente descentralizadas. “Todas as 124 atividades realizadas em 2024 reverberam positivamente na imagem do Banco do Nordeste, porque as pessoas vão sabendo dessa ação diferenciada e vão reconhecendo nosso amplo papel no desenvolvimento da região. Para 2025 vamos manter o propósito de democratização de acesso e ampliaremos o apoio à economia criativa, especialmente nos distritos rurais. Existe um potencial enorme de turismo cultural nessas localidades. Nossa prioridade são as pessoas dessas comunidades periféricas e outros grupos minorizados”, define.

Durante o ano, a programação ofereceu sessões de cinema para expectadores de todas as idades, peças de teatro, dança, circo, oficinas, feira de artesanato, desfiles e incentivo à leitura. Foram abordados temas como agricultura familiar, ancestralidade africana, autoexpressão corporal, diversidade de gênero, empoderamento feminino, respeito à infância, patrimônio material e imaterial.

O Circuito Banco do Nordeste Cultural é uma estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas da cultura na área de atuação da instituição, que busca fortalecer sua imagem como agente incentivador do setor. Para isso, as ações do BNB com o segmento são desenvolvidas de forma integrada, envolvendo os Centros Culturais, os acervos artístico, histórico e bibliográfico, a ocupação de equipamentos culturais e o patrocínio cultural, ampliando a disponibilização de atividades nos estados que não possuem equipamentos da instituição.

Em Diamantina a programação é construída e realizada em parceria com diversas instituições, como a Prefeitura, que também é cliente do BNB, onde aplica parte de seus recursos. Pelo Executivo municipal integram a agenda as Secretarias Municipais de Cultura e Patrimônio e a de Desenvolvimento Social. As ações saem do papel e tornam-se realidade graças ao apoio do Museu do Diamante/Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); organização da sociedade civil de interesse público (Osicp) Sociedade Protetora da Infância, Teatro Santa Izabel e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

# Gerdau entrega restauração da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Miguel Burnier, Ouro Preto - MG

*Obras integram a segunda etapa do projeto Patrimônio Vivo de valorização da memória e incentivo à cultura mineira, com investimentos de R\$ 15 milhões*



A Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, entregou à comunidade de Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, neste sábado (14/12), a restauração da Igreja Sagrado Coração de Jesus. As obras culminam a celebração dos 90 anos da Igreja, completos esse ano e integram a segunda etapa do projeto Patrimônio Vivo, uma iniciativa da empresa de valori-

zação da memória e incentivo à cultura mineira e ao turismo no interior do estado. No total, serão investidos R\$ 15 milhões em ações de revitalização e manutenção local.

Além da restauração da igreja, que data de 1934 e tem extensão de 1.239,58m<sup>2</sup>, também foi concluída a revitalização do paisagismo, com

8.274m<sup>2</sup> de área, drenagem e pavimentação do entorno.

Ao lado da igreja está sendo construída uma área de convivência, com salas, vestiários e cozinha, preparada para receber as festas tradicionais da comunidade, como as dos Sagrados Corações de Maria (maio) e Jesus (junho). O coreto também será revitali-

zado e o novo espaço contará agora com cerca de 406m<sup>2</sup>, incluindo a criação de 25 vagas de estacionamento.

Todo o projeto de restauração foi desenvolvido em parceria com a comunidade, com atenção especial às memórias dos moradores e ao atendimento das necessidades atuais para melhor acolhimento das festas tradicionais, recepção de moradores e turistas.

“É com muita satisfação que entregamos mais essa etapa do projeto Patrimônio Vivo. É um presente para a comunidade em um ano especial, em que a igreja completa seus 90 anos. Esse é um projeto de resgate e valorização da cultura e patrimônio construído a muitas mãos para preservar a memória dos moradores, a rica cultura local e fomentar o turismo e a economia da região”, destaca Wendel Gomes, diretor de Mineração e Matérias-Primas da Gerdau.

A presidente da Associação de Moradores de Miguel Burnier, Vânia Vicente, falou sobre a alegria de ver a igreja revitaliza, recebendo a comunidade e suas manifestações religiosas e culturais. “Estamos muito felizes com a entrega da igreja, com a revitalização do centro de convivência e com a obra do paisagismo. Eu fico muito feliz e agradeço à Gerdau em nome da comunidade. É uma forma muito boa de preservar o patrimônio”, agradeceu.

### PRIMEIRA ETAPA

Além das obras de infraestrutura, na primeira etapa do projeto, foi desenvolvido o trabalho de levantamento cadastral de Bens Móveis e Integrados, que estão na Igreja Sagrado Coração de Jesus. Ao todo são 517 peças catalogadas e estudadas.

O Patrimônio Vivo conta com a parceria do escritório ouro-pretano especializado na preservação de patrimônio cultural, Joglo, e da Agência



de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto (ADOP) – instituição privada, sem fins econômicos, apartidária, criada por meio da parceria entre empresas locais, poder público e sociedade civil, cuja missão consiste em ser agente do desenvolvimento sustentável do Município de Ouro Preto.

### MIGUEL BURNIER

Localizado a 40 km do centro de Ouro Preto, a comunidade tem forte ligação com a história de Minas Gerais, incluindo a Inconfidência Mineira e o início da ferrovia e a siderurgia no Brasil, no século XIX. Como patrimônios imateriais estão o congado, a banda, o coral, o artesanato, e a culinária.

Com 123 anos de história, a Gerdau é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Além disso, possui uma divisão de novos negócios, a Gerdau Next, com o objetivo

de empreender em segmentos adjacentes ao aço. Com o propósito de empoderar pessoas que constroem o futuro, a companhia está presente em vários países e conta com mais de 30 mil colaboradores em todas as suas operações. Maior recicladora da América Latina, a Gerdau tem na sucata uma importante matéria-prima: mais de 70% do aço que produz é feito a partir desse material. Todo ano, 11 milhões de toneladas de sucata são transformadas em diversos produtos de aço. A companhia também é a maior produtora de carvão vegetal do mundo, com mais de 250 mil hectares de base florestal no estado de Minas Gerais. Como resultado de sua matriz produtiva sustentável, a Gerdau possui, atualmente, uma das menores médias de emissão de gases de efeito estufa (CO<sub>2</sub>e), de 0,91 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço, o que representa aproximadamente a metade da média global do setor, de 1,91 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço (worldsteel). Para 2031, a meta da Gerdau é diminuir as emissões de carbono para 0,82 t de CO<sub>2</sub>e por tonelada de aço. As ações da Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3) e Nova Iorque (NYSE).

# Pessoas físicas puderam destinar imposto à Lei Rouanet: o potencial foi de mais de R\$ 14,3 bilhões em 2024

*Quem declara o Imposto de Renda no modelo completo pôde usar até 6% do valor anual devido para financiar projetos culturais de sua escolha — o prazo foi até 26 de dezembro*

Dos R\$ 16,7 bilhões autorizados para captação pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), no último exercício, apenas R\$ 2,3 bilhões (14%) foram efetivamente captados. Desse total, 98% vieram de pessoas jurídicas e apenas 0,07% de pessoas físicas, ou seja, apenas R\$ 45 milhões, segundo base de dados do Ministério da Cultura, referente ao último exercício (2023). Ainda poucas pessoas destinam parte de seu Imposto de Renda (IR) — até 6%, determinado por Lei — para o desenvolvimento cultural do Brasil.

Um estudo realizado pela Evoé, a partir da base de dados oficiais da Receita Federal e do Ministério da Cultura, apontou que 16,8 milhões de contribuintes brasileiros poderiam ter direcionado potencialmente, conforme critérios legais. Contudo, cerca de 11 mil pessoas destinaram parte de seu imposto para a cultura. O valor potencial que poderia ter sido destinado no exercício de 2023 foi de R\$ 14,3 bilhões. Além da Lei Rouanet, atualmente no Brasil existem outros dois mecanismos — Fundo da Infância e do Adolescente e Fundo do Idoso — que permitem às pessoas físicas destinar parte do IR em favor de projetos sociais e culturais de sua escolha. Vale ressaltar que, entre os três mecanismos, o que recebe a menor parte dos recursos — apenas 10,5% — é a Lei Rouanet.

“Poucos sabem disso, mas o Imposto de Renda pode ser uma poderosa ferramenta para a sociedade brasileira. A Lei Rouanet ainda é pouco compreendida. Pessoas físicas poderiam patrocinar ações culturais de seu interesse e mudar essa realidade. É importante que elas saibam que existem projetos culturais de todos os tamanhos, para todos os bolsos”, afirma a CEO da Evoé, Bruna Kassab. Na plataforma da Evoé é possível calcular o próprio potencial de destinação e escolher projetos aprovados na lei.

Fundada em 2015, a plataforma une tecnologia e conhecimento para o desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade da economia criativa. Com base na Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Evoé ajuda empresas, comunidades, iniciativas e pessoas a financiar projetos culturais em todo o Brasil. Entre os projetos para apoiar estão Instituto Inhotim, Cinemateca Brasileira, MAM-SP, Museu do Ipiranga, Grupo Galpão, Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto, Orquestra Filarmônica de Brasília, Pivô, Oficina Francisco Brennand, Fa.vela, Instituto Terra e muitos outros.

Toda pessoa que faz sua declaração no modelo completo pode apoiar projetos culturais e deduzir total ou parcialmente o valor investido no Imposto de Renda.

Para pessoas físicas, o desconto pode chegar a 6% do imposto devido, enquanto para pessoas jurídicas, o limite é de 4%. Esses recursos, em vez de saírem diretamente dos cofres públicos, são destinados pelo governo ao abrir mão de parte dos impostos arrecadados, permitindo a viabilização de projetos culturais de diversos tipos, como teatro, música, literatura, cinema, dança e artes visuais, além da manutenção de museus e centros de arte e cultura de todo o país.

Uma das propostas da campanha da Evoé é ampliar o alcance da Lei Rouanet. A plataforma conta com uma série de projetos de diversas partes do Brasil, permitindo que o público conheça iniciativas alinhadas aos seus gostos, valores e intenções também fora do eixo Rio-São Paulo. Longe de ser uma obrigatoriedade de escolha para a destinação, que abrange desde espetáculos de teatro e dança até centros de arte e cultura, é um incentivo à descoberta de projetos culturais espalhados por todo o país.

Bruna Kassab ressalta que “cultura vai além do entretenimento; impulsiona avanços nas mais diversas áreas como ciência, design e sustentabilidade. É uma engrenagem essencial para construir um Brasil mais criativo, competitivo e conectado ao mundo. Quem destina seus impostos para projetos culturais investe não só em arte, mas também em novas ideias, desenvolvimento econômico e um futuro melhor. Países como França, Estados Unidos, Coreia do Sul e Finlândia entenderam isso e colhem os frutos de investimentos robustos em indústrias criativas que integram educação, tecnologia e inovação.”

## COMO FUNCIONA A DESTINAÇÃO

- 1. O interessado escolhe um projeto cultural aprovado pela Lei Rouanet, que pode ser consultado no site do Ministério da Cultura ou em plataformas como a Evoé.*
- 2. O limite para pessoas físicas que fazem declaração completa é de até 6% do imposto de renda devido. Por exemplo, se o imposto devido é de R\$ 10.000, a pessoa pode destinar até R\$ 600 para projetos culturais.*
- 3. Após escolher o projeto, a destinação é feita diretamente ao projeto cultural, e um recibo ou comprovante da transação é emitido.*
- 4. Na hora de declarar o Imposto de Renda, o valor destinado deve ser informado na ficha “Doações Diretamente a Projetos Culturais”, e a Receita Federal realiza a dedução automática do imposto devido.*

Além de aumentar o volume de recursos destinados à cultura, o incentivo fiscal também oferece benefícios fiscais imediatos para quem participa, permitindo uma redução do imposto a pagar, sem qualquer custo adicional, além de gerar um impacto positivo para o setor cultural.

# Jorge Gerdau revela aprendizados e reflexões em novo livro

*Obra apresenta os valores que norteiam a conduta pessoal e profissional do brasileiro reconhecido como um dos maiores nomes da indústria do aço global*



Com o lançamento do livro “A Busca: os aprendizados de uma jornada de inquietações e realizações, Jorge Gerdau” proporciona um mergulho reflexivo e revelador em seu universo pessoal e profissional. Publicada pela Citadel Grupo Editorial, a obra revela os valores que sempre nortearam a trajetória de um dos grandes nomes da indústria do aço global.

Figura de grande influência no Brasil e no mundo, Jorge consolidou, ao lado dos irmãos, a Gerdau

como uma das maiores produtoras de aço do planeta. Desde o início da carreira, sua liderança mostrou-se notável e seu compromisso foi além das fronteiras empresariais, estendendo-se à educação, ao desenvolvimento industrial e à governança.

Fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e da ONG Todos pela Educação, ele é reconhecido não apenas pelo sucesso empresarial, mas também pelo engajamento social e a visão sobre a responsabilidade dos grandes líderes na construção de uma sociedade melhor. Sua atuação com o MBC propicia a parceria entre governos, empresas e a sociedade civil para aumentar a eficiência da administração pública e promover a transparência, contribuindo para o crescimento sustentável do país.

Sem se prender a um relato meramente biográfico, o empresário apresenta uma série de lições que refletem a constante busca por excelência. Ao longo da obra, revela as 23 palavras que norteiam sua essência

e a prática empresarial, abordando temas como a importância da transparência, o valor da cooperação e o poder transformador de um propósito bem definido. Cada capítulo revela a filosofia do autor sobre o que ele considera essencial para o progresso individual e coletivo.

Um dos pioneiros na prática do surfe – paixão que ganha destaque na capa do livro – Gerdau sempre nadou contra a corrente para aproveitar as melhores ondas. A partir das lições do esporte, ele reforça importância de entender as dinâmicas à nossa volta, mesmo quando adversas, para tomar decisões estratégicas.

Indicado para todas as pessoas interessadas em desenvolver uma visão de impacto e um legado duradouro, A Busca se revela uma fonte rica de ensinamentos práticos. Com uma linguagem acessível, a novidade incentivava o leitor a refletir sobre seu próprio propósito e a encontrar caminhos para aplicar valores de sucesso em todos os âmbitos da vida. O lançamento em Belo Horizonte ocorreu no dia 12 de dezembro, no Museu de Minas e Metalurgia, na Praça da Liberdade.

**Jorge Gerdau Johannpeter** é, acima de tudo, um cidadão. Bisneto do fundador da produtora brasileira de aço Gerdau, João Gerdau, começou a trabalhar cedo na empresa da família, desde os 16 anos operando máquinas e ajudando no escritório com notas fiscais. Em 1983, foi empossado como presidente do Grupo, deixando o cargo em 2006. Sob sua gestão, em conjunto com os irmãos, a empresa se tornou uma das maiores produtoras de aço do planeta. Considerado uma das pessoas mais influentes do Brasil, Jorge Gerdau mantém um intenso envolvimento comunitário em mais de uma dezena de instituições. Foi fundador do Movimento Brasil Competitivo e da ONG Todos pela Educação. Preside o conselho da Fundação Iberê Camargo. É membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e do Conselho de Governança do Instituto Millenium. Integra o Conselho da Parceiros Voluntários. Foi o primeiro brasileiro indicado para a Global Business Hall of Fame da Junior Achievement Worldwide.

Transformar a vida das pessoas. Foi com esse conceito que o Citadel Grupo Editorial surgiu. Mudar, inovar e trazer mensagens que possam servir de inspiração para os leitores. A editora trabalha com escritores renomados como Napoleon Hill, Sharon Lechter, Clóvis de Barros Filho, entre outros. As obras propõem reflexões sobre atitudes que devem ser tomadas para quem quer ter uma vida bem-sucedida. Com essa ideia central, a Citadel busca aprimorar obras que tocam de alguma maneira o espírito do leitor.

## FICHA TÉCNICA

**Título:** A Busca: os aprendizados de uma jornada de inquietações e realizações

**Autor:** Jorge Gerdau

**Editora:** Citadel Grupo Editorial  
**ISBN:** 978-6550475437

**Páginas:** 176

**Preço:** R\$ 62,90

**Onde encontrar:**

Amazon e nas principais livrarias do país

## Roberto Macedo lança livro com 104 dicas de educação financeira

**LANÇAMENTO DO LIVRO**

Roberto Macedo, CFP®, Ph.D. (Harvard)  
Prefácio de Arminio Fraga Neto

Renda – consumo = poupança? Não!  
1° 2° 3°

Renda – poupança = consumo? Sim!  
1° 2° 3°

Poupança  $\geq$  X = meta ambiciosa e cumprida? Sim!

**Economania**®

Poupança → Investimentos

104 dicas de educação financeira para a prosperidade pessoal, familiar e do Brasil

www.economania.com.br

autor  
**Prof. Roberto Macedo**  
prefácio  
**Arminio Fraga Neto**

O economista Roberto Macedo, diretor-geral da Faculdade do Comércio e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, lançou seu novo livro, “ECONOMANIA: 104 dicas de educação financeira para

a prosperidade pessoal, familiar e do Brasil”, no dia 6 de dezembro, na Livraria da Vila, em São Paulo. O evento contou com uma sessão de autógrafos com o autor.

A obra aborda a importância da

educação financeira, destacando temas como investimentos, poupança e suas conexões com as finanças pessoais, microeconomia e macroeconomia. O objetivo do livro é promover maior conscientização sobre práticas financeiras saudáveis.



# TECNOLOGIA **aec** CALOR HUMANO

- . Customer experience . Customer journey
- . Digital transformation . Automação e backoffice
- . Vendas e negociação de dividas
- . Multicanalidade . Work at Home

**aec**  
[www.aec.com.br](http://www.aec.com.br)